

**Estado de Goiás.**

**Prefeitura Municipal de Catalão.**

**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**RELATÓRIO ANUAL CONTROLE DO INTERNO**

**CONTAS DE GOVERNO**

**EXERCÍCIO 2022**

**ABRIL DE 2023**

**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**Adib Elias Júnior**

**PREFEITO MUNICIPAL DE CATALÃO**

**Jamil Torquato Pereira**

**CONTROLADOR(A) GERAL DO MUNICÍPIO**

**Catalão, Goiás, abril/2023**

---

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	8
2.	DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL. ....	8
3.	PERFIL DO MUNICÍPIO DE CATALÃO.....	8
3.1	INFORMAÇÕES GERAIS. ....	8
3.2	DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....	9
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA. ....	9
	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. ....	10
4.	DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.....	11
4.1	PLANO PLURIANUAL (PPA).....	11
4.2	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO). ....	11
4.3	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA).....	12
5.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO EXERCÍCIO .....	15
5.1	DA RECEITA PÚBLICA. ....	15
5.1.1	COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL.....	15
5.1.2	DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS MAIS RELEVANTES.....	19
5.1.3	MEDIDAS ADOTADAS PARA O INCREMENTO DA RECEITA. ....	23
5.1.4	INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA. ....	24
5.2	DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA. ....	26
5.2.1	COMPOSIÇÃO DA DESPESA. ....	29
5.2.2	DESPESA EMPENHADA POR FUNÇÕES. ....	31
6.	ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS – CONTAS DE GOVERNO.....	33
6.1	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Anexo 12). ....	33
6.1.1	DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	34

<b>RECEITAS</b>	<b>34</b>
6.1.2	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO..... 37
6.1.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS APURADOS NOS QUOCIENTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: ..... 41
6.1.4	CRÉDITOS ADICIONAIS.....46
6.2	BALANÇO FINANCEIRO.....47
6.2.1	ANÁLISE DOS RESULTADOS APURADOS NOS QUOCIENTES DO BALANÇO FINANCEIRO:..... 50
6.3	BALANÇO PATRIMONIAL.....52
6.3.1	ANÁLISE DOS RESULTADOS APURADOS NOS QUOCIENTES DO BALANÇO PATRIMONIAL:..... 53
6.4	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....55
6.4.1	QUOCIENTES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS. .... 56
6.5	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA. ....56
7.	ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS. ....56
7.1	DA DÍVIDA FUNDADA.....58
7.2	DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE.....59
8.	LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.....59
8.1	DESPESAS COM PESSOAL. ....59
8.1.1	EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL. .... 60
8.2	APLICAÇÃO DE RECURSOS COM A EDUCAÇÃO. ....61
8.2.1	DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO. 61
8.2.2	DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NO FUNDEB. .... 63
8.3	APLICAÇÕES NA SAÚDE.....64
9.	AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL, DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO E DO ORÇAMENTO ANUAL. ....65
9.1	AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE METAS PREVISTAS NO PPA PARA O EXERCÍCIO DE 2019.. Erro! Indicador

não definido.

<b>10. AFERIÇÃO DA CONSISTÊNCIA E DA ADEQUAÇÃO DO CONTROLE EXERCIDO SOBRE AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, AVAIS E GARANTIAS, BEM COMO DOS DIREITOS E HAVERES DO MUNICÍPIO.....</b>	<b>67</b>
<b>10.1 AFERIÇÃO DA CONSISTÊNCIA E DA ADEQUAÇÃO DO CONTROLE EXERCIDO SOBRE AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....</b>	<b>67</b>
<b>10.2 AFERIÇÃO DA CONSISTÊNCIA E DA ADEQUAÇÃO DO CONTROLE EXERCIDO SOBRE AVAIS E GARANTIAS. ....</b>	<b>67</b>
<b>10.3 AFERIÇÃO DA CONSISTÊNCIA E DA ADEQUAÇÃO DO CONTROLE EXERCIDO SOBRE OS DIREITOS E HAVERES DO MUNICÍPIO. ....</b>	<b>68</b>
<b>11. MANIFESTAÇÃO ACERCA DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DA LC Nº 101/2000.....</b>	<b>68</b>
<b>11.1 RESULTADO NOMINAL.....</b>	<b>68</b>
<b>11.2 RESULTADO PRIMÁRIO. ....</b>	<b>69</b>
<b>11.3 ATINGIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.....</b>	<b>70</b>
<b>11.4 LIMITES E CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR. ....</b>	<b>72</b>
<b>11.4.1 LIMITES E CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO. ....</b>	<b>72</b>
<b>11.4.2 LIMITES E CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR. ....</b>	<b>74</b>
<b>11.5 MEDIDAS ADOTADAS PARA O RETORNO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL AO RESPECTIVO LIMITE, NOS TERMOS DOS ARTS. 22 E 23 DA LRF. ....</b>	<b>76</b>
<b>11.6 PROVIDÊNCIAS TOMADAS, CONFORME O DISPOSTO NO ART. 31 DA LRF, PARA RECONDUÇÃO DOS MONTANTES DAS DÍVIDAS CONSOLIDADA E MOBILIÁRIA AOS RESPECTIVOS LIMITES.....</b>	<b>78</b>
<b>11.7 DESTINAÇÃO DE RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS, TENDO EM VISTA AS RESTRIÇÕES CONSTITUCIONAIS E AS DA LRF.....</b>	<b>80</b>
<b>11.7.1 DA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS. ....</b>	<b>80</b>
<b>11.7.2 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS.....</b>	<b>81</b>
<b>11.8 CUMPRIMENTO DO LIMITE DE GASTOS TOTAIS DO PODER LEGISLATIVO.....</b>	<b>83</b>

<b>*</b>	<b>CERTIDÃO Nº82.285/20 DUODÉCIMO - LEGISLATIVO.....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>12.</b>	<b>AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS DEMAIS ADMINISTRADORES PÚBLICOS.....</b>	<b>85</b>
<b>12.1</b>	<b>AVALIAÇÃO DA GESTÃO DA SAÚDE.....</b>	<b>85</b>
<b>12.1.1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>85</b>
<b>12.1.2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>86</b>
<b>12.1.3</b>	<b>DA AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO .....</b>	<b>86</b>
<b>12.1.4</b>	<b>DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS .....</b>	<b>86</b>
<b>12.1.5</b>	<b>DO CUMPRIMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO .....</b>	<b>87</b>
<b>12.1.6</b>	<b>DOS LIMITES DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES DA SAÚDE.....</b>	<b>87</b>
	<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO NA SAÚDE.....</b>	<b>88</b>
<b>12.1.7</b>	<b>DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE.....</b>	<b>88</b>
<b>12.1.8</b>	<b>INDICADORES DE DESEMPENHO DA SAÚDE.....</b>	<b>88</b>
<b>12.2</b>	<b>GESTÃO DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>88</b>
<b>12.2.1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>89</b>
<b>12.2.2</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>89</b>
<b>12.2.3</b>	<b>DA AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO .....</b>	<b>89</b>
<b>12.2.4</b>	<b>DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS .....</b>	<b>89</b>
<b>12.2.5</b>	<b>DO CUMPRIMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO .....</b>	<b>90</b>
<b>12.2.6</b>	<b>DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>90</b>
<b>12.3</b>	<b>GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>91</b>
<b>12.3.1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>91</b>
<b>12.3.2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>91</b>
<b>12.3.3</b>	<b>DA AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO .....</b>	<b>92</b>
<b>12.3.4</b>	<b>DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS .....</b>	<b>92</b>
<b>12.3.5</b>	<b>DO CUMPRIMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO .....</b>	<b>92</b>

Vide Anexo VII; Anexo VIII; Anexo IX; Anexo X e Anexo XI.....	92
12.3.6 DOS INDICADORES DE DESEMPENHO.....	92
12.3.7 INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS RECEITAS E EFICIÊNCIA APLICAÇÕES DE RECURSOS FEDERAIS. ....	93
<b>12.4 GESTÃO DO RPPS.....</b>	<b>93</b>
12.4.1 INTRODUÇÃO.....	93
12.4.2 METODOLOGIA.....	93
12.4.3 DA AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO .....	94
12.4.4 DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS .....	94
12.4.5 DO CUMPRIMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO .....	96
Vide Anexo VII; Anexo VIII; Anexo IX; Anexo X e Anexo XI.....	96
12.4.6 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	96
12.4.7 COMPARATIVO DA RECEITA PREVISTA COM A REALIZADA.....	101
Vide Anexo XVI .....	101
12.4.8 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DO RPPS NOS 03 (TRÊS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	101
12.4.9 DISPONIBILIDADE DE CAIXA.....	104
12.4.10 APLICAÇÕES FINANCEIRAS .....	104
12.4.11 EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS MENSAIS .....	104
12.4.12 DO PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DE CATALÃO .....	104
12.4.13 DOS VALORES DEVIDOS AO FUNDO .....	104
12.4.14 DO QUANTITATIVO DE SEGURADOS.....	105
12.4.15 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS NO EXERCÍCIO DE 2019 .....	105
12.4.16 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS .....	105
12.4.17 PERÍCIAS MÉDICAS.....	105
12.4.18 RECADASTRAMENTOS.....	105

---

<b>12.4.19</b>	<b>COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA .....</b>	<b>105</b>
<b>12.4.20</b>	<b>CUMPRIMENTO DA META ATUARIAL .....</b>	<b>105</b>
<b>12.4.21</b>	<b>CUMPRIMENTO DA META ATUARIAL DE INVESTIMENTOS .....</b>	<b>105</b>
<b>12.4.22</b>	<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS .....</b>	<b>105</b>
<b>13.</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>105</b>

## **1. INTRODUÇÃO.**

A Controladoria Geral do Município de Catalão, Estado de Goiás, no cumprimento de suas atribuições legais previstas no art. 74 da Constituição Federal, inciso VI, do art. 15-B da Instrução Normativa nº 008/2015, alterada pela Instrução Normativa nº 002/2023, do TCM – GO, apresenta Parecer Técnico Conclusivo em relação às contas anuais prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício de 2022.

O presente relatório tem como objetivo analisar o planejamento governamental; avaliar a execução orçamentária, financeira e patrimonial; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; verificar o cumprimento dos limites constitucionais e legais; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do município, além de apoiar o controle externo no exercício de sua missão constitucional, em conformidade com a legislação.

A análise foi realizada com base nos instrumentos de planejamento municipal, na execução orçamentária e financeira do exercício, nas informações contidas no balanço geral e seus anexos, e ainda nas análises verificadas nos departamentos da Prefeitura, nas inspeções de rotina, bem como no acompanhamento rotineiro das atividades desenvolvidas pela Administração.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.**

O presente relatório tem por fundamento as atribuições previstas no artigo 74 da Constituição Federal, artigo 77, inciso X da Constituição Estadual, arts. 76 a 80, da Lei Federal nº 4.320/64, arts. 48, 54 e 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Resolução Normativa nº 004/2001, e ainda a previsão no inc. XV do art. 15-A Instrução Normativa nº 008/2015, alterada pela Instrução Normativa nº 002/2023, ambas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

## **3. PERFIL DO MUNICÍPIO DE CATALÃO.**

### **3.1 INFORMAÇÕES GERAIS.**



Município: Catalão / Goiás.

Endereço da Prefeitura Municipal: Rua Nassim Agel, 505, Centro, CEP 75701-050

Telefone: (64) 3441-5000

Site: [www.catalao.go.gov.br](http://www.catalao.go.gov.br)

População: 113.091 Habitantes (IBGE, 2021)

IDHM: 0,766 (2010)

Área Total do Município: 3.820.295 km<sup>2</sup>

Densidade Demográfica: 22,67 habitantes/km<sup>2</sup>

Escolaridade: 6 a 14 anos: 97,1% (2010)

Mortalidade Infantil: 13,4 óbitos por nascimentos vivos (2019)

PIB per capita: 57.291,37 (2018)

Atividade Econômica: Agropecuária, Indústria, Comércio, Serviços e Extração Mineral.

### **3.2 DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

A estrutura do Poder Executivo Municipal encontra-se delimitada pela Lei nº 3.523 de 21 de dezembro de 2017 que aprovou o Plano Plurianual e suas alterações posteriores, sendo composta pela Administração Direta (Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, Órgãos Institucionais e Secretarias) e pela Administração Indireta (Autarquias), conforme discriminação abaixo:

#### **ADMINISTRAÇÃO DIRETA.**

Câmara Municipal de Catalão;

Gabinete do Prefeito;

Secretaria Municipal de Administração;

Secretaria Municipal de Planejamento e Regulação;

Secretaria Municipal de Fazenda;

Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento;

Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Serviços e Turismo;

Secretaria Municipal de Esportes, Juventude e Lazer;

Secretaria Municipal de Trabalho e Renda;

Secretaria Municipal de Comunicação;  
Secretaria Municipal de Infraestrutura;  
Secretaria Municipal de Assuntos Comunitários;  
Secretaria Municipal de Provisão e Suprimentos;  
Secretaria Municipal de Obras Públicas;  
Secretaria Municipal de Governo;  
Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários;  
Secretaria Municipal de Ciências e Tecnologia da Informação;  
Secretaria Municipal de Cultura  
Secretaria de Gestão e Planejamento;  
Secretaria de Educação;  
Secretaria de Serviços Urbanos;  
Controladoria Geral do Município;  
Procuradoria Geral de Catalão;  
Prefeituras dos Distritos;

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.**

Centro de Convivência do Pequeno Aprendiz;  
Superintendência Municipal de Água e Esgoto de Catalão - SAE;  
Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão;  
Fundo Especial Municipal para o Corpo de Bombeiros;  
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica;  
Fundo Municipal de Saúde;  
Fundo Municipal de Educação;  
Fundo Municipal de Meio Ambiente;  
Fundo Municipal de Assistência Social;  
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;  
Fundo Pró-Saúde  
Fundação Legionárias do Bem Estar Social;  
Fundação Cultural Maria das Dores Campos;  
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Catalão

#### **4. DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.**

##### **4.1 PLANO PLURIANUAL (PPA).**

O Plano Plurianual – PPA feito para o quadriênio 2022/2025 foi aprovado pela Lei Municipal Lei nº 3.939 de 09 de dezembro de 2021, em atendimento às disposições legais estabelecidas no artigo 165, § 1.º, da Constituição Federal.

Foi construído com base nos cenários fiscal, socioeconômico, ambiental e institucional do Município de Catalão, consistente de programas e ações governamentais consolidados em um instrumento de planejamento de médio prazo que tem por escopo solucionar os problemas das várias regiões do município, detectados após a realização de várias audiências públicas, com a efetiva participação da comunidade, em obediência a legislação aplicável à espécie, tendo como princípio fundamental a previsão de recursos e inclusão de projetos e ações, que após serem executados melhorarão as condições de vida dos cidadãos, bem como garantirá o desenvolvimento econômico e social do município, visando, sobretudo, o crescimento do emprego, da renda, da produtividade e do bem estar social da população.

Nesse contexto, as metas estabelecidas no PPA para investimentos são verificadas por esta controladoria mensalmente, quando da realização das despesas e as metas fiscais estabelecidas na LDO são verificadas no final de cada quadrimestre.

##### **4.2 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO).**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi estabelecida pela Lei Municipal nº **3.887 de 15/06/2021** com a finalidade de orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, na forma estabelecida na Lei Complementar 101/2000 (LRF) e na Lei Federal nº 4.320/64 e alterações posteriores e normas exaradas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022, estabelecida na Lei Municipal nº **3.938 de 09/12/2021** foi

elabora em conformidade com o previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, compreendendo o Orçamento Fiscal da Seguridade Social. As Metas e Prioridades para o município no exercício de 2022, previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO são as seguintes:

	2022		
ESPECIFICAÇÃO	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (a)/PIBx100
Receitas Total	460.330.823,06	442.625.791,40	232,563
Receitas Primárias (I)	453.262.267,28	435.829.103,15	228,992
Despesa Total	420.000.000,00	403.846.153,85	212,188
Despesas Primárias (II)	412.584.461,17	396.715.828,05	208,441
Resultado Primário (III) = (I - II)	40.677.806,11	39;113;275.11	20,551
Resultado Nominal	40.247.531,70	38.699.549,71	20,333
Dívida Consolidada	57.181.426,79	54.982.141,14	28,889
Dívida Consolidada Líquida	40.247.531,70	38.699.549,71	20,333

#### 4.3 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA).

A Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2022, que compreende o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em consonância com o Plano Plurianual e contendo os Programas priorizados na LDO, atendendo ao artigo 165, § 2º, da Constituição Federal e ao caput do artigo 5º da LRF, foi aprovada pela Lei Municipal nº 3.938 de 09/12/2021.

A Receita total estimada e a Despesa total fixada na LOA de 2022 foi de R\$ 475.500.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões e quinhentos mil reais), incluindo nesse montante os recursos próprios das autarquias, fundos da administração municipal, conforme discriminado abaixo:

Especificações		Valores
1	Receitas Correntes	R\$ 505.850.059,17
1.1	Receita Tributária	R\$ 84.020.607,89

1.2	Receita de Contribuições	R\$ 13.534.831,65
1.3	Receita Patrimonial	R\$ 13.837.031,36
1.4	Receita de Serviços	R\$ 46.916.295,84
1.5	Transferências Correntes	R\$ 336.153.860,75
1.6	Outras Receitas Correntes	R\$ 11.387.431,68
<b>2</b>	<b>Receitas de Capital</b>	<b>R\$ 3.265.657,60</b>
2.1	Operação de Crédito	R\$ 1.000.000,00
2.2	Alienação de Bens	R\$ 400.000,00
2.3	Transferências de Capital	R\$ 1.865.657,60
<b>3</b>	<b>Receitas Intra-Orçamentaria</b>	<b>R\$ 11.384.283,23</b>
3.1	Outras Receitas Intra-Orçamentárias	R\$ 11.384.283,23
<b>4</b>	<b>Deduções</b>	<b>-R\$ 45.000.000,00</b>
4.1	Dedução Transferências Correntes	-R\$ 45.000.000,00
<b>Total:</b>		<b>R\$ 475.500.000,00</b>

	<b>DESPESAS POR ÓRGÃO DE GOVERNO</b>	
<b>1</b>	<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>R\$ 152.512.746,68</b>
2	FUNDAÇÃO DAS LEGIONARIAS DO BEMESTAR SOCIAL - <b>FLBES</b>	R\$ 4.200.000,00
<b>3</b>	<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>R\$ 20.016.000,00</b>
4	FUNDEB	R\$ 36.000.000,00
5	FUNDAÇÃO CULTURAL MARIA DAS DORES CAMPOS - <b>FCMDC</b>	R\$ 2.000.000,00
6	CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO PEQUENO APRENDIZ - <b>CCPA</b>	R\$ 2.000.000,00
7	SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DETRÂNSITO DE CATALÃO - <b>SMTC</b>	R\$ 7.000.000,00

8	FUNDO ESPECIAL MUNICIPAL CORPO DE BOMBEIRO - <b>FEMBOM</b>	R\$ 1.100.000,00
9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – <b>FMS</b>	R\$ 100.000.000,00
10	INSTITUTO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTENCIADOS SERVIDORES DE CATALÃO - <b>IPASC</b>	R\$ 38.000.000,00
12	SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - <b>SAE</b>	R\$ 36.000.000,00
14	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - <b>FMAS</b>	R\$ 10.031.253,32
16	PROGRAMA DE SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - <b>PRO SAÚDE</b>	R\$ 10.000.000,00
17	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - <b>FMDCA</b>	R\$ 600.000,00
18	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - <b>FME</b>	R\$ 48.000.000,00
19	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - <b>FMMA</b>	R\$ 8.040.000,00
<b>TOTAL:</b>		<b>475.500.000,00</b>

A Lei Orçamentária Anual prevê a autorização para abertura de créditos suplementares até o limite de 70% (setenta cento) da despesa total fixada, bem como autorização para abertura de créditos adicionais até o limite da dotação consignada com Reserva de Contingência.

Em 30/05/2022 houve promulgação da Lei Municipal 3.976 que “autoriza o poder executivo a abrir créditos adicionais de natureza especial no orçamento vigente, nos termos do inc. ii, § 1º, do art. 32 da lei complementar 1012000, para contemplar os recursos provenientes da operação de crédito autorizada pela lei municipal de nº 3.880, de 11 de junho de 2021, nos termos seguintes.”

Em 11/07/2022 houve promulgação da Lei Municipal 3.988 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais de natureza especial no Orçamento Vigente, nos termos do inc. II, § 1º, do Art. 32 da Lei Complementar 101/2000, para contemplar os recursos provenientes da Lei Municipal de nº 3.977, de 12 de maio de 2022, nos termos seguintes.”

Já em 12/09/2022 houve promulgação da Lei Municipal 4.008 que “Dispõe sobre transposição de créditos

*orçamentários no âmbito do Poder Executivo e Legislativo Municipal, no vigente orçamento e dá outras providências”.*

Percebe-se que há um desequilíbrio justificável na previsão de receitas e de despesas, gerando um déficit orçamentário, pois é previsto uma arrecadação de R\$ 475.000.000,00 e uma despesa de R\$ 537.955.014,83, ocasionando em déficit orçamentário de **R\$ 62.955.014,83 (sessenta e dois milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, quatorze reais e oitenta e três centavos)**.

## **5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO EXERCÍCIO**

### **5.1 DA RECEITA PÚBLICA.**

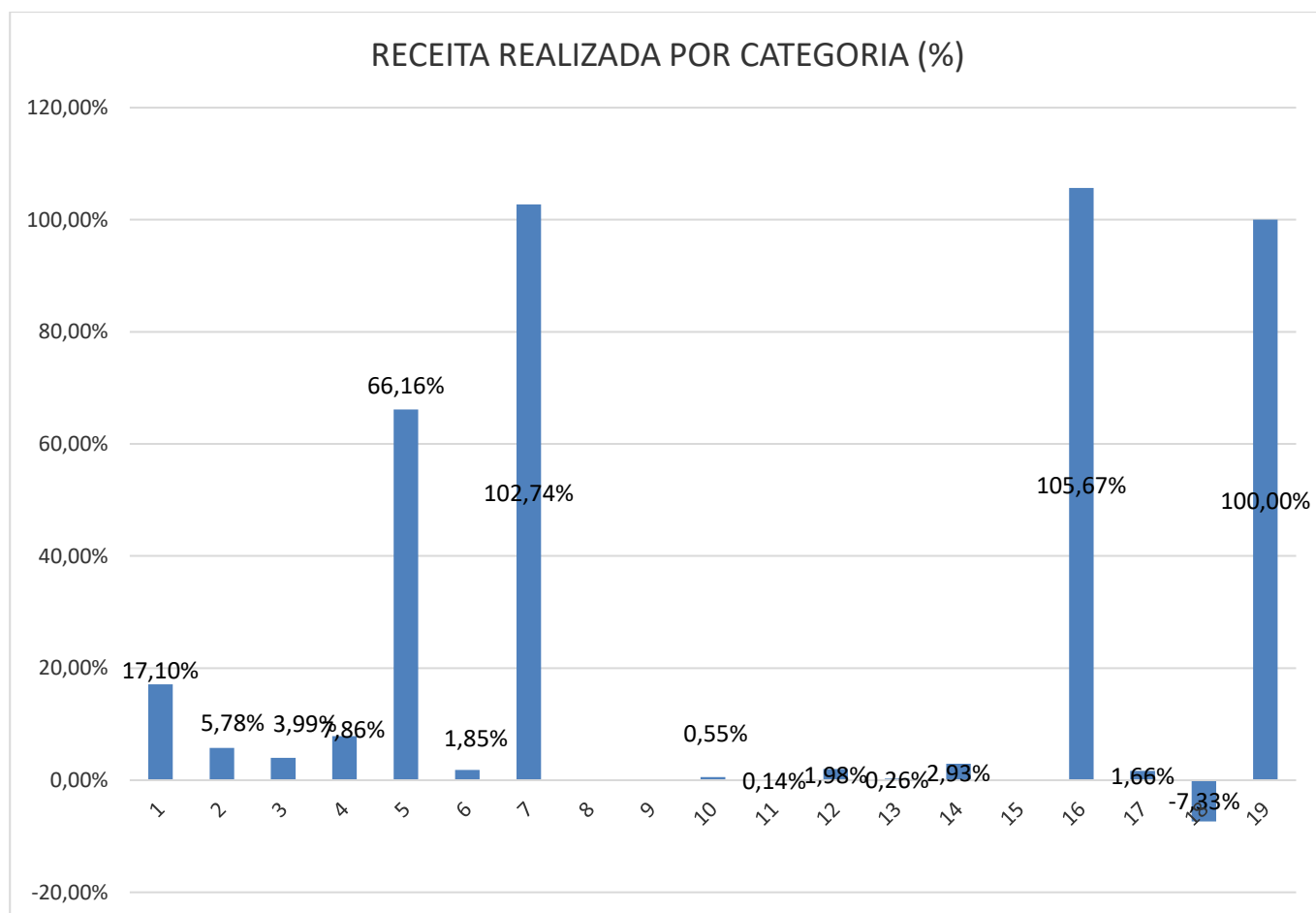
A análise do desempenho da receita durante o exercício de 2022, teve como parâmetro a análise dos demonstrativos contábeis. Nesse quesito analisamos o comparativo da receita orçada com a arrecadada, a evolução da receita comparada com anos anteriores, a inscrição em dívida ativa e ainda as medidas adotadas para o incremento da arrecadação tributária.

#### **5.1.1 COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL.**

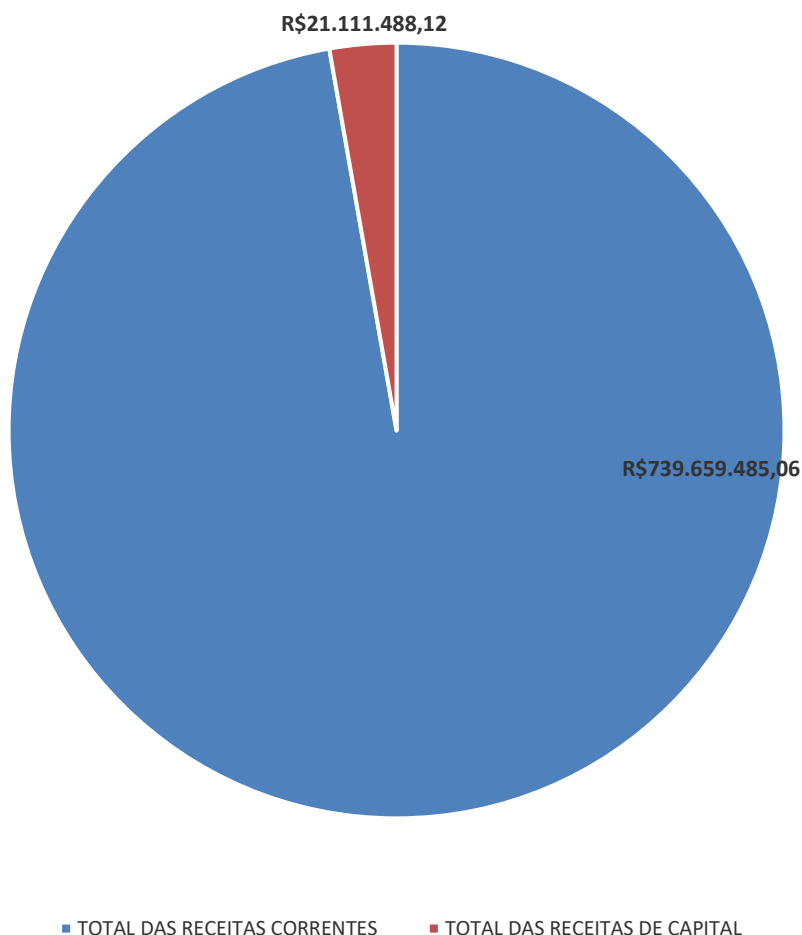
A tabela abaixo demonstra o percentual de cada receita no total arrecado por categoria econômica no exercício de 2022:

Prefeitura Municipal de Catalão					
BALANÇO GERAL					
Exercício 2022					
Tabela 2. PERCENTUAL DA REALIZAÇÃO DA RECEITA CORRENTE E DE CAPITAL					
Fonte: COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - ANEXO 10					
RECEITA					
RECEITAS CORRENTES (A)	Prevista	Realizada	AV	AV2	AH
Rec. Tributária	R\$ 84.020.607,89	R\$ 123.107.967,22	16,61%	17,10%	146,52%
Rec. Contribuição	R\$ 13.534.831,65	R\$ 41.633.486,04	2,68%	5,78%	307,60%
Rec. Patrimonial	R\$ 13.837.031,36	R\$ 28.710.690,55	2,74%	3,99%	207,49%
Rec. Serviços	R\$ 46.916.295,84	R\$ 56.595.556,88	9,27%	7,86%	120,63%
Transferências Correntes	R\$ 336.153.860,75	R\$ 476.309.733,13	66,45%	66,16%	141,69%
Outras Rec. Correntes	R\$ 11.387.431,68	R\$ 13.302.051,24	2,25%	1,85%	116,81%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 505.850.059,17	R\$ 739.659.485,06	100,00%	102,74%	146,22%
RECEITAS DE CAPITAL (B)					
Operações de Crédito	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.937.635,67	30,62%	0,55%	393,76%
Alienação de bens móveis	R\$ 200.000,00	R\$ 1.035.324,00	6,12%	0,14%	517,66%
Alienação de bens imóveis	R\$ 200.000,00	R\$ 14.272.870,85	6,12%	1,98%	7136,44%
Transferência de Capital	R\$ 1.865.657,60	R\$ 1.865.657,60	57,13%	0,26%	100,00%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 3.265.657,60	R\$ 21.111.488,12	100,00%	2,93%	646,47%
TOTAL GERAL (A+B)	R\$ 509.115.716,77	R\$ 760.770.973,18	107,07%	105,67%	149,43%
Receita Intra Orçamentária	R\$ 11.384.283,23	R\$ 11.949.289,54	2,39%	1,66%	104,96%
Deduções da Receita	-R\$ 45.000.000,00	-R\$ 52.775.724,13	-9,46%	-7,33%	117,28%
TOTAL	R\$ 475.500.000,00	R\$ 719.944.538,59	100,00%	100,00%	151,41%





RECEITA CORRENTE X RECEITAS DE CAPITAL



Analisando a tabela acima podemos concluir que a receita de capital corresponde a um percentual extremamente inferior ao total da receita arrecadada durante o exercício de 2022. Nesse caso a receita de capital representou apenas 2,93% do valor arrecadado no exercício.

A tabela acima demonstra o percentual de cada receita por categoria econômica, vemos então a representatividade de cada uma, sendo a maior as Receitas advindas de Transferências Correntes e a menor as Receitas de Serviços.

A tabela demonstra que o valor da Receita de Capital é formado predominantemente por Alienação de Bens

Imóveis, sendo também realizada a receita proveniente de Transferência de Capital, que corresponde a 0,26% da receita arrecadada no exercício.

Analisando as duas tabelas referentes à Receita, temos então que as Receitas Correntes sem as deduções totalizaram R\$ 739.659.485,06 (setecentos e trinta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e seis centavos), já as Receitas de Capital formam um montante de R\$ 21.111.488,12 (vinte e um milhões, cento e onze mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e doze centavos), onde a proporção é de 102,74%, não considerando as deduções de receitas que neste ano totalizaram R\$ 52.775.724,13 (cinquenta e dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil, setecentos e vinte e quatro reais e treze centavos) do total da arrecadação no ano é de Receita Corrente, conforme demonstra acima.

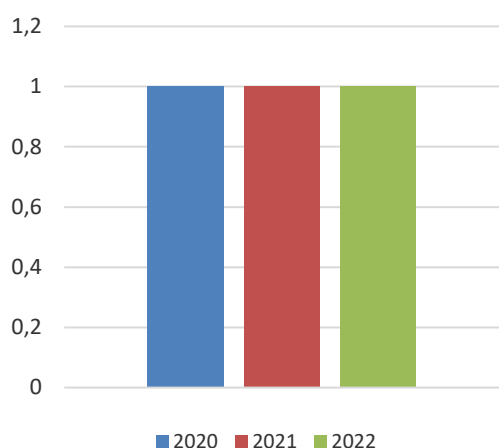
O percentual reduzido de receita de capital compromete os investimentos do Município, isso porque grande parte das receitas são correntes.

#### **5.1.2 DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS MAIS RELEVANTES.**

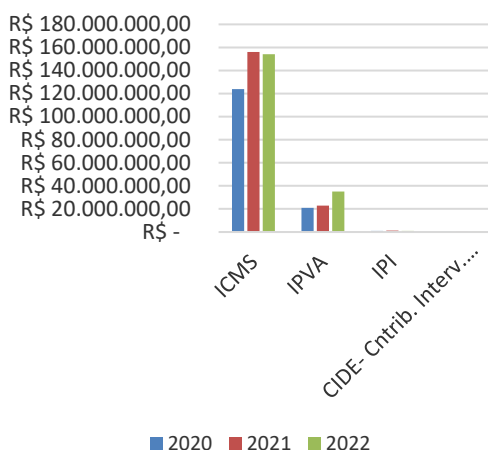
Neste tópico vamos avaliar a evolução da receita própria e as receitas mais relevantes do Município, em conformidade com o quadro de evolução:

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITA PÚBLICAS								
Fonte: Resumo Geral da Receita								
Exercício 2022								
	2020	AV %	2021	AV %	AH	2022	AV %	AH
<b>Receitas Correntes</b>								
<b>Receitas Tributárias</b>		100,00%		66,66%			100,00%	
IRRF	R\$ 14.765.430,65	19,63%	R\$ 17.995.664,68	26,01%	21,88%	R\$ 20.618.811,65	18,92%	14,58%
IPTU/ITU	R\$ 7.031.499,46	9,35%	R\$ 7.298.617,44	26,01%	3,80%	R\$ 8.756.900,42	8,04%	19,98%
Receita da Dívida Ativa - IPTU	R\$ 651.200,81	0,87%	R\$ 1.474.578,95	0,00%	126,44%	R\$ 1.040.542,60	0,95%	-29,43%
ITR	R\$ -	0,00%	R\$ 338.033,02	0,00%	0,00%	R\$ -	0,00%	-100,00%
Receita da Dívida Ativa - ITR	R\$ 83.781,92	0,11%	R\$ -	10,89%	-100,00%	R\$ -	0,00%	0,00%
ITBI	R\$ 9.857.167,44	13,11%	R\$ 10.216.549,72	0,00%	3,65%	R\$ 12.489.005,52	11,46%	22,24%
ISSQN	R\$ 39.419.030,62	52,41%	R\$ 47.547.711,07	0,00%	20,62%	R\$ 57.832.758,86	53,07%	21,63%
Receita da Dívida Ativa - ISSQN	R\$ 267.085,71	0,36%	R\$ 7.499.710,93	3,68%	2707,98%	R\$ 237.840,64	0,22%	-96,83%
Taxas	R\$ 2.759.769,53	3,67%	R\$ 3.392.101,03	0,00%	22,91%	R\$ 7.549.857,90	6,93%	122,57%
Contribuições de Melhoria	R\$ 377.477,72	0,50%	R\$ 383.676,17	0,08%	1,64%	R\$ 448.799,09	0,41%	16,97%
<b>Total de Receitas Tributárias</b>	<b>R\$ 75.212.443,86</b>	<b>16,14%</b>	<b>R\$ 96.146.643,01</b>	<b>17,08%</b>		<b>R\$ 108.974.516,68</b>	<b>16,16%</b>	
<b>Receitas de Contribuições</b>		100,00%		26,01%			100,00%	
Receita do COSIP	R\$ 10.935.130,09	100,00%	R\$ 25.004.379,20		128,66%	R\$ 41.633.486,04	100,00%	66,50%
<b>Total de Receitas de Contribuição</b>	<b>R\$ 10.935.130,09</b>	<b>2,35%</b>	<b>R\$ 25.004.379,20</b>	<b>4,44%</b>		<b>R\$ 41.633.486,04</b>	<b>6,18%</b>	
<b>Receitas Patrimoniais</b>		100,00%		100,00%			100,00%	
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	R\$ 897.523,90	17,90%	R\$ 10.468.144,48	74,32%	1066,34%	R\$ 464.625,88	1,65%	-95,56%
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%	R\$ 15.032.201,50	53,45%	0,00%
Juros e Correções Monetárias	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%	R\$ 12.454.448,85	44,28%	0,00%
Remuneração dos Recursos do RPPS	R\$ 4.116.044,33	82,10%	R\$ 3.542.306,27	25,15%	-13,94%	R\$ -	0,00%	-100,00%
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%	R\$ 147.704,40	0,53%	0,00%
Cessão de Direitos	R\$ -	0,00%	R\$ 75.000,00	0,53%	0,00%	R\$ 25.000,00	0,09%	-66,67%
Outras Receitas Imobiliárias	R\$ 23,26	0,00%	R\$ -	0,00%	-100,00%	R\$ -	0,00%	0,00%
<b>Total de Receitas Patrimoniais</b>	<b>R\$ 5.013.591,49</b>	<b>1,08%</b>	<b>R\$ 14.085.450,75</b>	<b>2,50%</b>		<b>R\$ 28.123.980,63</b>	<b>4,17%</b>	
<b>Receitas de Serviços</b>		100,00%		339,09%			100,00%	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	R\$ 40.431.256,32	99,93%	R\$ 47.741.361,19	338,94%	18,08%	R\$ 55.356.345,89	97,81%	15,95%
Outros Serviços - Multas e Juros	R\$ 28.612,52	0,07%	R\$ 21.642,70	0,15%	-24,36%	R\$ 1.239.210,99	2,19%	5625,77%
<b>Total de Receitas de Serviços</b>	<b>R\$ 40.459.868,84</b>	<b>8,68%</b>	<b>R\$ 47.763.003,89</b>	<b>8,48%</b>		<b>R\$ 56.595.556,88</b>	<b>8,39%</b>	
<b>Total de Receitas Próprias</b>	<b>R\$ 131.621.034,28</b>	<b>28,24%</b>	<b>R\$ 182.999.476,85</b>	<b>32,50%</b>		<b>R\$ 235.327.540,23</b>	<b>34,91%</b>	
<b>Transferências Correntes</b>								
<b>Transferências da União</b>		100,00%		100,00%			100,00%	
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	R\$ 44.547.363,28	32,23%	R\$ 59.213.597,53	44,65%	32,92%	R\$ 73.769.241,29	50,42%	24,58%
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	R\$ 2.956.886,72	2,14%	R\$ 4.059.127,63	3,06%	37,28%	R\$ 4.995.248,07	3,41%	23,06%
Transferências das compensações financeiras pela exploração de recursos naturais	R\$ 9.414.878,76	6,81%	R\$ 7.488.326,96	5,65%	-20,46%	R\$ 15.996.401,52	10,93%	113,62%
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	R\$ 7.607.507,44	5,50%	R\$ 9.027.271,19	6,81%	18,66%	R\$ -	0,00%	-100,00%
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP - Principal	R\$ 657.481,29	0,48%	R\$ 1.057.346,53	0,80%	60,82%	R\$ -	0,00%	-100,00%
Transferências da União e de suas Entidades - Manutenção de Ações e Serviços	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	0,00%	R\$ 35.150.653,92	24,03%	0,00%
Transferências da União e de suas Entidades - Educação	R\$ 1.763.860,37	1,28%	R\$ 1.793.601,31	1,35%	1,69%	R\$ 2.158.871,64	1,48%	20,37%
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação	R\$ 474.893,88	0,34%	R\$ -	0,00%	-100,00%	R\$ -	0,00%	0,00%
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação	R\$ 984.273,40	0,71%	R\$ 560.685,60	0,42%	-43,04%	R\$ -	0,00%	-100,00%
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio	R\$ 81.497,21	0,06%	R\$ 67.772,07	0,05%	-16,84%	R\$ -	0,00%	-100,00%
Transferências da União e de suas Entidades - FNAS	R\$ 1.238.664,24	0,90%	R\$ 506.670,37	0,38%	-59,10%	R\$ 733.724,29	0,50%	44,81%
Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência	R\$ -	0,00%	R\$ 200.000,00	0,15%	0,00%	R\$ -	0,00%	-100,00%
Transferências da União e de suas Entidades - SUS	R\$ 13.733.681,32	9,94%	R\$ -	0,00%	-100,00%	R\$ 233.425,82	0,16%	0,00%
Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	R\$ 34.007.264,12	24,60%	R\$ 39.194.835,19	29,56%	15,25%	R\$ -	0,00%	-100,00%
Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade	R\$ -	0,00%	R\$ 4.069.785,60	3,07%	0,00%	R\$ -	0,00%	-100,00%
Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados	R\$ -	0,00%	R\$ 2.164.115,16	1,63%	0,00%	R\$ -	0,00%	-100,00%
Transferências da União - Específica E/M	R\$ 1.443.373,93	1,04%	R\$ -	0,00%	-100,00%	R\$ 11.211.594,27	7,66%	0,00%
Transferências Financeiras do ICMS	R\$ 1.643.686,34	1,19%	R\$ 1.529.598,00	1,15%	-6,94%	R\$ 2.047.329,33	1,40%	33,85%
Outras Transferências de Convênios da União - Principal	R\$ 17.671.463,88	12,78%	R\$ 1.379.389,59	1,04%	-92,19%	R\$ -	0,00%	-100,00%
Outras Transferências da União - Principal	R\$ -	0,00%	R\$ 300.000,00	0,23%	0,00%	R\$ -	0,00%	-100,00%
<b>Total de Receitas de Transferências da União</b>	<b>R\$ 138.226.776,18</b>	<b>29,65%</b>	<b>R\$ 132.612.122,73</b>	<b>23,55%</b>		<b>R\$ 146.296.490,15</b>	<b>21,70%</b>	
<b>Transferências do Estado</b>		100,00%		100,00%			100,00%	
ICMS	R\$ 123.781.032,96	64,89%	R\$ 155.940.612,16	67,28%	25,98%	R\$ 154.057.914,23	54,10%	-1,21%
IPVA	R\$ 21.041.141,70	11,03%	R\$ 22.855.009,29	9,86%	8,62%	R\$ 35.226.949,63	12,37%	54,13%
IPI	R\$ 865.491,10	0,45%	R\$ 1.207.502,44	0,52%	39,52%	R\$ 1.026.639,34	0,36%	-14,98%
CIDE- Contrib. Interv. Domínio Econômico	R\$ 119.288,41	0,06%	R\$ 77.619,79	0,03%	-34,93%	R\$ 120.524,82	0,04%	55,28%
Transferências de Convênios dos Estados e DF para o Sistema Único de Saúde	R\$ 3.353.358,27	1,76%	R\$ 2.251.622,00	0,97%	-32,85%	R\$ 3.801.081,25	1,33%	68,82%
Transferências de Convênio dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS	R\$ 372.000,00	0,20%	R\$ 1.289.631,35	0,56%	246,68%	R\$ 30.288.433,80	10,64%	2248,61%
Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação	R\$ 624.000,00	0,33%	R\$ 561.600,00	0,24%	-10,00%	R\$ 872.000,00	0,31%	55,27%
Outras Transferências dos Estados - Principal	R\$ 5.463.967,84	2,86%	R\$ 429.683,92	0,19%	-92,14%	R\$ 123.690,21	0,04%	-71,21%
Outras Transferências dos Estados - Principal	R\$ -	0,00%	R\$ 89.890,69	0,04%	0,00%	R\$ -	0,00%	-100,00%
Transferências de Instituições Privadas - Principal	R\$ 465.000,00	0,24%	R\$ 700.000,00	0,30%	50,54%	R\$ 5.682.766,30	2,00%	711,82%
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da	R\$ 34.641.696,14	18,16%	R\$ 46.379.759,26	20,01%	33,88%	R\$ 53.308.889,21	18,72%	14,94%
Transferências de Pessoas Físicas - Principal	R\$ 29.550,00	0,02%	R\$ -	0,00%	-100,00%	R\$ 270.754,33	0,10%	0,00%
<b>Total de Receitas de Transferências do Estado</b>	<b>R\$ 190.756.526,42</b>	<b>40,92%</b>	<b>R\$ 231.782.930,90</b>	<b>41,17%</b>		<b>R\$ 284.779.643,12</b>	<b>42,24%</b>	
<b>Outras Receitas</b>		100,00%		100,00%			100,00%	
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>R\$ 5.535.111,40</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$ 15.615.056,13</b>	<b>100,00%</b>	182,11%	<b>R\$ 7.782.788,96</b>	<b>100,00%</b>	-50,16%
<b>Total de Outras Receitas</b>	<b>R\$ 5.535.111,40</b>	<b>1,19%</b>	<b>R\$ 15.615.056,13</b>	<b>2,77%</b>		<b>R\$ 7.782.788,96</b>	<b>1,15%</b>	
<b>Total de Receitas Gerais</b>	<b>R\$ 466.139.448,28</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$ 563.009.586,61</b>	<b>100,00%</b>		<b>R\$ 674.186.462,46</b>	<b>100,00%</b>	

### DETALHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO



### DETALHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO

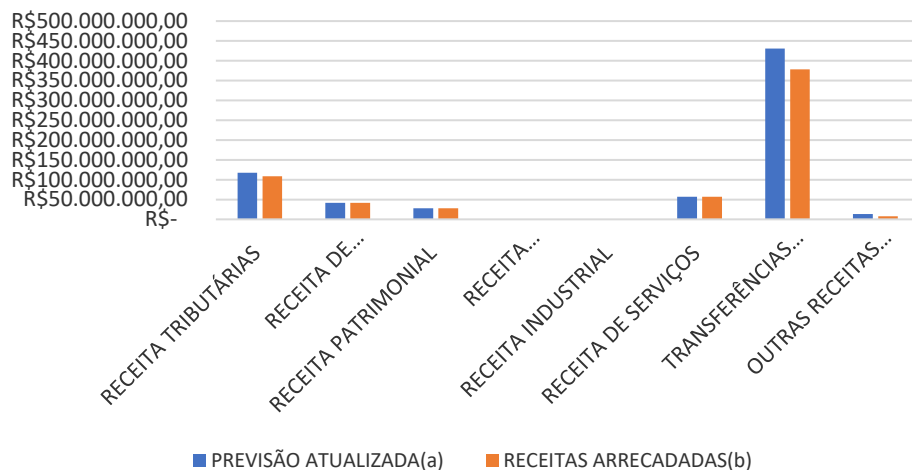


### Resultado Orçamentário apurado no Balanço Orçamentário 2022

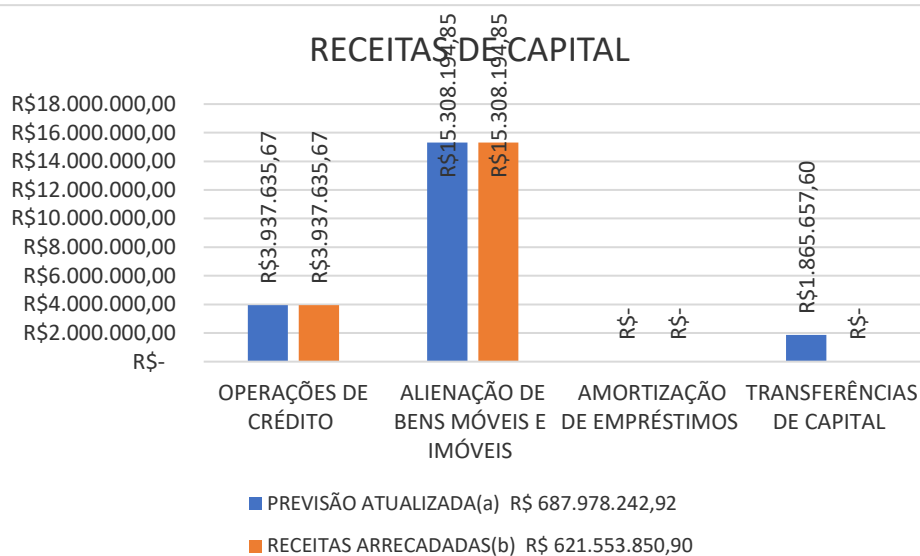
Fonte: Balanço Orçamentário

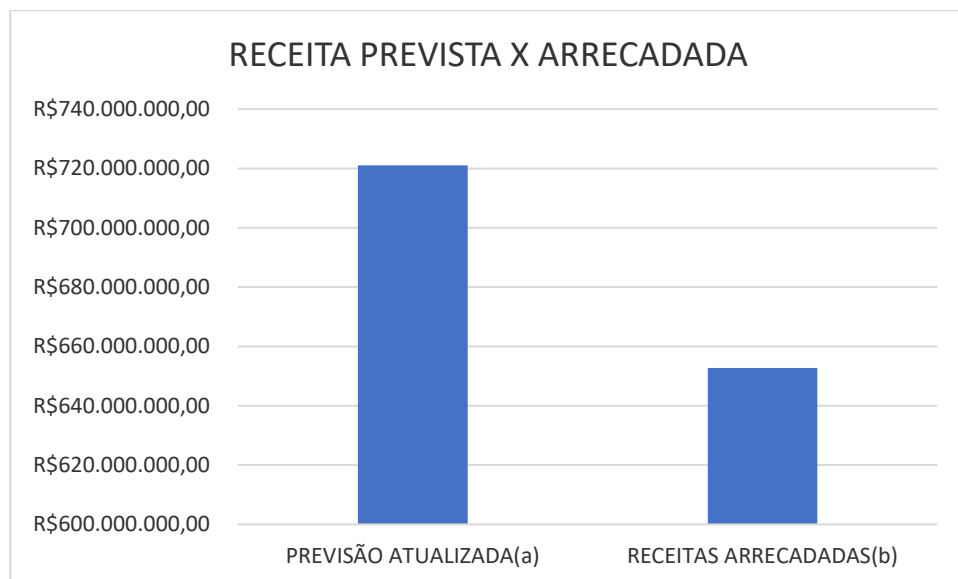
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS ARRECADADAS(b)	SALDOS (b-a)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 460.850.059,17</b>	<b>R\$ 687.978.242,92</b>	<b>R\$ 621.553.850,90</b>	<b>-R\$ 66.424.392,02</b>
RECEITA TRIBUTÁRIAS	R\$ 84.020.607,89	R\$ 117.298.423,46	R\$ 108.974.516,68	-R\$ 8.323.906,78
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$ 13.534.831,65	R\$ 41.633.486,04	R\$ 41.633.486,04	R\$ -
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 13.837.031,36	R\$ 28.123.980,63	R\$ 28.097.365,18	-R\$ 26.615,45
RECEITA AGROPECUÁRIA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RECEITA INDUSTRIAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$ 46.916.295,84	R\$ 56.595.556,88	R\$ 56.595.556,88	R\$ -
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 291.153.860,75	R\$ 431.025.127,18	R\$ 378.470.137,16	-R\$ 52.554.990,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 11.387.431,68	R\$ 13.301.668,73	R\$ 7.782.788,96	-R\$ 5.518.879,77
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 3.265.657,60</b>	<b>R\$ 21.111.488,12</b>	<b>R\$ 19.245.830,52</b>	<b>-R\$ 1.865.657,60</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.937.635,67	R\$ 3.937.635,67	R\$ -
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	R\$ 400.000,00	R\$ 15.308.194,85	R\$ 15.308.194,85	R\$ -
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$ 1.865.657,60	R\$ 1.865.657,60	R\$ -	-R\$ 1.865.657,60
				R\$ -
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>R\$ 11.384.283,23</b>	<b>R\$ 11.949.289,54</b>	<b>R\$ 11.949.289,54</b>	<b>R\$ -</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 475.500.000,00</b>	<b>R\$ 721.039.020,58</b>	<b>R\$ 652.748.970,96</b>	<b>-R\$ 68.290.049,62</b>
<b>PERCENTUAL DA RECEITA ARRECADADA (b/a)</b>				<b>90,5289%</b>

### RECEITAS CORRENTES



### RECEITAS DE CAPITAL





Diante do apresentado, foi constatada a evolução das principais receitas arrecadas nos últimos 03 (três) exercícios, sendo possível verificar que em 2022, em que pese ter um incremento da receita própria em 28,59%. Houve acréscimo de transferências decorrentes da união, perfazendo um montante de 10,32%. Houve acréscimo no repasse decorrente do Estado de Goiás, na ordem de 22,86% para o exercício de 2022.

Com o incremento das receitas tributárias, demonstra-se que o Município está buscando fortalecer as receitas próprias, conforme apresentados nos gráficos abaixo apresentados.

Além disso, verificou-se que em decorrência da pandemia da COVID-19, tanto o Estado quanto a União elevou suas transferências ao Município buscando custear o tratamento da população.

Quanto as receitas de terceiros, verificou-se que em 2022 houve uma evolução negativa na ordem de 50,16%.

Quanto à avaliação das Receitas Gerais do Município, verificamos uma elevação significativa na ordem de 19,75%, resultando em R\$ 111.176.875,85 (cento e onze milhões, cento e setenta e seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

### **5.1.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA O INCREMENTO DA RECEITA.**

Mesmo diante de um cenário de crise financeira que prevalece em nosso país, o Município de Catalão tomou algumas medidas para incrementar a arrecadação tributária local, tais como:

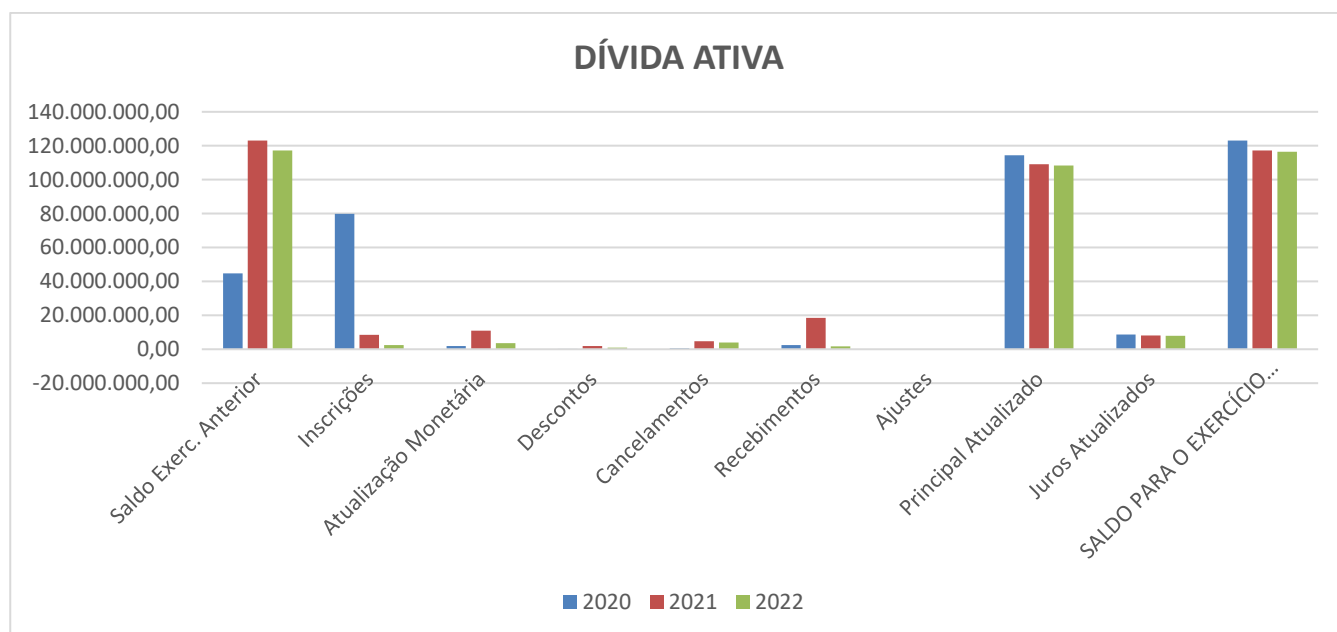
- ✓ Revisão do Código Tributário Municipal;
- ✓ Estruturar o cadastro econômico utilizando o CNAE.
- ✓ Atualização do cadastro imobiliário, permitindo a constante atualização e integração das bases cadastrais, no nível municipal, estadual e federal;
- ✓ Atualização da planta de valores;
- ✓ Desenvolvimento de ações massivas de cobrança visando a generalização do cumprimento das obrigações tributárias e criação do cadastro de inadimplentes;
- ✓ Ampliar as ações de fiscalização, com capacitação dos fiscais e servidores do setor de arrecadação;
- ✓ Implantação da cobrança administrativa;
- ✓ Instituir o Contencioso Administrativo com a criação das instâncias de julgamento e permitir a ampla defesa do cidadão;
- ✓ Modernizar os critérios de avaliação de imóveis;
- ✓ Implementação do executivo judicial para agilizar a inscrição em dívida ativa dos processos cobrados administrativamente e não recebidos, aperfeiçoando os mecanismos de representação judicial na fazenda municipal;
- ✓ Monitorar os optantes do simples nacional;
- ✓ Implementar a substituição tributária do ISS;

#### **5.1.4 INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.**

A tabela abaixo demonstra a movimentação da dívida ativa nos 03 últimos exercícios.



INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA				
EXERCÍCIO 2022				
DÍVIDA ATIVA	2020	2021	2022	AV %
Saldo Exerc. Anterior	44.651.561,59	123.033.460,26	117.182.725,72	-4,76%
Inscrições	79.899.617,80	8.401.115,31	2.413.374,99	-71,27%
Atualização Monetária	1.967.483,63	10.909.197,06	3.515.815,84	-67,77%
Descontos	256.231,98	1.805.552,62	947.097,38	-47,55%
Cancelamentos	515.650,69	4.787.046,55	3.991.098,09	-16,63%
Recebimentos	2.431.646,75	18.576.524,01	1.785.976,86	-90,39%
Ajustes	-325.968,96	0,00	0,00	0,00%
Principal Atualizado	114.313.815,36	109.079.748,33	108.407.872,95	-0,62%
Juros Atualizados	8.719.644,90	8.102.977,39	7.979.862,45	-1,52%
<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>R\$ 123.033.460,26</b>	<b>R\$ 117.182.725,72</b>	<b>R\$ 116.387.735,40</b>	<b>-0,68%</b>



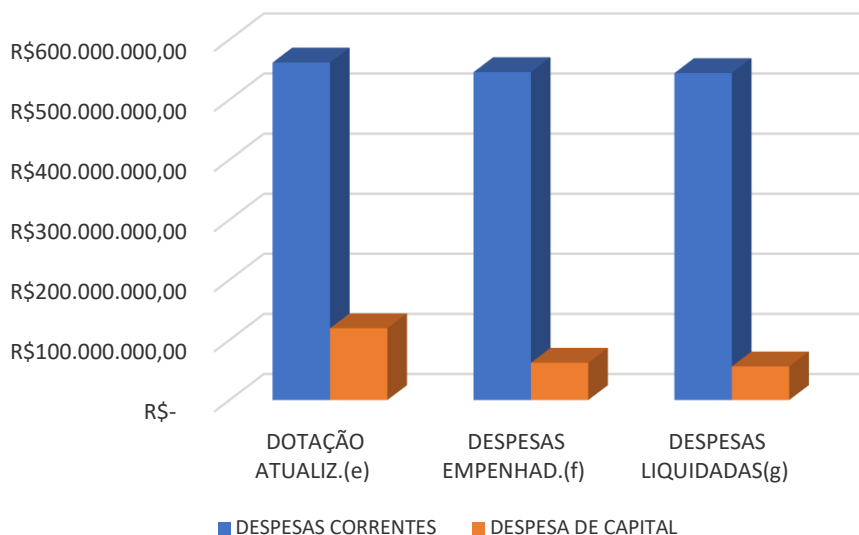
Ficou demonstrado que com o esforço de cobrança dos débitos em Dívida Ativa foi possível o recebimento no valor de R\$ 1.785.976,86 (um milhão, setecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos), houve um pequeno decréscimo no valor da dívida ativa a receber, pois o saldo para o exercício seguinte caiu 0,68% em relação ao ano anterior, chegando a R\$ 116.387.735,40 (cento e dezesseis milhões, trezentos e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos). Após realização de auditoria, todos os débitos não recolhidos foram inscritos em Dívida Ativa.

Foram cancelados no exercício 2022, o valor de R\$ 3.991.098,09 (três milhões, novecentos e noventa e um mil, noventa e oito reais e nove centavos), referente aos processos individualizados por tipo de cancelamento, contribuintes, dentre outros parâmetros utilizados pela Secretaria Municipal de Receita do Município de Catalão, tendo todos os comprovantes enviados no balanço anual protocolizado junto ao Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás. Sugerimos a judicialização dos débitos inscritos em dívida ativa para que se diminua o prejuízo do Município.

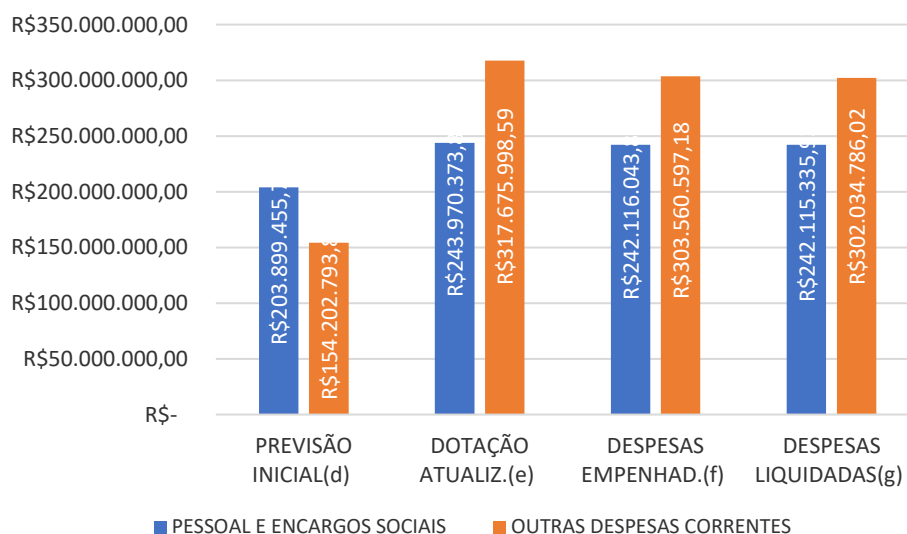
## 5.2 DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.

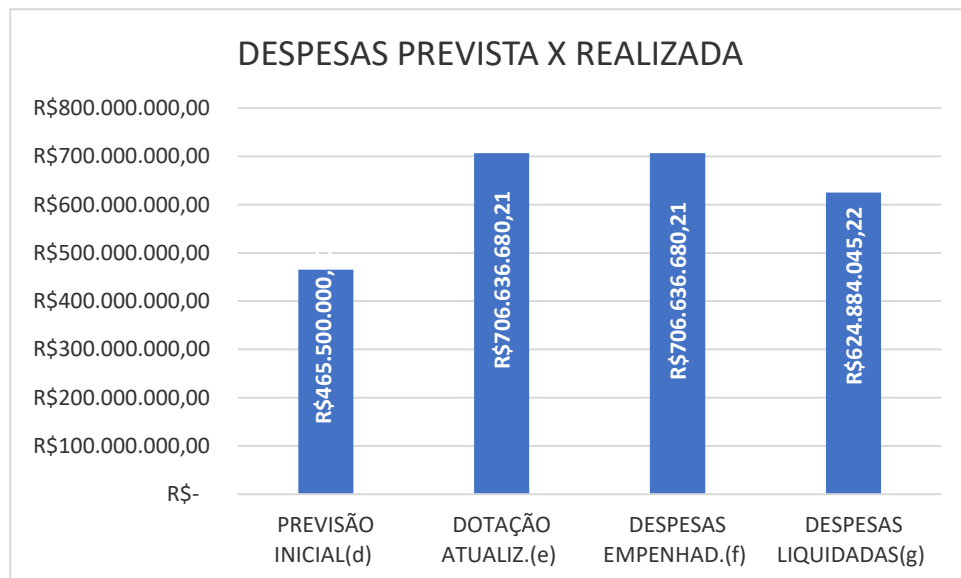
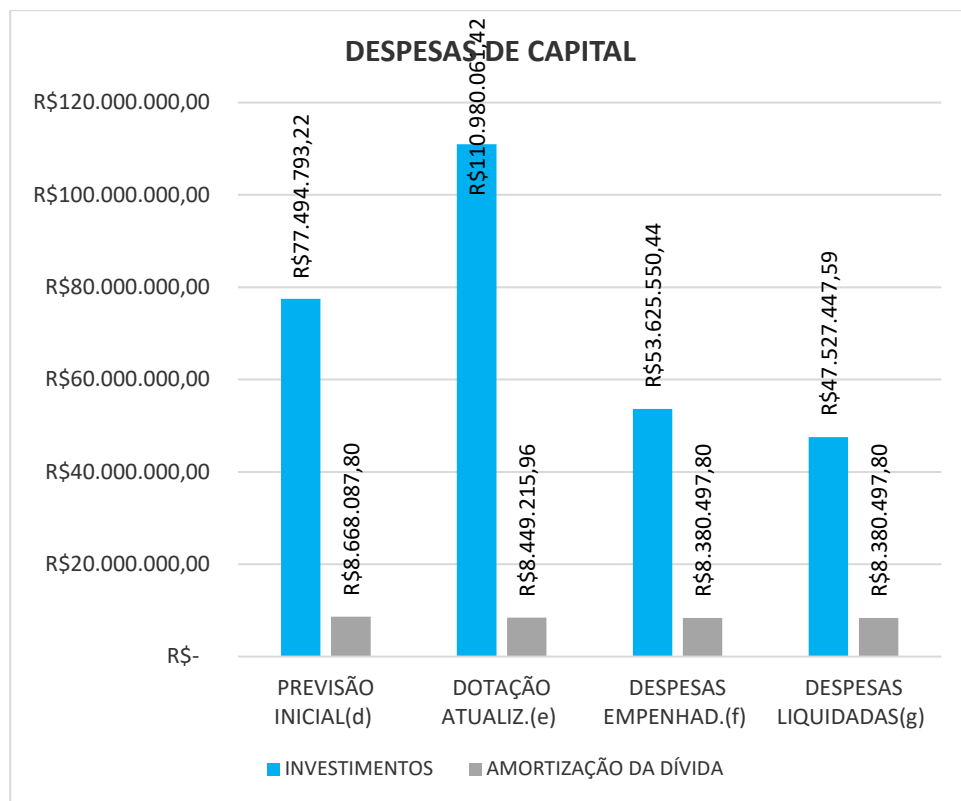
Resultado Orçamentário apurado no Balanço Orçamentário 2022				
Fonte: Balanço Orçamentário - DESPESAS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL(d)	DOTAÇÃO ATUALIZ.(e)	DESPESAS EMPENHAD.(f)	DESPESAS LIQUIDADAS(g)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 358.109.336,36</b>	<b>R\$ 561.646.372,40</b>	<b>R\$ 545.676.641,02</b>	<b>R\$ 544.150.121,95</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 203.899.455,73	R\$ 243.970.373,81	R\$ 242.116.043,84	R\$ 242.115.335,93
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 7.086,78	R\$ -	R\$ -	R\$ -
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 154.202.793,85	R\$ 317.675.998,59	R\$ 303.560.597,18	R\$ 302.034.786,02
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 86.162.881,02</b>	<b>R\$ 119.429.277,38</b>	<b>R\$ 62.006.048,24</b>	<b>R\$ 55.907.945,39</b>
INVESTIMENTOS	R\$ 77.494.793,22	R\$ 110.980.061,42	R\$ 53.625.550,44	R\$ 47.527.447,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 8.668.087,80	R\$ 8.449.215,96	R\$ 8.380.497,80	R\$ 8.380.497,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 4.000.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	R\$ 17.227.782,62	R\$ 25.561.030,43	R\$ 24.958.175,81	R\$ 24.825.977,88
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)</b>	<b>R\$ 465.500.000,00</b>	<b>R\$ 706.636.680,21</b>	<b>R\$ 632.640.865,07</b>	<b>R\$ 624.884.045,22</b>
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)				
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAM.(VII)				
<b>SUB TOTAL COM REFIN. VIII = (VI+VII)</b>	<b>R\$ 465.500.000,00</b>	<b>R\$ 706.636.680,21</b>	<b>R\$ 632.640.865,07</b>	<b>R\$ 624.884.045,22</b>
SUPERÁVIT (IX)			R\$ 73.995.815,14	
<b>TOTAL X= (VII+IX)</b>	<b>R\$ 465.500.000,00</b>	<b>R\$ 706.636.680,21</b>	<b>R\$ 706.636.680,21</b>	<b>R\$ 624.884.045,22</b>

### DESPESAS CORRENTES X DESPESAS DE CAPITAL

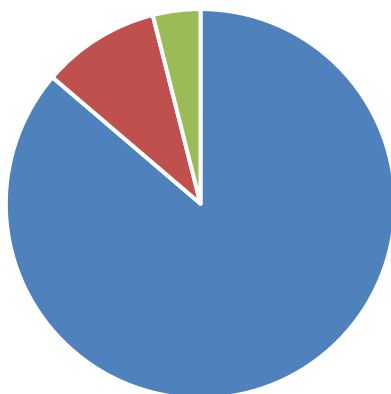


### DESPESAS CORRENTES





Despesas Empenhadas

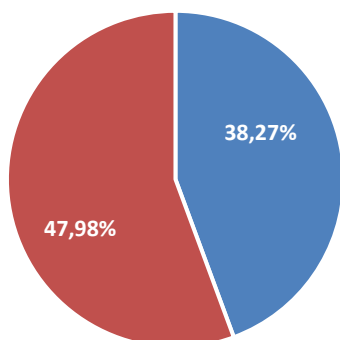


■ DESPESAS CORRENTES ■ DESPESA DE CAPITAL ■ DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)

### 5.2.1 COMPOSIÇÃO DA DESPESA.

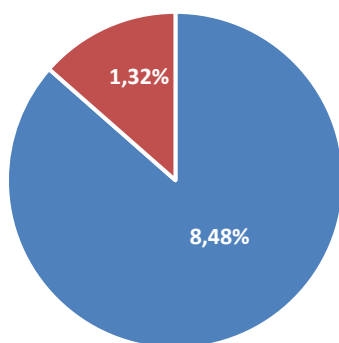
PERCENTUAL DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL		
Ano de 2022		
Fonte: Balanço Orçamentário		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS	PERCENTUAL(%)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 545.676.641,02</b>	<b>86,25%</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 242.116.043,84	38,27%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ -	0,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 303.560.597,18	47,98%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 62.006.048,24</b>	<b>9,80%</b>
INVESTIMENTOS	R\$ 53.625.550,44	8,48%
INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$ -	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 8.380.497,80	1,32%
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>R\$ 24.958.175,81</b>	<b>3,95%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 632.640.865,07</b>	<b>100,00%</b>

#### COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES

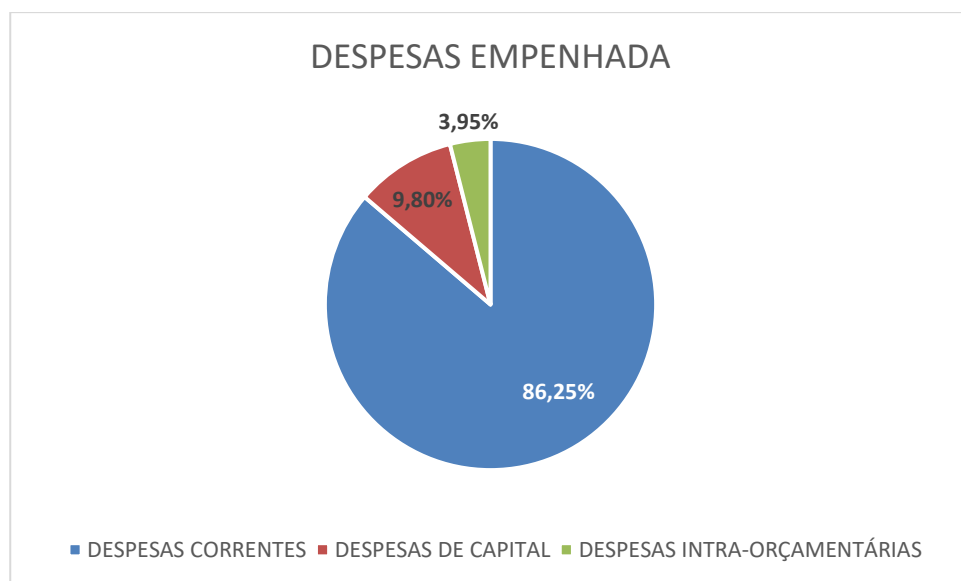


■ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS ■ OUTRAS DESPESAS CORRENTES

#### COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL



■ INVESTIMENTOS ■ AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA



As Despesas Correntes constituem o grupo de despesas da administração pública, para a manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral, quer através da administração direta, quer através da administração indireta. Já as Despesas de Capital constituem o grupo de despesas da administração pública, direta ou indireta, com intenção de adquirir ou constituir bens de capital que contribuirão para produção ou geração de novos bens ou serviços e integrarão o patrimônio público. Considerando essa informação, observa-se que das despesas realizadas em 2022, apenas 9,80% foram despesas de capital, no montante de R\$ 62.006.048,24 (sessenta e dois milhões, seis mil, quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos), 3,95% das despesas foram classificadas como Intra-Orçamentária, no montante de R\$ 24.958.175,81 (vinte e quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, cento e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos), e o restante 86,25% composto de despesas correntes, no montante de R\$ 545.676.641,02 (quinhentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e seis mil, seiscentos e quarenta e um reais e dois centavos). Podendo concluir que a Gestão tem gastado muito com a manutenção dos serviços e investido menos de 10% em despesas de capital.

Diante do cenário descrito, a recomendação deste Controle Interno do Município é que nos próximos instrumentos de planejamento seja priorizado o aumento de recursos alocados para investimento.

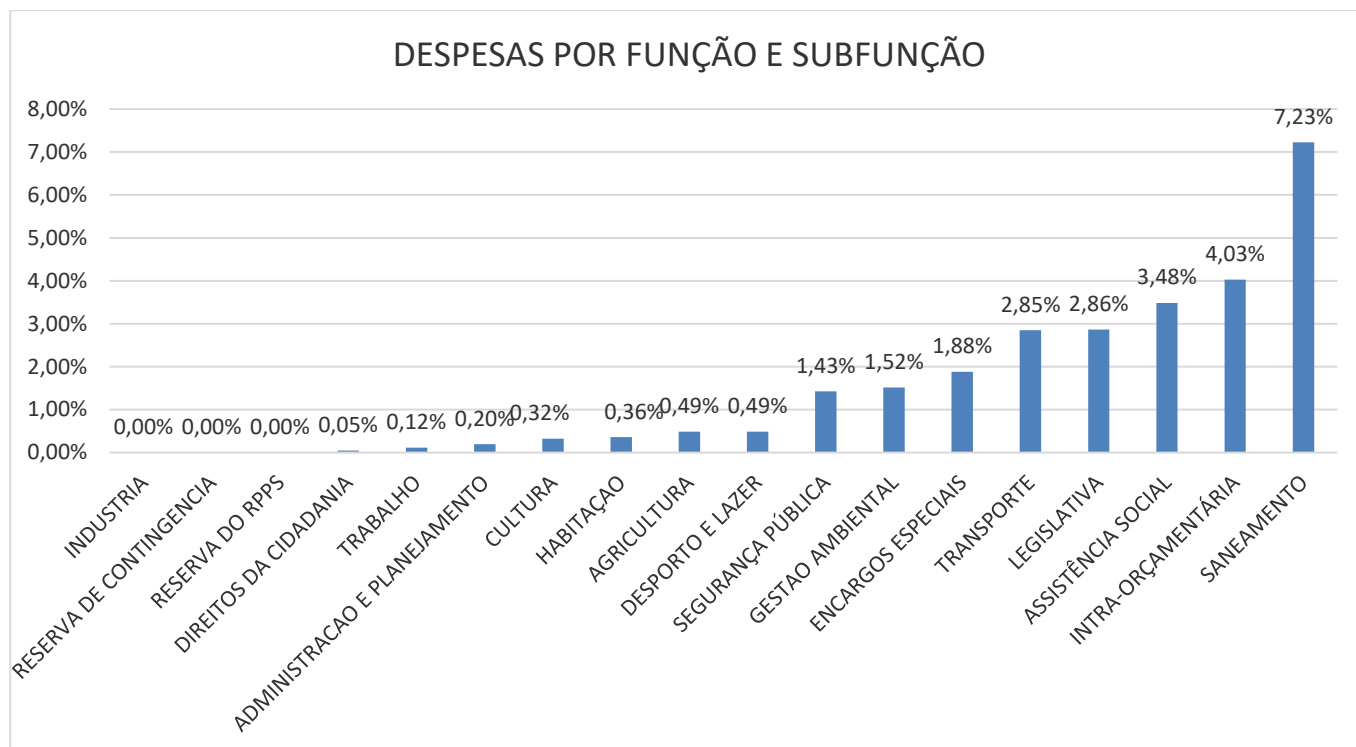
### 5.2.2 DESPESA EMPENHADA POR FUNÇÕES.

A tabela 8 demonstra o percentual de despesa empenhada por função, para possibilitar uma análise

vertical do percentual de cada função no total da despesa empenhada no exercício.

Prefeitura Municipal de Catalão		
BALANÇO FINANCEIRO - Exercício 202		
ANÁLISE VERTICAL		
Fonte: Relatório Resumido de Exec. Orçamentária - Anexo II		
Anexo 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Subfunção		
F U N Ç Õ E S	R\$	AV %
ADMINISTRACAO	R\$ 61.269.854,72	9,94%
ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	R\$ 1.207.551,30	0,20%
AGRICULTURA	R\$ 2.994.685,61	0,49%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 21.469.418,67	3,48%
CULTURA	R\$ 1.983.222,49	0,32%
DESPORTO E LAZER	R\$ 3.022.334,87	0,49%
DIREITOS DA CIDADANIA	R\$ 300.949,98	0,05%
EDUCAÇÃO	R\$ 99.328.563,61	16,12%
ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 11.604.493,47	1,88%
GESTAO AMBIENTAL	R\$ 9.363.626,76	1,52%
HABITAÇÃO	R\$ 2.210.295,80	0,36%
INDUSTRIA	R\$ -	0,00%
INTRA-ORÇAMENTÁRIA	R\$ 24.825.977,88	4,03%
LEGISLATIVA	R\$ 17.639.367,47	2,86%
PREVIDENCIA SOCIAL	R\$ 49.380.957,29	8,01%
RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ -	0,00%
RESERVA DO RPPS	R\$ -	0,00%
SANEAMENTO	R\$ 44.549.640,14	7,23%
SAÚDE	R\$ 174.515.476,13	28,32%
SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 8.783.554,15	1,43%
TRABALHO	R\$ 710.296,91	0,12%
TRANSPORTE	R\$ 17.552.245,54	2,85%
URBANISMO	R\$ 63.524.519,22	10,31%
<b>TOTAL (Exceto Intra-Orçamentárias)</b>	<b>R\$ 616.237.032,01</b>	<b>100,00%</b>





Através da tabela acima, demonstra que no exercício de 2022 este Município priorizou 03 (três) funções:

- 1º - Saúde com a aplicação de 28,32% dos gastos no exercício;
- 2º - Educação com a aplicação de 16,12% dos gastos no exercício;
- 3º - Urbanismo que aplicou 10,31% dos gastos no exercício.

## 6. ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS – CONTAS DE GOVERNO.

Inicialmente vamos analisar o resultado da análise dos atos de gestão, tendo por base os anexos do Balanço Geral do Exercício de 2022, abordando os indicadores para avaliar a aplicação do gasto público, através dos indicadores a seguir demonstrados.

### 6.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.

O Balanço Orçamentário visa demonstrar as Receitas e Despesas Previstas com as Realizadas, conforme artigo 102

da Lei nº 4.320/64. Ao relacionar as Receitas e as Despesas a intenção é evidenciar o princípio do equilíbrio orçamentário, onde as partes devem ser iguais.

No exercício de 2022 a Prefeitura Municipal de Catalão, conforme consta da LOA, teve uma previsão de arrecadar R\$ 475.500.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões e quinhentos mil reais). Foi constatado que o valor efetivamente arrecadado foi de R\$ 652.748.970,96 (seiscentos e cinquenta e dois milhões, setecentos e quarenta e oito mil, novecentos e setenta reais e noventa e seis centavos), gerando um superávit de R\$ 177.248.970,96 (cento e setenta e sete milhões, duzentos e quarenta e oito mil, novecentos e setenta reais e noventa e seis centavos), quando comparado à previsão primitiva, ou seja, arrecadou o percentual de 137,27% da receita prevista para o exercício de 2022.

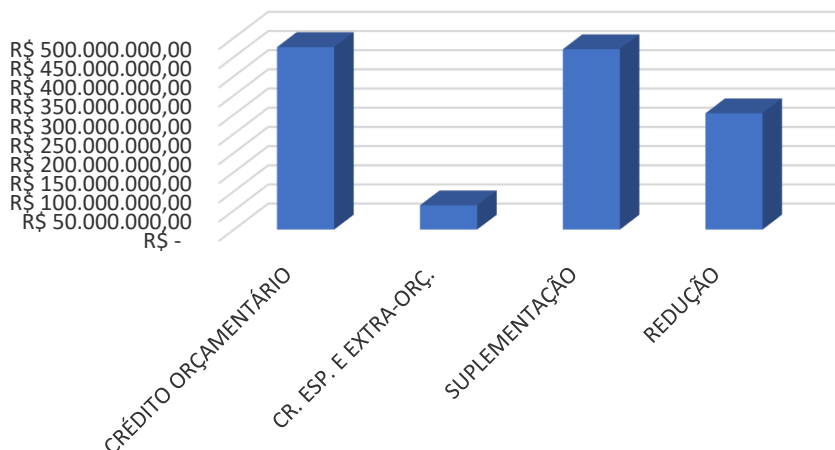
Mas, temos que frisar que a previsão de R\$ 475.500.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões e quinhentos mil reais) foi atualizada para R\$ 721.039.020,58 (setecentos e vinte e um milhões, trinta e nove mil, vinte reais e cinquenta e oito centavos).

#### 6.1.1 DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

##### RECEITAS

Prefeitura Municipal de Catalão						
CONTROLE CRÉDITOS ADICIONAIS						
Fonte: Comparativo de Despesas Autorizadas com a Realizada - ANEXO 11						
Exercício: 2022						
CONTROLE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES						
Receita Prevista(R\$)	Limite Autorizado(%)	Valor Autorizado(R\$)	Valor Utilizado(R\$)	Limite Utilizado		
475.500.000,00	70%	332.850.000,00	470.171.180,80	98,88%		
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO	CR. ESP. E EXTRA- ORÇ.	SUPLEMENTAÇÃO	REDUÇÃO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇAS
R\$ 475.500.000,00	R\$ 63.104.423,58	R\$ 470.171.180,83	R\$ 303.055.289,50	R\$ 705.720.314,91	R\$ 624.884.045,22	-R\$ 149.384.045,22

### ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS 2020

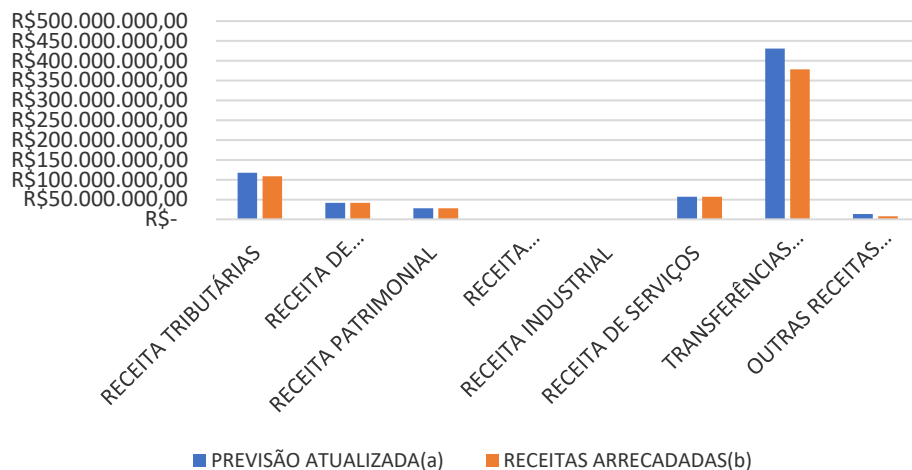


#### Resultado Orçamentário apurado no Balanço Orçamentário 2022

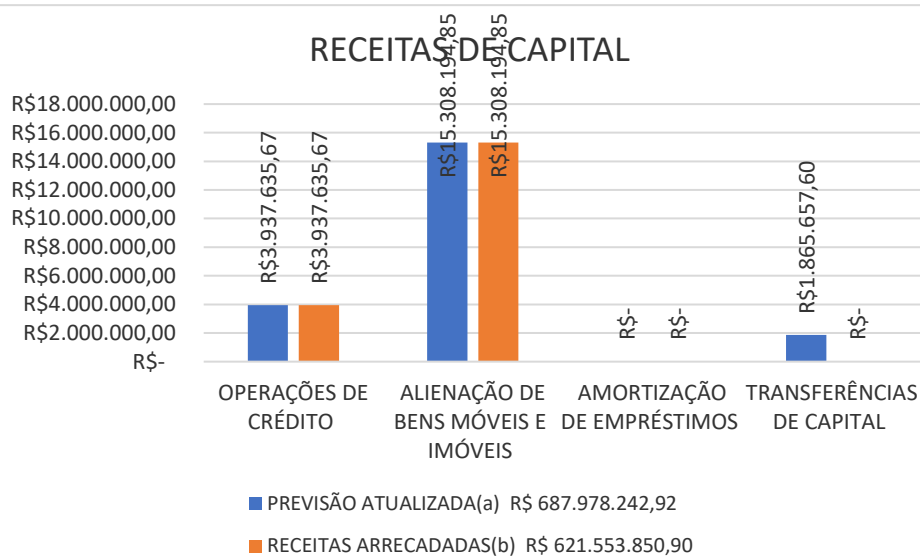
Fonte: Balanço Orçamentário

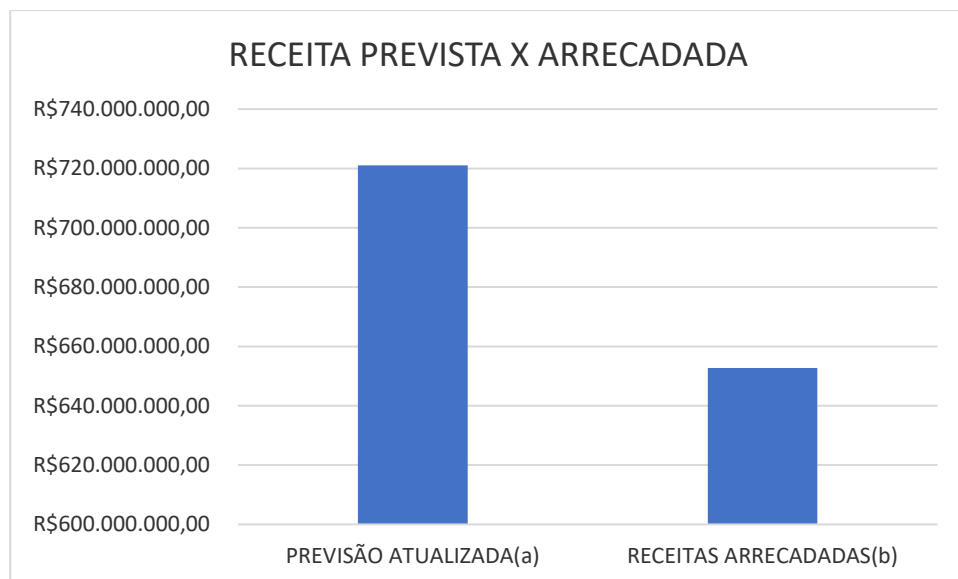
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS ARRECADADAS(b)	SALDOS (b-a)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 460.850.059,17</b>	<b>R\$ 687.978.242,92</b>	<b>R\$ 621.553.850,90</b>	<b>-R\$ 66.424.392,02</b>
RECEITA TRIBUTÁRIAS	R\$ 84.020.607,89	R\$ 117.298.423,46	R\$ 108.974.516,68	-R\$ 8.323.906,78
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$ 13.534.831,65	R\$ 41.633.486,04	R\$ 41.633.486,04	R\$ -
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 13.837.031,36	R\$ 28.123.980,63	R\$ 28.097.365,18	-R\$ 26.615,45
RECEITA AGROPECUÁRIA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RECEITA INDUSTRIAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$ 46.916.295,84	R\$ 56.595.556,88	R\$ 56.595.556,88	R\$ -
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 291.153.860,75	R\$ 431.025.127,18	R\$ 378.470.137,16	-R\$ 52.554.990,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 11.387.431,68	R\$ 13.301.668,73	R\$ 7.782.788,96	-R\$ 5.518.879,77
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 3.265.657,60</b>	<b>R\$ 21.111.488,12</b>	<b>R\$ 19.245.830,52</b>	<b>-R\$ 1.865.657,60</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.937.635,67	R\$ 3.937.635,67	R\$ -
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	R\$ 400.000,00	R\$ 15.308.194,85	R\$ 15.308.194,85	R\$ -
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$ 1.865.657,60	R\$ 1.865.657,60	R\$ -	-R\$ 1.865.657,60
				R\$ -
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>R\$ 11.384.283,23</b>	<b>R\$ 11.949.289,54</b>	<b>R\$ 11.949.289,54</b>	<b>R\$ -</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 475.500.000,00</b>	<b>R\$ 721.039.020,58</b>	<b>R\$ 652.748.970,96</b>	<b>-R\$ 68.290.049,62</b>
PERCENTUAL DA RECEITA ARRECADADA (b/a)				90,5289%

### RECEITAS CORRENTES



### RECEITAS DE CAPITAL



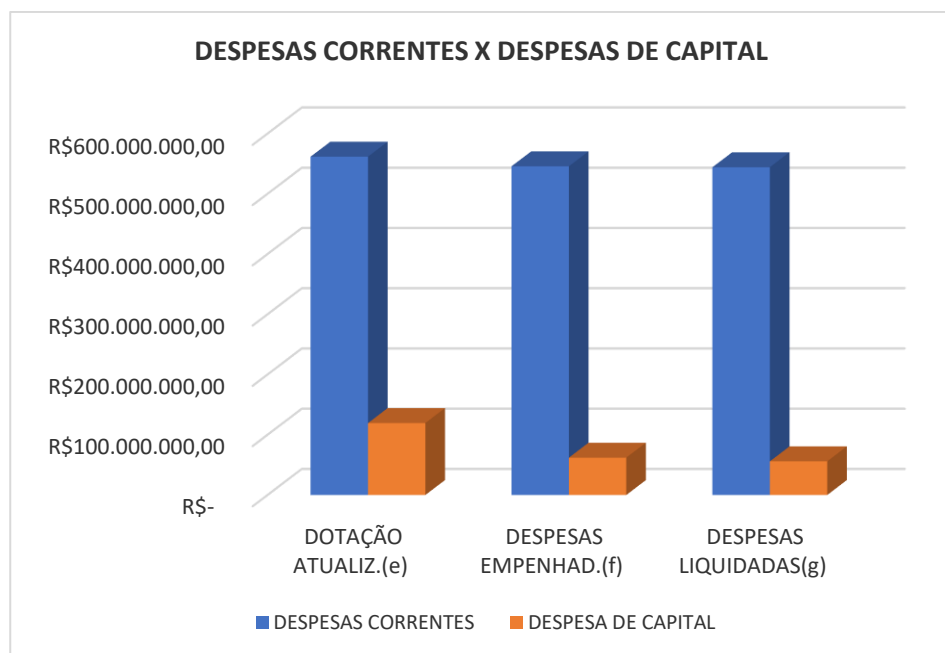


De acordo com o Balanço Orçamentário o Município previu inicialmente arrecadar R\$ 475.500.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões e quinhentos mil reais). Com o decurso do tempo essa previsão foi atualizada para R\$ 721.039.020,58 (setecentos e vinte e um milhões, trinta e nove mil, vinte reais e cinquenta e oito centavos). Mas a receita realizada foi de R\$ 652.748.970,96 (seiscentos e cinquenta e dois milhões, setecentos e quarenta e oito mil, novecentos e setenta reais e noventa e seis centavos), gerando um déficit orçamentário de R\$ 68.290.049,62 (sessenta e oito milhões, duzentos e noventa mil, quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos), ou seja, um déficit orçamentário a título de receitas, conforme previsão orçamentária atualizada, de 9,47%. Mas já em comparação ao orçamento inicial, houve superávit de 37,28%. Sendo composta em maioria pelas transferências correntes, receita tributária e de contribuições.

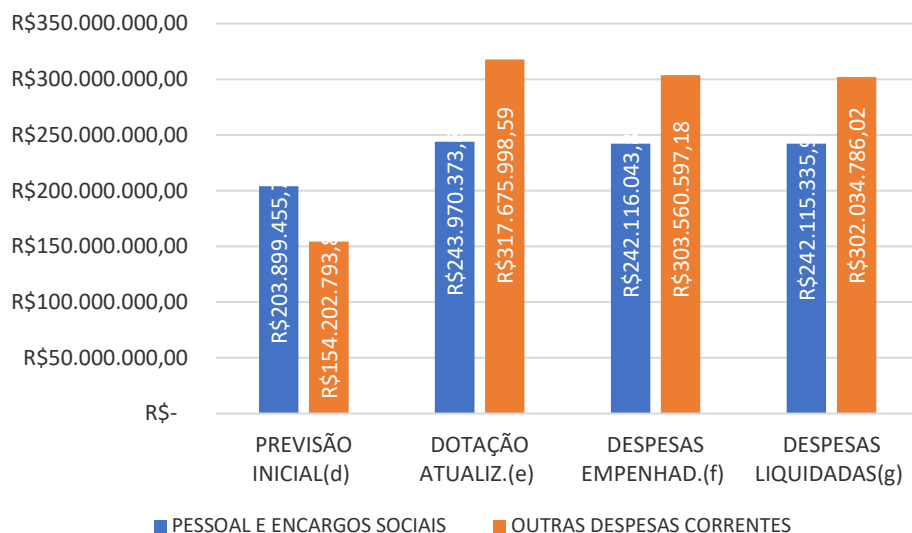
### **6.1.2 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.**

#### **6.1.2.1 DESPESAS**

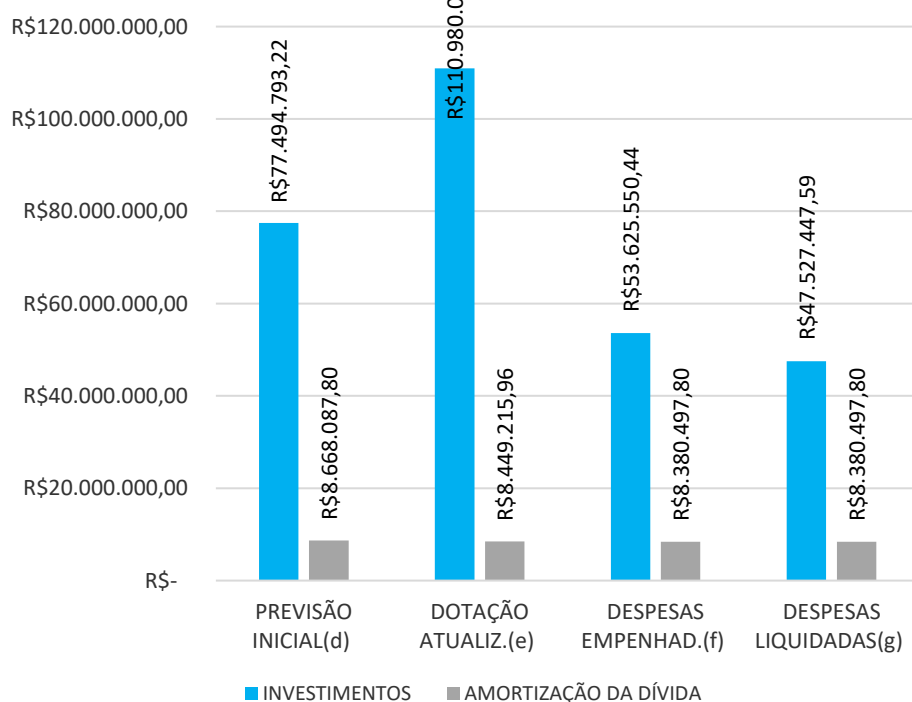
Resultado Orçamentário apurado no Balanço Orçamentário 2022				
Fonte: Balanço Orçamentário - DESPESAS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL(d)	DOTAÇÃO ATUALIZ.(e)	DESPESAS EMPENHAD.(f)	DESPESAS LIQUIDADAS(g)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 358.109.336,36</b>	<b>R\$ 561.646.372,40</b>	<b>R\$ 545.676.641,02</b>	<b>R\$ 544.150.121,95</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 203.899.455,73	R\$ 243.970.373,81	R\$ 242.116.043,84	R\$ 242.115.335,93
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 7.086,78	R\$ -	R\$ -	R\$ -
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 154.202.793,85	R\$ 317.675.998,59	R\$ 303.560.597,18	R\$ 302.034.786,02
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 86.162.881,02</b>	<b>R\$ 119.429.277,38</b>	<b>R\$ 62.006.048,24</b>	<b>R\$ 55.907.945,39</b>
INVESTIMENTOS	R\$ 77.494.793,22	R\$ 110.980.061,42	R\$ 53.625.550,44	R\$ 47.527.447,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 8.668.087,80	R\$ 8.449.215,96	R\$ 8.380.497,80	R\$ 8.380.497,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 4.000.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	R\$ 17.227.782,62	R\$ 25.561.030,43	R\$ 24.958.175,81	R\$ 24.825.977,88
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)</b>	<b>R\$ 465.500.000,00</b>	<b>R\$ 706.636.680,21</b>	<b>R\$ 632.640.865,07</b>	<b>R\$ 624.884.045,22</b>
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)				
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAM.(VII)				
<b>SUB TOTAL COM REFIN. VIII = (VI+VII)</b>	<b>R\$ 465.500.000,00</b>	<b>R\$ 706.636.680,21</b>	<b>R\$ 632.640.865,07</b>	<b>R\$ 624.884.045,22</b>
SUPERÁVIT (IX)			R\$ 73.995.815,14	
<b>TOTAL X= (VII+IX)</b>	<b>R\$ 465.500.000,00</b>	<b>R\$ 706.636.680,21</b>	<b>R\$ 706.636.680,21</b>	<b>R\$ 624.884.045,22</b>



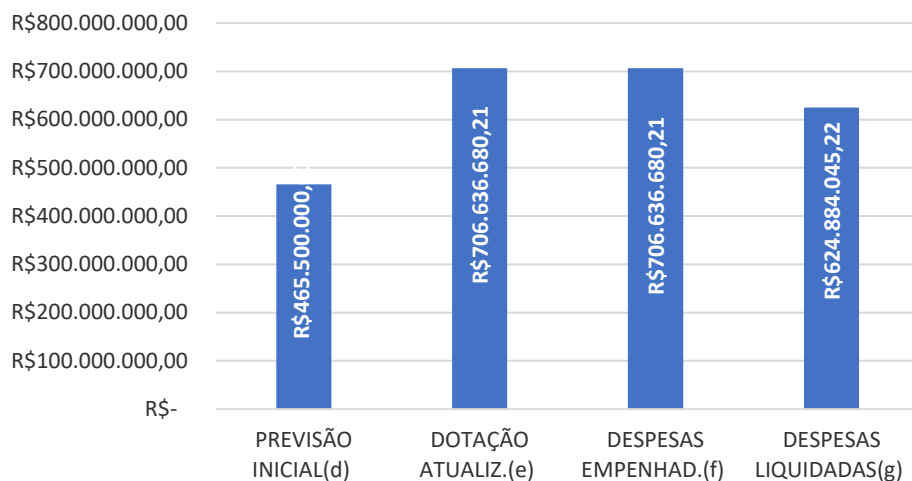
### DESPESAS CORRENTES



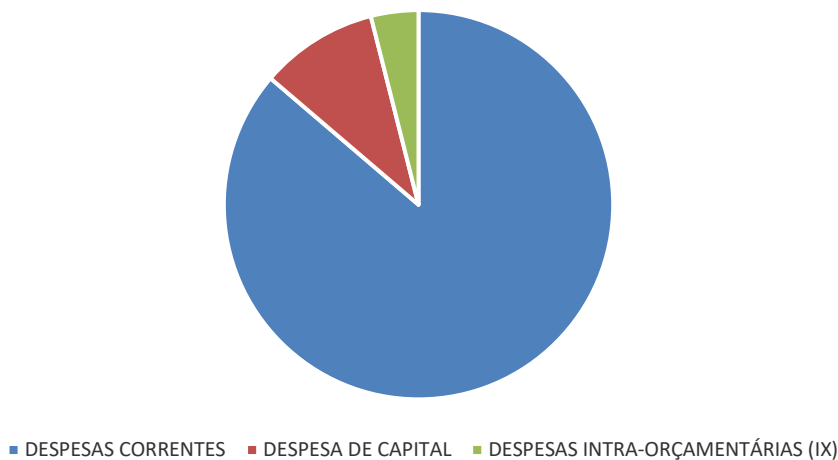
### DESPESAS DE CAPITAL



### DESPESAS PREVISTA X REALIZADA



### Despesas Empenhadas



Analisando o quadro acima, observa-se que no exercício 2022 foram realizadas despesas no montante de R\$ 624.884.045,22 (seiscentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos), sendo um superávit orçamentário primário de R\$ 96.154.975,36 (noventa e seis milhões, cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos). Já em comparação ao orçamento das despesas modificado, que subiu da previsão inicial de R\$ 465.500.000,00 passando para R\$ 706.636.680,21 (setecentos e seis milhões, seiscentos e trinta e seis mil, seiscentos e oitenta reais e vinte e um centavos), houve um superávit orçamentário de R\$ 241.136.680,21 (duzentos e quarenta e um milhões, cento e trinta e seis mil, seiscentos e oitenta reais e vinte e um centavos), mas como o índice de suplementação aprovado



pelo Legislativo foi de até **70,00%** (mas efetivamente o índice aprovado foi a 100% e utilizado foram 98,88%), houve redução orçamentária de R\$ 303.055.289,50 (trezentos e três milhões, cinquenta e cinco mil, duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos) e suplementação de R\$ 470.171.180,83 (quatrocentos e setenta milhões, cento e setenta e um mil, cento e oitenta reais e oitenta e três centavos), e crédito especial de R\$ 63.104.423,58 (sessenta e três milhões, cento e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta e oito centavos), o orçamento das despesas foi atualizado para R\$ 706.636.680,21 (setecentos e seis milhões, seiscentos e trinta e seis mil, seiscentos e oitenta reais e vinte e um centavos), gerando assim um superávit orçamentário de 2,04%.

Isso significa que conforme a receita prevista não era arrecadada, a gestão conseguiu segurar a despesa realizada, de forma a não causar desequilíbrio orçamentário.

**Das despesas correntes**, observa-se que de R\$ 331.664.396,92 orçados foram suplementados R\$ 297.821.990,50, houve créditos especiais de R\$ 1.390.344,02, reduções de R\$ 190.152.396,60, gerando assim um orçamento de R\$ 440.724.334,88. Desse valor, foram empenhados R\$ 401.087.251,25, liquidados R\$ 399.080.327,26, pagos R\$ 398.163.804,28, ficando disponível ao final do exercício R\$ 39.637.083,63.

**Das despesas de capital**, observa-se que de R\$ 358.109.336,36 (trezentos e cinquenta e oito milhões, cento e nove mil, trezentos e trinta e seis reais e trinta e seis centavos) orçados foram suplementados R\$ 203.537.036,04 (duzentos e três milhões, quinhentos e trinta e sete mil, trinta e seis reais e quatro centavos), houve créditos especiais de R\$ 600.000,00, reduções de R\$ 66.246.727,26, autorizados R\$ 81.290.777,18, gerando assim um orçamento de R\$ 81.290.777,18. Desse valor, foram empenhados R\$ 47.435.832,46, liquidados R\$ 47.411.931,46, pagos R\$ 46.158.697,46, ficando disponível ao final do exercício R\$ 26.146.219,76.

Na execução das despesas correntes, 45,0688% do gasto foi composto por despesas com pessoal e encargos, 0,0000% com amortização de juros e encargos da dívida, e o restante (54,9312%) com outras despesas correntes.

Já as despesas de capital foram compostas em 18,0626% com Amortização da dívida e 81,9374% correspondem à Investimentos.

### **6.1.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS APURADOS NOS QUOCIENTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		
1. Quociente de Execução da Receita		
Receita Executada	469.184.760,55	1,117
Receita Prevista	420.000.000,00	
2. Quociente de Equilíbrio Orçamentário		
Despesa Fixada	439.648.068,65	1,047
Receita Prevista	420.000.000,00	
3. Quociente de Cobertura dos Créditos Adicionais		
Excesso de Arrecadação	49.184.760,55	24,7117
Créditos Adicionais Abertos	1.990.344,02	
4. Quociente de Execução da Despesa		
Despesa Executada (empenhada)	448.523.083,71	0,853
Despesa Fixada (Atualizada)	526.015.112,06	
7. Quociente do Resultado Orçamentário		
Receita Executada	469.184.760,55	1,046
Despesa Executada (Empenhada)	448.523.083,71	

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>		
<b>1. Quociente da Execução Orçamentária</b>		
<u>Receita Orçamentária</u>	420.000.000,00	0,965
Despesa Orçamentária	435.105.000,00	

2. Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária		
Receita Orçamentária	420.000.000,00	0,945
Despesa Orçamentária Paga	444.322.501,70	
3. Quociente da Execução Extraorçamentária		
Receita Extraorçamentária	15.105.000,00	1,000
Despesa Extraorçamentária	15.105.000,00	
4. Quociente do Resultado da Execução Financeira		
Soma dos Ingressos	404.895.000,00	0,964
Soma dos Dispêndios	420.000.000,00	
Receita Orçamentário +Extraorçamentária/ Despesa Orçamentária + Extraorçamentária)		
5. Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros		
Saldo para o exercício seguinte	-	#DIV/0!
Saldo do exercício anterior	-	
6. Quociente do Controle de Destinação de Recursos		
Despesa Orçamentária Vinculada	-	#DIV/0!
Despesa Orçamentária Vinculada	-	

**QUOCIENTES DO BALANÇO PATRIMONIAL**

1. Quociente da Situação Financeira		
Ativo Financeiro	183.015.548,40	14,147
Passivo Financeiro	12.936.481,94	
2. Quociente da Situação Permanente		
Ativo Permanente	365.859.191,69	5,421
Passivo Permanente	67.486.756,32	
3. Quociente de Resultado Patrimonial		
Ativo Circulanre + Ativo Não Circulante	548.874.740,09	6,825
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	80.423.238,26	
QUOCIENTES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
1. Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais		
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	-	#DIV/0!
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	-	

ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS		
1.Capital Circulante Liquido		
Ativo Circulante	183.015.548,40	
Passivo Circulante	12.936.481,94	
Capital Circulante Líquido	170.079.066,46	
2. Quociente da Liquidez Imediata		
Disponibilidades	175.522.658,11	13,568
Passivo Circulante	12.936.481,94	
3. Quociente de Liquidez Corrente		

<u>Ativo Circulante</u>	183.015.548,40	14,147
Passivo Circulante	12.936.481,94	
4. Índice de Liquidez Seca		
<u>Ativo Circulante - Estoques</u>	183.015.548,40	14,147
Passivo Circulante	12.936.481,94	
5. Quociente de Liquidez Geral		
<u>Ativo (Circulante + Realizável a Longo Prazo)</u>	548.874.740,09	6,825
Passivo (Circulante + Não Circulante)	80.423.238,26	

#### Quociente de Execução da Receita

O quociente de execução da receita demonstra que a receita efetivamente arrecada no exercício de 2022 ultrapassou o montante previsto na Lei Orçamentária Anual, resultando em superávit de arrecadação. Nesse exercício podemos perceber que o Município arrecadou 11,71% acima da previsão orçamentária.

#### Quociente de Equilíbrio Orçamentário

Despesa Fixada	420.000.000,00	0,9271
Receita Prevista	469.184.760,55	

Analisando esse quociente, constatamos que a dotação atualizada é maior que a previsão inicial. Isso significa que houve utilização dos índices de suplementação bem como a abertura de créditos adicionais durante o exercício de 2022. O quociente acima demonstra que não houve equilíbrio orçamentário.

#### Quociente de Cobertura de Créditos Adicionais

Excesso de Arrecadação	34.079.760,55	17,1225
Créditos Adicionais Abertos	1.990.344,06	

O resultado demonstra que houve excesso de arrecadação que pode dar suporte a abertura de créditos adicionais

**Quociente de Execução da Despesa**

Despesa Executada	446.492.258,70	1,0262
Fixada	435.105.000,00	

Interpretando esse quociente constatamos que houve 1,0262 de despesa empenhada para cada 1,00 de despesa autorizada, ou seja, fixada pela LOA.

Analisando esse quociente foi demonstrado que foi empenhado apenas 103,08% da despesa fixada para o exercício de 2022, considerando o orçamento inicial de R\$ 435.105.000,00. Considerando os índices de suplementação de até 65% do orçamento, obtivemos um limite de até R\$ 526.015.112,06 autorizados, tendo como suplementações R\$ 355.318.891,90 e reduções de R\$ 266.399.123,90, bem como dotação especial de R\$ 1.990.344,06. Analisando o Balanço Orçamentário foi constatado que a Despesa orçamentária inicial foi aumentada em função do índice de suplementação autorizado e de dotações especiais.

Houve no período de 2022 despesas e receitas executados em equilíbrio, tendo como valor executado em ambos os casos R\$ 469.184.760,55, atingindo assim o princípio do equilíbrio orçamentário.

**Quociente do Resultado Orçamentário**

Receita Executada	469.184.760,55	1,0000
Despesa Executada	469.184.760,55	

O quociente acima demonstra que para R\$ 1,00 de despesa empenhada, existe R\$ 1,00 de receita executada gerando, portanto, o equilíbrio orçamentário.

**6.1.4 CRÉDITOS ADICIONAIS.**

Para o exercício de 2022 foi previsto na lei nº orçamentária anual a receita de R\$ 420.000.000,00. Em conformidade com a Lei nº 3.726 de 09/12/2019, autorizada pelo Poder Legislativo do Município de Catalão a abertura de Créditos

Adicionais de natureza suplementar até o limite de 65% (sessenta e cinco por cento) do orçamento anual, equivalente ao montante de R\$ 273.000.000,00.

Do limite de 65% previsto para suplementação, o crédito suplementar foi utilizado conforme demonstrado abaixo:

Receita Prevista(R\$)	Limite Autorizado (%)	Valor Autorizado(R\$)	Valor Utilizado(R\$)	Limite Utilizado
420.000.000,00	65%	273.000.000,00	49.184.760,55	18,02%

Exercício: 2022						
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO	CR. ESP. E EXTRA-ORÇ.	SUPLEMENTAÇÃO	REDUÇÃO	TOTAL	REALIZADA	DIFERENÇAS
R\$ 420.000.000,00	R\$ -	R\$ 273.000.000,00	R\$ -	R\$ 693.000.000,00	R\$ 49.184.760,55	R\$ 223.815.239,45

Analisando o demonstrativo acima, podemos constatar que, de acordo com a Lei Municipal nº 3.726 de 09/12/2019, foi autorizado o limite de 65% para suplementação (sendo ele complementado durante o ano passando para o limite de 90%), correspondente ao montante de R\$ 273.000.000,00 e que, desse limite, o município fez uma suplementação de R\$ 49.184.760,55 e uma redução de R\$ 0,00.

## 6.2 BALANÇO FINANCEIRO.

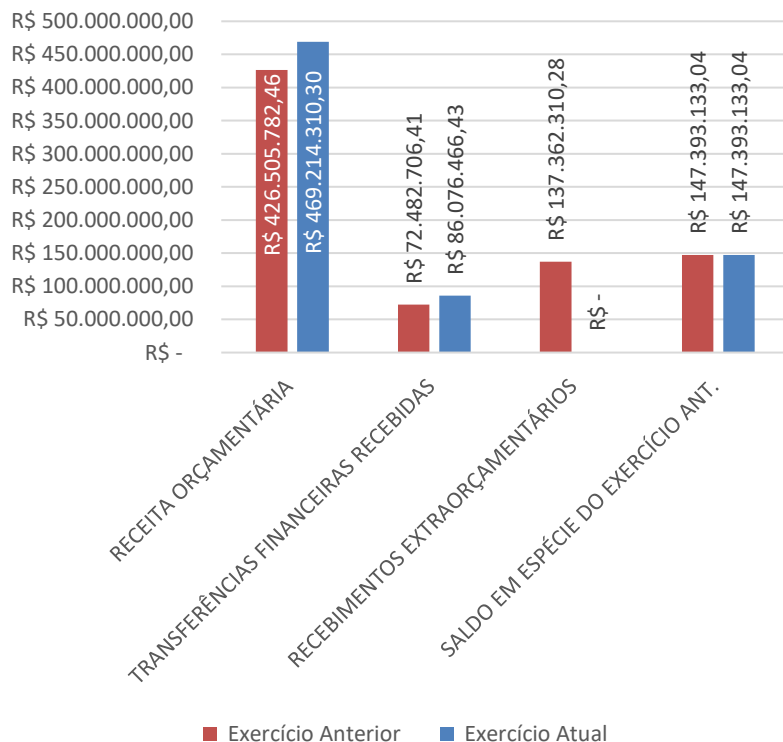
De acordo com o art. 103 da Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstrará a Receita e a Despesa Orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza Extraorçamentárias, conjugados com saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Para fins de análise, apresentamos os dados do Balanço Financeiro a seguir:

Prefeitura Municipal de Catalão					
BALANÇO FINANCEIRO RESUMIDO					
Fonte: Balanço Financeiro					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	R\$ 469.214.310,30	R\$ 426.505.782,46	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	R\$ 448.523.083,71	R\$ 415.034.643,64
Correntes	R\$ 466.139.448,28	R\$ 426.816.363,18			
Capital	R\$ 15.981.152,86	R\$ 22.807.344,00			
Intra-Orçamentárias	R\$ 26.197.037,89	R\$ 14.682.604,63			
(-) Deduções da Rec. Orçamentária	R\$ 39.103.328,73	R\$ 37.800.529,35			
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	R\$ 86.076.466,43	R\$ 72.482.706,41	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	R\$ 83.708.780,48	R\$ 72.595.040,41
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	R\$ -	R\$ 137.362.310,28	<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	R\$ -	R\$ 138.141.649,82
Depósitos não Judiciais	R\$ -	R\$ 41.259.349,08	Pagamento da Dívida	R\$ -	R\$ 41.025.514,99
Inscrição de Restos a Pagar	R\$ -	R\$ 10.750.413,21	Pagamentos Restos a Pagar	R\$ -	R\$ 11.187.046,49
Realizável	R\$ -	R\$ 85.352.547,99	Realizável	R\$ -	R\$ 85.929.088,34
<b>SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANT.</b>	R\$ 147.393.133,04	R\$ 147.393.133,04	<b>SALDO EM ESPÉCIE PARA EXERCÍCIO SEGUINTE.</b>	R\$ 157.972.598,32	R\$ 157.972.598,32
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 702.683.909,77</b>	<b>R\$ 783.743.932,19</b>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 690.204.462,51</b>	<b>R\$ 783.743.932,19</b>

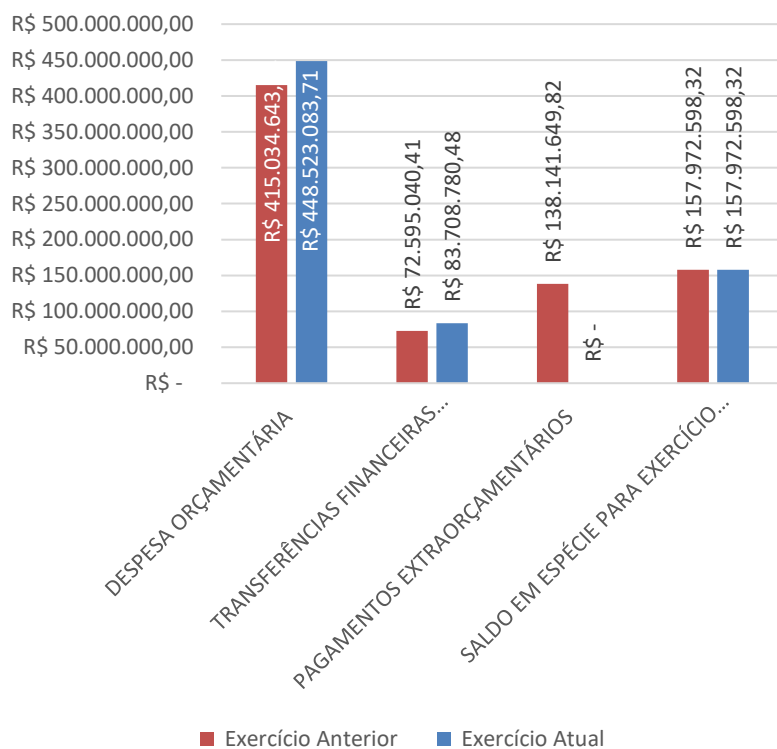
### COMPRATIVO DE INGRESSOS

#### Exercício Atual x Anterior

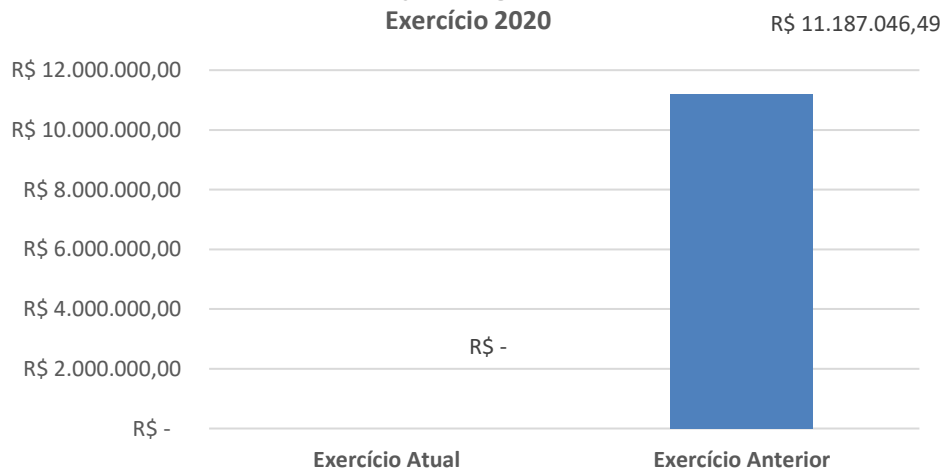




**COMPRATIVO DE DISPÊNDIOS**  
Exercício Atual x Anterior



**RESTOS A PAGAR PROCESSADO**  
Inscrição x Pagamento  
Exercício 2020



Diante do quadro acima, percebe-se que houve um acréscimo considerável nos ingressos e dispêndios, se comparado ao exercício anterior.

Outro ponto importante é que a gestão além de manter o equilíbrio financeiro (receita-despesas), também conseguiu pagar despesas de resto a pagar processados do exercício anterior.

Se atentarem ao fato de que o orçamento inicialmente estava em equilíbrio (R\$ 420.000.000,00 de previsão de receitas e de despesas), mas com a disponibilidade créditos especiais e índice de suplementação inicial de 65%, houve desequilíbrio orçamentário no campo das despesas, passando as mesmas para R\$ 435.105.000,00.

#### 6.2.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS APURADOS NOS QUOCIENTES DO BALANÇO FINANCEIRO:

Do quadro acima, podemos extrair os indicadores que servirão de suporte para avaliar a gestão financeira municipal.

1. Quociente da Execução Orçamentária		
Receita Orçamentária	420.000.000,00	0,965
Despesa Orçamentária	435.105.000,00	

Esse quociente encontrado demonstra que a receita orçamentária realizada foi maior que a despesa orçamentária realizada. Isso significa que houve um déficit orçamentário no valor de R\$ 15.105.000,00.

2. Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária		
Receita Orçamentária	420.000.000,00	0,945
Despesa Orçamentária Paga	444.322.501,70	

O quociente acima demonstra que existe R\$ 0,945 de receita orçamentária recebida para R\$ 1,00 de despesa orçamentária paga.

3. Quociente da Execução Extraorçamentária		
Receita Extraorçamentária	15.105.000,00	1,000
Despesa Extraorçamentária	15.105.000,00	

A análise desse quociente demonstra que a Receita Extraorçamentária é exatamente igual a Despesa Extraorçamentárias. Isso demonstra que para cada R\$ 1,00 de despesa extraorçamentária paga foram recebidos R\$ 1,00 de receita extraorçamentária.

4. Quociente do Resultado da Execução Financeira		
<u>Soma dos Ingressos</u>	404.895.000,00	0,964
Soma dos Dispendios	420.000.000,00	
Receita Orçamentário +Extraorçamentária/ Despesa Orçamentária + Extraorçamentária)		

O quociente acima demonstra que houve o recebimento de R\$ 0,964 no total da receita para cada R\$ 1,00 da soma das despesas pagas no exercício.

Na soma da receita é incluído os restos a pagar inscritos no exercício. O resultado acima demonstra que houve um superávit financeiro de R\$ 15.105.000,00. Isso significa que a soma das receitas recebidas não superou as despesas pagas.

#### **Quociente do Resultados dos Saldos Financeiros.**

Saldo para o exercício seguinte	0,00	0,00
Saldo do exercício anterior	0,00	

Diferença: R\$ 0,00

Não foi possível avaliar uma vez que o software utilizado no Município não conseguiu fornecer de forma clara e precisa tais informações.

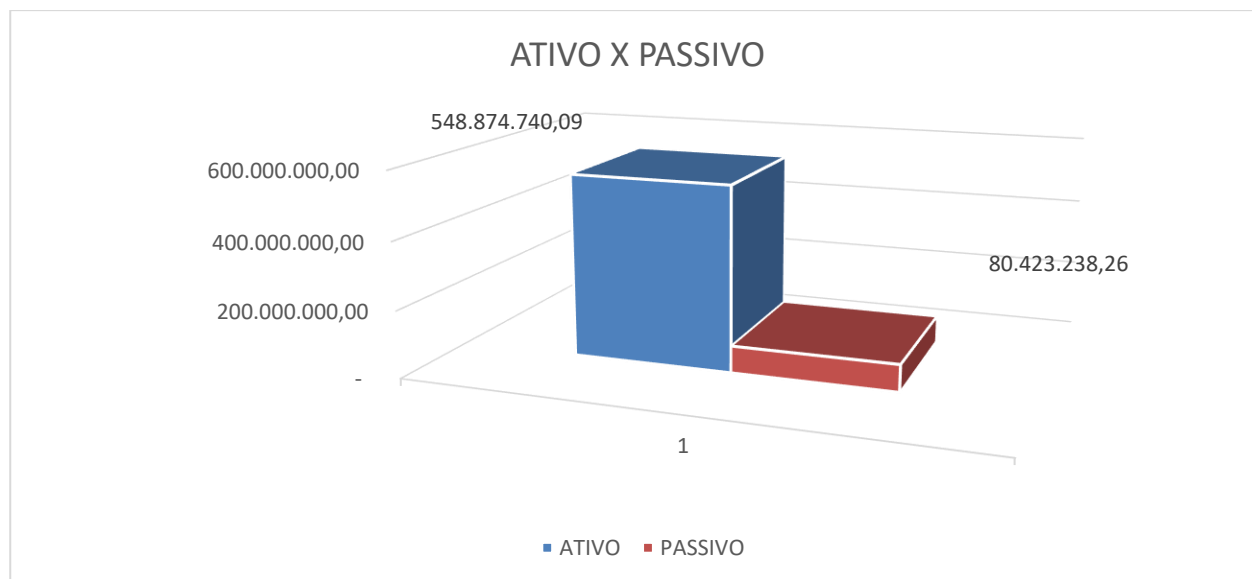
#### **Quociente do Controle de Destinação de Recursos.**

Despesa Orçamentária Vinculada	0,00	0,00
Receita Orçamentária Vinculada	0,00	

Não foi possível avaliar uma vez que o software utilizado no Município não conseguiu fornecer de forma clara e precisa tais informações.

### 6.3 BALANÇO PATRIMONIAL.

Prefeitura Municipal de Catalão					
Tabela 9. Resumo do Balanço Patrimonial					
Fonte: Balanço Patrimonial 2020					
ATIVO			PASSIVO		
Contas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Contas	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>183.015.548,40</b>	<b>169.915.964,21</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>12.936.481,94</b>	<b>20.479.011,62</b>
Caixa e equivalente de caixa	175.522.658,11	157.972.598,32	Dívida Flutuante	12.936.481,94	20.479.011,62
Crédito de curto prazo	7.492.890,29	11.943.365,89			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>365.859.191,69</b>	<b>279.326.813,43</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>67.486.756,32</b>	<b>55.533.440,22</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	213.874.204,39	135.492.305,72	Dívida Fundada	67.486.756,32	55.533.440,22
Bens Móveis	59.301.347,65	54.680.213,27			
Bens Imóveis	92.683.639,65	89.154.294,44			
			<b>PASSIVO REAL</b>	<b>80.423.238,26</b>	<b>76.012.451,84</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>468.451.501,83</b>	<b>373.230.325,80</b>
			Patrimônio Financeiro	170.079.066,46	149.436.952,59
			Patrimônio Permanente	298.372.435,37	223.793.373,21
<b>TOTAL</b>	<b>548.874.740,09</b>	<b>449.242.777,64</b>	<b>TOTAL</b>	<b>548.874.740,09</b>	<b>449.242.777,64</b>



O Balanço Patrimonial demonstra de forma qualitativa e quantitativamente a situação da entidade pública, englobando as contas do ativo, (circulante e não circulante), e o passivo, composto por passivo circulante e não circulante e pelo patrimônio líquido, constituindo assim o patrimônio público, de acordo com o Art. 105 da Lei nº 4.320/64.

O Balanço Patrimonial é um anexo muito importante para analisar e interpretar o balanço do exercício, pois daí apresenta indicadores essenciais para avaliar o desempenho da gestão.

### 6.3.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS APURADOS NOS QUOCIENTES DO BALANÇO PATRIMONIAL:

1. Quociente da Situação Financeira		
Ativo Financeiro	183.015.548,40	14,147
Passivo Financeiro	12.936.481,94	

Esse quociente demonstra que, para cada 1,00 do Passivo Financeiro, existe 14,147 do Ativo Financeiro. Essa situação demonstra que há mais recursos financeiros, considerados as disponibilidades mais direitas realizáveis a curto prazo, do que as obrigações exigíveis a curto prazo. Situação considerada boa.

## 2. Quociente da Situação Permanente

<u>Ativo Permanente</u>	365.859.191,69	5,421
Passivo Permanente	67.486.756,32	

A situação acima demonstra que o Ativo Permanente é superior ao Passivo Permanente, ou seja, que a soma dos bens, créditos e valores, de caráter permanente, é superior à soma da dívida fundada, resultando num superávit no Balanço Patrimonial.

A situação significa que para 1,00 do Ativo Permanente existe 5,421 do Ativo Permanente. Essa situação é considerada extremamente boa.

Isso significa que o endividamento de longo prazo é inferior ao total dos bens, créditos e valores de longo prazo.

Nesse caso a situação é confortável, pois para cada 1,00 de compromissos inerentes a dívidas de longo prazo (dívida fundada) existe 5,421 de bens e direitos de longo prazo.

## 3. Quociente de Resultado Patrimonial

<u>Ativo Circulante + Ativo Não Circulante</u>	548.874.740,09	6,825
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	80.423.238,26	

Essa situação demonstra que o total do ativo é superior que o total do passivo.

Analisando o quociente, verificamos a existência de 6,825 do total do ativo para cada 1,00 do total do passivo. Significa que a soma do ativo representa 682% do total do passivo. Existe uma diferença de R\$ 468.451.501,83 que é o valor do patrimônio financeiro e permanente do município.

Considerando a soma do Ativo em confronto com a soma do Passivo, podemos concluir que houve um superávit patrimonial de R\$ 468.451.501,83, ou seja, a soma dos bens e direitos é maior que a soma das obrigações.

O resultado do balanço patrimonial com um superávit patrimonial acima demonstrado é considerado positivo.

#### 6.4 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, conforme define o Artigo 104 da Lei 4.320/64.

O Demonstrativo é composto das Variações Ativas e as Passivas. As Variações Ativas são as movimentações quantitativas e qualitativas ocorridas no patrimônio, quando aumenta os valores ativos ocorre redução nos valores passivos, já as Variações Passivas, por sua vez, são as movimentações quantitativas e qualitativas ocorridas no patrimônio, onde um aumento nos valores passivos resulta em redução dos valores ativos.

Tabela 10. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Resultantes da Execução Orçamentária	Valor (R\$)	Resultantes da Exec. Orçamentária	Valor (R\$)
Receita Orçamentária	426.505.782,46	Despesa Orçamentária	415.034.643,64
Mutações Patrimoniais	104.063.045,10	Mutações Patrimoniais	212.777.074,81
		Outros	-
Independentes da Exec. Orçamentária	-	Independentes da Exec. Orçamentária	-
			-
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS</b>	<b>530.568.827,56</b>	<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS</b>	<b>627.811.718,45</b>
Déficit Patrimonial	<b>97.242.890,89</b>	Superávit Patrimonial	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>627.811.718,45</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>627.811.718,45</b>

As variações patrimoniais são as alterações no valor de qualquer dos elementos do patrimônio público ocasionadas por incorporações e desincorporações ou baixas patrimoniais. O resultado patrimonial do exercício é o confronto entre as Variações Ativas e as Variações Passivas, resultantes da execução orçamentária e independentes da execução orçamentária. As variações patrimoniais evidenciam as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, definindo assim o resultado patrimonial do exercício.

No exercício de 2022 a Prefeitura Municipal de Catalão demonstra conforme tabela acima, que as Variações Ativas foram menores que as Variações Passivas, obtendo-se assim um déficit no valor de R\$ 97.242.890,89.

#### 6.4.1 QUOCIENTES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.

<b>1. Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais</b>		
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	-	#DIV/0!
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	-	

Essa situação demonstra que o quociente das variações patrimoniais ativas é menor que o total das variações patrimoniais passivas. Esse resultado representa um déficit entre as variações patrimoniais, onde as variações patrimoniais ativas são inferiores às variações passivas.

#### 6.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.

Quociente de geração de caixa do período.

Caixa e Equivalente de Caixa Final	131.542.624,78	1,201
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	157.972.598,32	

Essa situação demonstra que a disponibilidade de caixa e equivalente aumentou 20,09% em relação.

#### 7. ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS.

<b>1. Capital Circulante Líquido</b>	
Ativo Circulante	183.015.548,40
Passivo Circulante	12.936.481,94
<b>Capital Circulante Líquido</b>	<b>170.079.066,46</b>

<b>2. Quociente da Liquidez Imediata</b>	
--	--



<u>Disponibilidades</u>	175.522.658,11	13,568
Passivo Circulante	12.936.481,94	

Esse quociente demonstra que há recursos financeiros disponíveis superiores à soma dos compromissos a pagar de curto prazo, ou seja, aqueles que deverão ser cumpridos até o final do exercício de 2022.

Portanto, podemos concluir que para cada R\$ 1,00 de compromisso de curto prazo, existe a disponibilidade financeira em caixa e bancos de R\$ 13,568 para pagamento. Essa situação é considerada excelente, uma vez que o Município dispõe de recursos disponíveis para pagamento da dívida de curto prazo.

### 3. Quociente de Liquidez Corrente

<u>Ativo Circulante</u>	183.015.548,40	14,147
Passivo Circulante	12.936.481,94	

Analisando o quociente de liquidez corrente, podemos perceber a boa situação financeira do Município. Daí fica demonstrado a existência de recursos disponíveis para pagar dívidas circulantes, ou seja, obrigações de curto prazo.

Portanto, a situação financeira é positiva, pois, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo existe R\$ 14,147 para saldar esse compromisso.

### 4. Índice de Liquidez Seca

<u>Ativo Circulante - Estoques</u>	183.015.548,40	14,147
Passivo Circulante	12.936.481,94	

A liquidez seca considera, portanto, os valores de que o município dispõe para pagar suas contas no curto prazo, nesse caso a conta estoques é 0 (zero). A situação do município a curto prazo existe uma folga muito grande de recurso.

### 5. Quociente de Liquidez Geral

<u>Ativo (Circulante + Realizável a Longo Prazo)</u>	548.874.740,09	6,825
Passivo (Circulante + Não Circulante)	80.423.238,26	

Analisando esse quociente, podemos perceber que a situação financeira, nesse quesito é considerada excelente, isso porque, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto e longo prazo, existe R\$ 6,825 de recursos disponíveis ou realizáveis a curto prazo para saldar esse compromisso.

Isso significa que os recursos financeiros mais os realizáveis a longo prazo são suficientes para cumprir os compromissos a pagar de curto e longo prazos, ou seja aqueles que deverão ser cumpridos até o fim do exercício de 2022.

#### 7.1 DA DÍVIDA FUNDADA.

A Dívida Fundada ou Consolidada compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos, segundo o Artigo 98, da Lei 4.320/64. Segue o demonstrativo da Dívida Fundada.

**Tabela 11. Demonstrativo da Dívida Fundada.**

#### DEMONSTRATIVO DE EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA.

Fonte: Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa - Anexo - 16

TÍTULO	EXERCÍCIO		
	2018	2019	2022
Dívida Fundada			
Montante da Dívida Fundada	57.181.426,79	57.471.437,36	67.486.756,32

De acordo com o demonstrativo acima, ficou demonstrado que a dívida fundada AUMENTOU no período de 2018 e 2022. Nesse intervalo teve um acréscimo de R\$ 10.305.329,53 perfazendo um percentual de 15,23% em relação ao exercício de 2019.

## 7.2 DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE.

A Dívida Flutuante é aquela contraída pela Administração Pública, por um breve e determinado período de tempo. Segundo a Lei nº 4.320/64, artigo 92, a Dívida Flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

### DEMONSTRATIVO DE EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE.

Fonte: Demonstrativo da Dívida Flutuante - Anexo

TÍTULO	EXERCÍCIO		
	2018	2019	2022
Dívida Flutuante			
Montante da Dívida Flutuante	29.894.811,38	20.479.011,62	12.936.481,94

### VIDE ANEXO

Podemos observar então, que os títulos que compõem a dívida flutuante são os Restos a Pagar, os Depósitos e Consignações e os Débitos da Tesouraria, onde obtiveram juntos em 31/12/2022 o saldo R\$ 12.936.481,94. Analisando o quadro acima ficou demonstrado que a dívida flutuante teve uma redução de 36,83% em relação ao exercício de 2019.

## 8. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.

Apresentamos a análise do cumprimento dos limites constitucionais e legais que deverão ser cumpridos pelo Município.

### 8.1 DESPESAS COM PESSOAL.

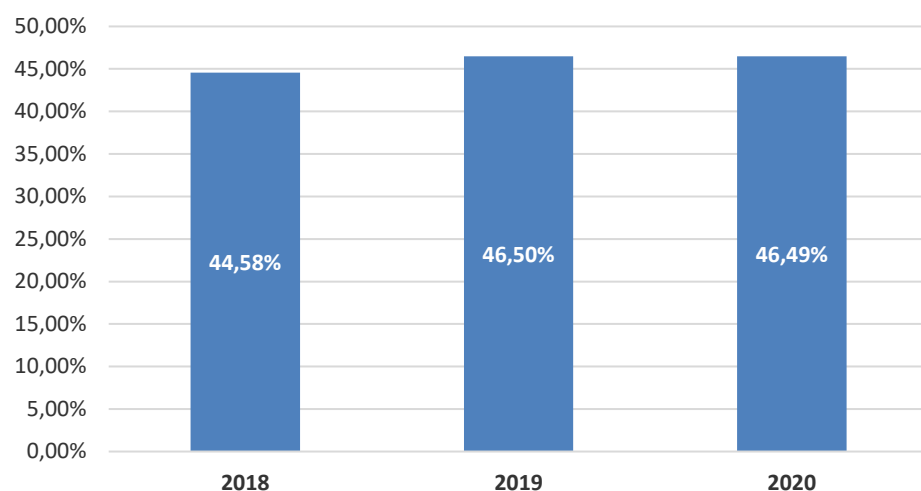
A tabela no **Anexo I** a este documento apresenta o Demonstrativo de Despesas com Pessoal do Poder Executivo (documento retirado diretamente do site do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás contendo 7 (sete) páginas:

<b>EVOLUÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL</b>
---------------------------------------

**Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal - RGF - ANEXO 1**

<b>Exercício 2022</b>		
<b>EXERCICIO</b>	<b>Desp. Total Pessoal (R\$)</b>	<b>Percentual (%)</b>
2018	153.411.268,41	44,58%
2019	177.144.282,75	46,50%
2022	198.400.156,77	46,49%

**DESPESA TOTAL COM PESSOAL**



Conforme demonstrado acima, a despesa total com pessoal do Poder Executivo verificada ao final do exercício de 2022 foi de R\$ 198.400.156,77 equivalente a 46,49% da receita corrente líquida. Este limite está de acordo com o disposto no Inciso III, do art. 20 da Lei Complementar 101/2000

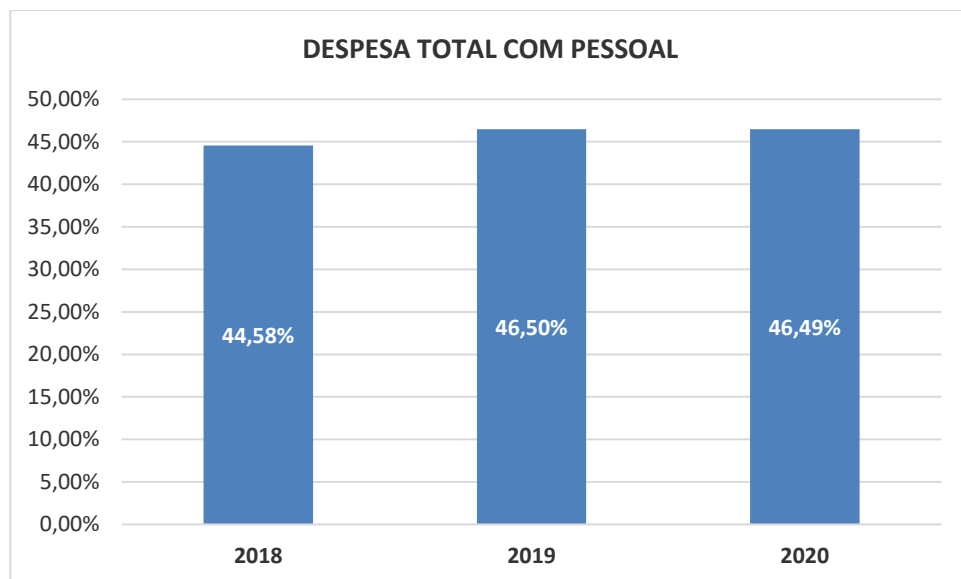
**8.1.1 EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL.**

**8.1.2**

**EVOLUÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL**

**Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal - RGF - ANEXO 1**

<b>Exercício 2022</b>		
<b>EXERCICIO</b>	<b>Desp. Total Pessoal (R\$)</b>	<b>Percentual (%)</b>
2018	153.411.268,41	44,58%
2019	177.144.282,75	46,50%
2022	198.400.156,77	46,49%



Conforme demonstrado na tabela acima, o Índice da despesa com pessoal aumentou no exercício de 2019 em relação aos exercícios anteriores. O motivo foi o incremento de pessoal com maior qualificação técnica; contratação via PSS – Processo Seletivo Simplificado para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação; Reajuste de servidores públicos efetivos; Gratificação para alguns servidores com excepcional desempenho de função.

## **8.2 APLICAÇÃO DE RECURSOS COM A EDUCAÇÃO.**

A tabela presente no **Anexo II** a este documento apresenta o Demonstrativo de Despesas com Educação (documento retirado diretamente do site do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás contendo 20 (vinte) páginas:

### **8.2.1 DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.**

Deriva da Constituição Federal de 1998 a obrigatoriedade dos entes Estados, Distrito Federal e municípios de aplicarem vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, in verbis:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios

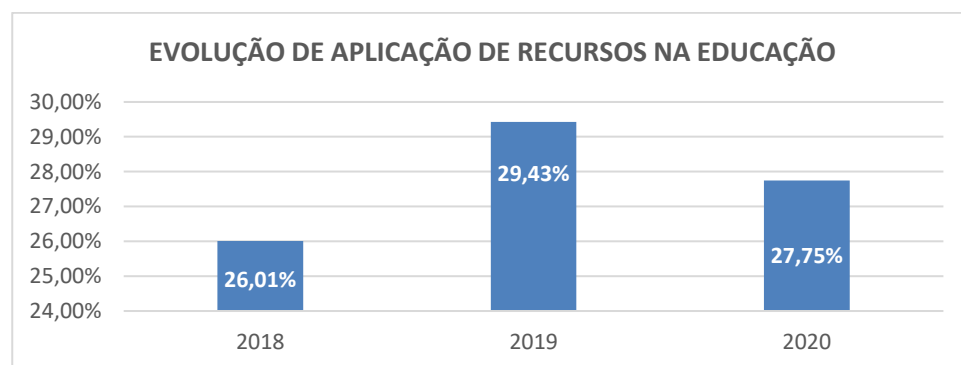
vinde e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

### DEMONSTRATIVO DE EVOLUÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO.

Tabela: EVOLUÇÃO DE GASTOS COM A EDUCAÇÃO

Fonte: Demonstrativo da Aplic. Recursos Educação – Balancete Dezembro 2022

EXERCÍCIO	Desp. Total Educação (R\$)	Percentual (%)
2018	59.705.241,84	26,01%
2019	74.582.577,89	29,43%
2022	73.990.950,66	27,75%



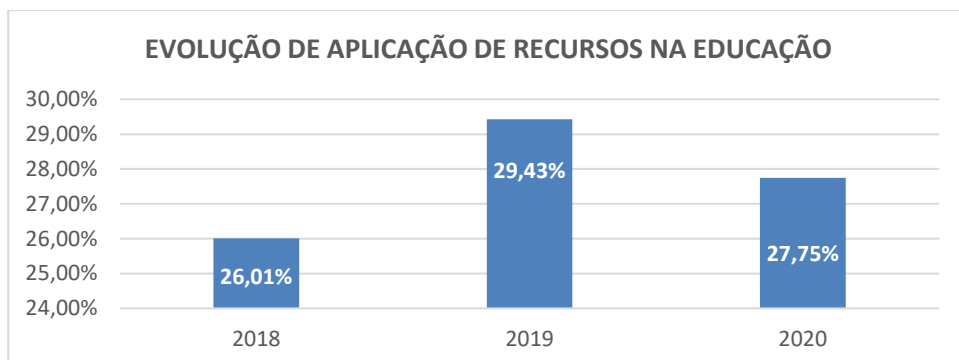
Foi constatado que durante o exercício de 2022 o Município de Catalão aplicou o percentual de 32,89% (trinta e dois virgula oitenta e nove por cento) na manutenção e desenvolvimento do ensino, portanto, bem acima do limite previsto na atual Constituição Federal, conforme quadro abaixo:

### DEMONSTRATIVO DE EVOLUÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO.

Tabela: EVOLUÇÃO DE GASTOS COM A EDUCAÇÃO

Fonte: Demonstrativo da Aplic. Recursos Educação – Balancete Dezembro 2022

EXERCÍCIO	Desp. Total Educação (R\$)	Percentual (%)
2018	59.705.241,84	26,01%
2019	74.582.577,89	29,43%
2022	73.990.950,66	27,75%



O gráfico acima demonstra a evolução da aplicação de recursos na Educação.

### 8.2.2 DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NO FUNDEB.

De acordo com a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes de Base), os recursos do Fundeb devem ser aplicados na manutenção e desenvolvimento da educação básica pública. Ainda conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal os Municípios devem utilizar recursos do Fundeb na educação infantil e no ensino fundamental, sendo que o mínimo de 60% desses recursos deve ser destinado anualmente à remuneração dos profissionais do magistério (professores e profissionais que exercem atividades de suporte pedagógico, tais como: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, coordenação pedagógica e orientação educacional) em efetivo exercício na educação básica pública (regular, especial, indígena, supletivo), e a parcela restante (de no máximo 40%), seja aplicada nas demais ações de manutenção e desenvolvimento, também da educação básica pública.

É importante ressaltar que os recursos para remuneração é de no mínimo 60% do valor anual, não há impedimento para que se utilize até o limite de 100% dos recursos do Fundeb na remuneração dos profissionais do magistério.

Na tabela no **Anexo II** a este documento apresenta o Demonstrativo de Despesas com Educação (documento retirado diretamente do site do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás contendo 20 (vinte) páginas, apresentamos a demonstração da aplicação dos recursos do Fundeb.

De acordo com o demonstrativo acima, ficou evidenciado que, dos 60% (sessenta por cento) de limite legal previsto para o gasto com professores da rede municipal de ensino, este município aplicou 100,76% (cem virgula setenta e seis por cento), portanto, aplicou no pagamento de professores acima do limite legal previsto.

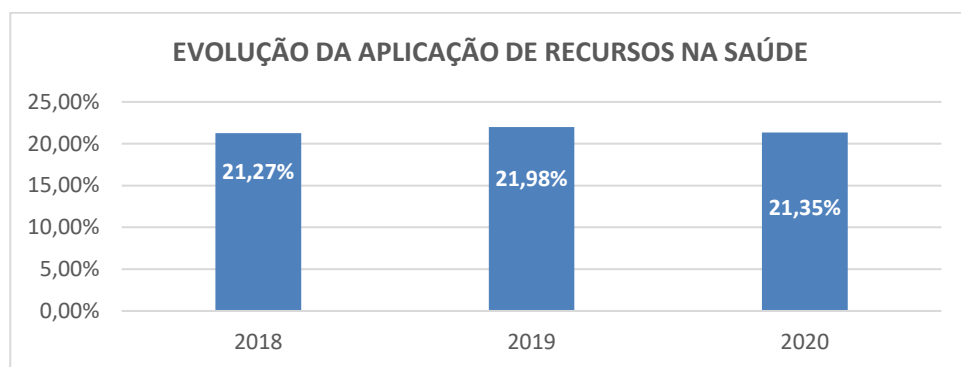
### 8.3 APLICAÇÕES NA SAÚDE.

É obrigação constitucional de o Município aplicar, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º, em saúde. É considerado, para fins de apuração do limite, apenas as despesas empenhadas e pagas através do Fundo Municipal de Saúde.

Foi aplicado, durante o exercício de 2019, os percentuais expostos no quadro demonstrado abaixo:

Na tabela no **Anexo III** a este documento apresenta o Demonstrativo de Despesas com Saúde (documento retirado diretamente do site do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás contendo 17 (dezessete) páginas.

Tabela: EVOLUÇÃO DE GASTOS COM A SAÚDE		
Fonte: Demonstrativo de Aplicações na Saúde – Balancete Dezembro		
Exercício 2022		
EXERCÍCIO	Desp. Total com Pessoal (R\$)	Percentual (%)
2018	48.809.003,28	21,27%
2019	55.699.283,71	21,98%
2022	56.925.273,20	21,35%



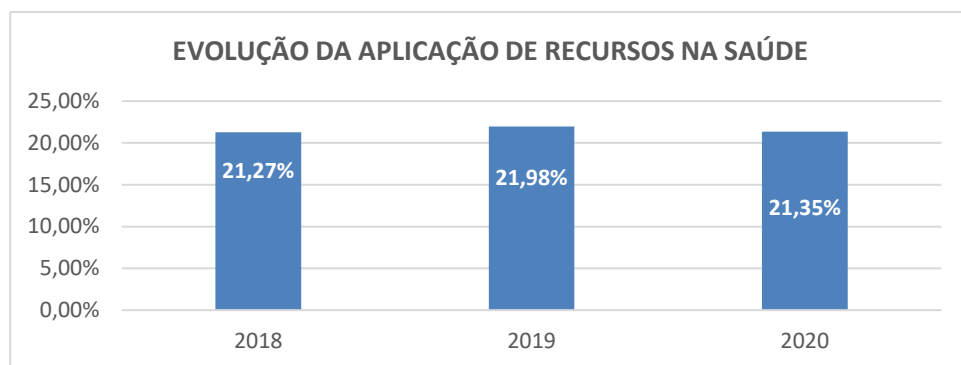
Durante o exercício financeiro de 2022, conforme documento acima, foi demonstrado que o Município aplicou 21,35% foi aplicada em saúde a importância de R\$ 56.925.273,20, ficando, portanto, acima do limite previsto na emenda constitucional nº. 29/00 e Lei Complementar nº 141/2014.



O índice foi calculado de acordo com o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde sobre a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais.

Assim, resta comprovado que o gestor cumpriu com o exigido por lei, executando de forma concreta e objetiva a programação dos gastos do Fundo Municipal de Saúde.

Tabela: EVOLUÇÃO DE GASTOS COM A SAÚDE		
Fonte: Demonstrativo de Aplicações na Saúde – Balancete Dezembro		
Exercício 2022		
EXERCÍCIO	Desp. Total com Pessoal (R\$)	Percentual (%)
2018	48.809.003,28	21,27%
2019	55.699.283,71	21,98%
2022	56.925.273,20	21,35%



#### 9. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL, DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO E DO ORÇAMENTO ANUAL.

A avaliação da execução dos programas de governo, em conformidade com os instrumentos de planejamento, de modo a avaliar a gestão dos administradores públicos, ocorreu através da avaliação das dos projetos atividade por unidade tendo por base a comparação com a execução financeira, uma vez que não é possível avaliar as metas físicas, tendo em vista não constar esse mecanismo no PPA.

Isso será possível através de uma revisão de modo a demonstrar as metas físicas com os respectivos indicadores de mensuração e ainda a preparação dos administradores públicos quanto ao acompanhamento de suas metas

previstas para o exercício.

## 9.2 CONCLUSÃO

Após análise do cumprimento das metas planejadas para o exercício de 2022, percebemos as dificuldades financeiras vividas no país o que resultou em déficit das Receitas Correntes de R\$ 79.228.316,56; Um déficit da Arrecadação com as impostos, taxas e contribuições de melhoria na ordem de R\$ 4.313.505,98; Um déficit da Arrecadação com as Contribuições na ordem de R\$ 7.546.308,56; Um déficit da Arrecadação com Receitas Patrimoniais na ordem de R\$ 7.683.429,87; Um déficit na Arrecadação com Receita de Serviços na ordem de R\$ 706.855,58; um déficit nas Transferências Correntes na ordem de R\$ 53.654.965,87; um déficit ne Outras Receitas Correntes na ordem de R\$ 5.234.053,96; Déficit nas Receitas de Capital no valor de R\$ 10.594.060,10; A completa arrecadação a título de Receitas Correntes Intra-Orçamentária; De acordo com o aqui disposto, as receitas estimadas nos repasses e arrecadações foram inferiores ao planejado. Os repasses do Estado e da União que não ocorreram comprometo os investimentos do Município. As transferências voluntárias que não ocorreram também comprometeram alguns programas de caráter assistencial e educacional. Mesmo diante dos déficits orçamentários percebemos que a Administração procurou realizar os programas de governo de acordo com a capacidade de arrecadação e no caso destinou realizou alguns investimentos com recursos provenientes da receita corrente.

Analisando individualmente as metas, verificamos o cumprimento parcial das mesmas, e, em alguns casos não tiveram nenhum percentual executado. As metas que não tiveram percentual executado recomendamos ao setor de Planejamento que sejam reavaliados os motivos da sua não execução e, se for o caso, que as mesmas sejam excluídas do próximo orçamento.

No decorrer do exercício recomendamos a para que cada Secretário avalie mensalmente o planejamento inerente à sua pasta de modo a acompanhar o cumprimento de suas metas previstas nos instrumentos de planejamento, a fim de propiciar ao controle interno a avaliação do cumprimento da execução dos programas de governo previsto no orçamento anual.

Avaliando o planejamento de forma global, nota-se que os objetivos propostos foram parcialmente atingidos, e que o Município não comprometeu o limite de endividamento.

Diante do que foi demonstrado no comparativo do cumprimento das metas previstas nos instrumentos de planejamento, considerando as alterações orçamentárias legalmente previstas, a priorização os investimentos, projetos e atividades executados no exercício que atendessem os principais anseios da coletividade. Muito embora o cumprimento das metas tenha ocorrido de forma parcial o Município manteve em funcionamento as atividades essenciais. Deste modo, entendemos que o resultado alcançado foi satisfatório, tendo em vista as ressalvas apresentadas.

## 10. AFERIÇÃO DA CONSISTÊNCIA E DA ADEQUAÇÃO DO CONTROLE EXERCIDO SOBRE AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, AVAIS E GARANTIAS, BEM COMO DOS DIREITOS E HAVERES DO MUNICÍPIO.

### 10.1 AFERIÇÃO DA CONSISTÊNCIA E DA ADEQUAÇÃO DO CONTROLE EXERCIDO SOBRE AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

CONTA	ESPECIFICAÇÃO	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO					SALDO ATUAL
			FINANCEIRO		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
			INSCRIÇÃO	AMORTIZAÇÃO(-)	CANCELAMENTO(-)	ENCAMPAÇÃO	C. MONETÁRIA	
DÍVIDA INTERNA (I)		55.533.440,22	541.494,45	8.563.812,00	4.592.654,30	24.568.287,95	0,00	67.486.756,32
2.2.2.1103.01	PASEP	497.735,76	0,00	13.19.810,19	0,00	3.427.009,07	0,00	2.604.934,64
2.2.2.1103.02	IPASC	10.985.061,16	0,00	1359.615,44	0,00	2.298.179,28	0,00	11923.625,00
2.2.2.1103.04	INSS	1067.366,31	0,00	228.556,46	0,00	41973,59	0,00	880.783,44
2.2.2.1103.05	PRECATORIOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	2.107.846,27	0,00	2.107.846,27
2.2.2.1103.06	CELG	16.565.514,70	0,00	79.031,60	4.592.654,30	0,00	0,00	11893.828,80
2.2.2.1103.07	SAE - CONTRATO Nº. 042554913	16.006.877,54	0,00	2.949.969,67	0,00	16.475.115,80	0,00	29.532.023,67
2.2.2.1103.08	PMAT	9.413.670,43	541.494,45	2.103.165,28	0,00	0,00	0,00	7.852.009,60
2.2.2.1103.09	IPASC ACORDO Nº 00287/2017 REF A DESPESA DE 2016	997.214,32	0,00	523.673,36	0,00	218.163,94	0,00	691704,90
2.2.2.1103.10	GOIASPREV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.1103.11	CEF - FINISA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		55.533.440,22	541.494,45	8.563.812,00	4.592.654,30	24.568.287,95	0,00	67.486.756,32

### 10.2 AFERIÇÃO DA CONSISTÊNCIA E DA ADEQUAÇÃO DO CONTROLE EXERCIDO SOBRE AVAIS E GARANTIAS.

De acordo com o art. 40 da LC 101/2000 a concessão de garantia é o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada. Já a contragarantia é a vinculação de receitas tributárias e proveniente de transferências constitucionais, outorgando poderes ao garantidor para retê-las e empregar o valor correspondente na liquidação da dívida vencida.

Conforme Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores (RGF- ANEXO III (art. 55 I, alínea “c” e art. 40, § 1º), no exercício de 2019, não houve garantias concedidas nem contragarantias recebidas.

### **10.3 AFERIÇÃO DA CONSISTÊNCIA E DA ADEQUAÇÃO DO CONTROLE EXERCIDO SOBRE OS DIREITOS E HAVERES DO MUNICÍPIO.**

Neste quesito vamos discorrer sobre as ações e providências tomadas pela Administração em relação aos Direitos e Haveres do Município.

De acordo com o art. 11 da LC101/2000 (LRF) compete aos municípios instituir, prever e promover a arrecadação de todos os tributos de sua competência.

De acordo com esse preceito legal, cabe ao Município promover os mecanismos de buscar arrecadação dos impostos lançados. Dentre as formas de cobrança existe a cobrança administrativa e a cobrança judicial.

Analisando os Direitos e Haveres do Município podemos destacar:

#### **a) Cobrança da Dívida Ativa**

Constatamos que inicialmente é realizada a cobrança administrativa onde o Agente fiscal fazendário emite um aviso ao contribuinte, alertando sobre o débito com os municípios e as consequências do não pagamento.

Após esgotados os meios de cobrança administrativa é repassado para a Procuradoria Jurídica para a cobrança da dívida na esfera judicial. Seguida, é emitida uma CDA (certidão de dívida ativa) para cada contribuinte e encaminhada para o jurídico a fim de que seja encaminhada cobrança judicial para incrementar a arrecadação e evitar a prescrição dos créditos.

## **11. MANIFESTAÇÃO ACERCA DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DA LC Nº 101/2000.**

### **11.1 RESULTADO NOMINAL.**

A apuração do Resultado Nominal visa medir a evolução possível da Dívida Fiscal Líquida. A meta de Resultado Nominal indica a variação da Dívida Consolidada Líquida, sendo que o valor positivo significa o crescimento da dívida e o valor negativo a redução da dívida.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, (Lei nº 3.570/2018) para o exercício de 2022, prevê em seu Anexo de Metas Fiscais (Anexo II) um resultado nominal negativo de, indicando uma diminuição da dívida nesse valor.

A tabela abaixo apuração do Resultado Nominal no período de 2018 a 2022. O Resultado positivo do Resultado Nominal no valor de R\$ 41.079.887,74 (quarenta e um milhões, setenta e nove mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e quatro centavos) em 2022 demonstra que houve um incremento da dívida bem superior ao previsto na meta de resultado fixada na LDO que é de R\$ 29.357.913,42 (vinte e nove milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, novecentos e treze reais e quarenta e dois centavos).

## **11.2 RESULTADO PRIMÁRIO.**

O resultado primário é a diferença entre as receitas e as despesas primárias. Fornece informações para a avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo Município.

Assim, os superávits primários são direcionados para o pagamento de serviços da dívida, contribuindo assim para a redução do estoque total da dívida líquida. De acordo com o Manual RREO/STN, os déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos não-financeiros que ultrapassam as receitas não financeiras.

As receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações. Por outro lado, as Despesas Primárias correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias, sem necessidade de aquisição de recursos oriundos de endividamento.

A Tabela, a seguir, demonstra os valores de Resultado Primário previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO e o realizado. No exercício de 2019 apresenta déficit primário de R\$ 11.415.249,50, enquanto a previsão na LDO era de superávit de R\$ 25.248.616,66.


Conforme o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, o resultado primário previsto no Anexo de Metas Fiscais da LDO de 2019 foi de R\$ 41.079.887,74 (quarenta e um milhões, setenta e nove mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e quatro centavos) e o resultado alcançado foi de (–) R\$ 11.831.308,46 (onze milhões, oitocentos e trinta e um mil, trezentos e oito reais e quarenta e seis centavos negativos).

### 11.3 ATINGIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.



Importante destacar que a presente análise se baseia nas metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 3.570 de 21/06/2018 para o exercício financeiro 2019, à qual foi elaborada seguindo os parâmetros do Manual de Demonstrativos fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional.

A meta de receita estabelecida não foi atingida, resultando em um déficit primário aproximado de 18,24%. O resultado primário projetado ficou muito abaixo da meta estabelecida, com um resultado no déficit de 146,55% em relação ao projetado. Isso significa que a meta resultou negativa, embora a despesa primária ainda tenha ficado acima da receita primária.

Note-se que a despesa primária projetada era percentualmente menor que a receita primária, e na execução essa diferença foi agravada. A inversão dessa diferença é negativa para administração, pois elevou a dependência de receitas não primárias para custeio das despesas primárias, apesar de ter havido esforço para aproximar o total das despesas ao total das receitas, mas a na execução houve redução percentual entre a execução e a previsão nas receitas primárias na ordem de 18,24% o que não foi acompanhada nas despesas primárias pois houve redução de apenas 11,41% havendo um desequilíbrio entre as receitas e as despesas primárias passando a ser deficitário.

O resultado nominal apresenta uma diferença gigantesca de 3.960,67%. Isso ocorre devido ao aumento da despesa comparada à receita executada no período. Enquanto a receita primária ficou maior que a despesa primária em 5,05%, a despesa total superou a receita total em torno 7,93%. Esse déficit na receita total não permite que o ente possa utilizar seus próprios recursos para reduzir a dívida. De maneira geral a meta de resultado nominal não atingiu a meta.

Quanto a dívida pública consolidada houve uma redução de 4,89%. Portanto, a meta foi cumprida.

A meta de dívida consolidada líquida não foi cumprida, resultando em um aumento de 118,10%.

#### **11.4 LIMITES E CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR.**

##### **11.4.1 LIMITES E CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO.**

Os limites e condições para Operação de Crédito estão previstos no art. 7º da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, que dispõe:

Art. 7º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios observarão, ainda, os seguintes limites:

I - O montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida, definida no art. 4;

O limite para as Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária está definido no art. 10 da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, que prevê:

Art. 10. O saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não poderá exceder, no exercício em que estiver sendo apurado, a 7% (sete por cento) da receita corrente líquida, definida no art. 4, observado o disposto nos arts. 14 e 15.

Conforme dispositivo legal, o montante global das operações de crédito realizadas dentro do exercício financeiro não poderá exceder ao limite de 16% da Receita Corrente Líquida. Já o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não poderá exceder a 7% da Receita Corrente Líquida.

Para procedermos a análise dos limites e condições para a realização de Operações de Crédito, vamos analisar o



Demonstrativo das Operações de Crédito, conforme tabela abaixo;

RGF - ANEXO 4 (LRF,  
art. 55, inciso I, alínea  
"d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERACOES DE CREDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referencia	Até Quadrimestre de referencia
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	2.860.505,55	5.859.930,15
Interna	2.860.505,55	5.859.930,15
Empréstimos	2.860.505,55	5.859.930,15
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)</b>	<b>2.860.505,55</b>	<b>5.859.930,15</b>

APURACAO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	Valor	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	380.915.405,29	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)= (IIIa + V - Ia - IIa)	5.859.930,15	1,54
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	60.946.464,85	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	54.851.818,36	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	26.664.078,37	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referencia	Até Quadrimestre de referencia
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Analisando os demonstrativos contábeis do exercício de 2022, e de acordo com a Resolução nº 043/2001, do Senado Federal, o limite geral para Operações de Crédito Internas e Externas foi de R\$ 60.946.464,85 (sessenta milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) e o limite para Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária definido por resolução do Senado Federal foi de R\$ 26.664.078,37 (vinte e seis milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, setenta e oito reais e

trinta e sete centavos).

De acordo com os dados obtidos no Demonstrativo de Operações de Crédito acima concluímos que, muito embora o Município tivesse limite para a realização de operações de crédito interna e externa bem acima do valor realizado bem como antecipação da receita orçamentária, o município optou em contratar somente R\$ 5.859.930,15 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e trinta reais e quinze centavos), durante o exercício de 2019, portanto, dentro dos limites legais.

#### **11.4.2 LIMITES E CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR.**

A Lei de Responsabilidade Fiscal, com intuito de proteger o patrimônio público e impedir o endividamento dos órgãos públicos, estabeleceu normas de controle das despesas e regras a serem observadas no encerramento dos exercícios financeiro:

Art.42 É vedado ao titular de poder ou órgão referido no Art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato contrair obrigações de despesas que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos compromissados a pagar até o final do exercício.

A Lei Complementar nº. 101 trata de forma específica da assunção de compromisso sem lastro financeiro, no final de mandato. Analisando o exposto neste art. 42, pode-se entender que o gestor não poderá deixar despesas inscritas em resto a pagar, acima da disponibilidade financeira por fonte de recursos. O Decreto Federal nº 93.872 de 23 de dezembro de 1986, alterado pelo Decreto Federal nº. 7.654, de 23 de dezembro de 2011, dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, forma mais específica, in verbis:

*Art. 67. Considerem-se Restos a Pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas (Lei nº 4.320/64, art. 36).*

*§ 1º Entendem-se por processadas e não processadas, respectivamente, as despesas liquidadas e as não*

*liquidadas, na forma prevista neste decreto.*

*§ 2º O registro dos Restos a Pagar far-se-á por exercício e por credor.*

Art. 68. *A inscrição de despesas como restos a pagar no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho depende da observância das condições estabelecidas neste Decreto para empenho e liquidação da despesa.*

*§ 1º A inscrição prevista no caput como restos a pagar não processados fica condicionada à indicação pelo ordenador de despesas.*

*§ 2º Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3º.*

O art. 59, II prevê que é responsabilidade do Controle Interno exercer a fiscalização dos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.

O princípio basilar da Lei de Responsabilidade Fiscal é o equilíbrio das contas públicas, seguindo esse entendimento, o gestor público não pode executar a despesa sem a estrita observância ao comportamento da receita, permitindo a assunção de compromissos além da capacidade de liquidez do órgão, conduzindo a gestão a um desequilíbrio financeiro.

Se o gestor público cumprir o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, procedendo, sempre que necessário a limitação de empenhos, ao final do exercício as suas contas estarão equilibradas. Os restos a pagar devem ser uma exceção para atender despesas sem a correspondente e efetiva arrecadação. Nesse caso se enquadraria as despesas que não houve tempo suficiente para cumprir todos os seus estágios de empenho, liquidação e pagamento dentro do exercício financeiro que se iniciou.

De acordo com os Demonstrativos Contábeis, o total inscrito em Restos a Pagar no dia 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 19.506.987,33 (dezenove milhões, quinhentos e seis mil, novecentos e oitenta e sete reais e trinta e três centavos)

Prefeitura Municipal de Catalão

Tabela 21- Inscrição em Restos a Pagar

Fonte: Relação do Passivo Financeiro - Restos a Pagar

Exercício 2019

Saldo Anterior	ENCAMPAÇÃO	INSCRIÇÃO NO ANO	BAIXA	CANCELAMENTO	SALDO ATUAL
28.175.087,89		10.750.413,21	11.187.046,49	8.231.467,28	19.506.987,33

Analisando o demonstrativo acima podemos concluir que o valor inscrito em restos a pagar, que no exercício anterior era de R\$ 28.175.087,89 (vinte e oito milhões, cento e setenta e cinco mil, oitenta e sete reais e oitenta e nove centavos), no presente exercício reduziu para 19.506.987,33 (dezenove milhões, quinhentos e seis mil, novecentos e oitenta e sete reais e trinta e três centavos). Neste quesito, podemos concluir que o Município cumpriu o princípio basilar da Lei de Responsabilidade Fiscal, que o equilíbrio das contas públicas, uma vez que existe disponibilidade para liquidar os restos a pagar no exercício seguinte, conforme Quadro abaixo:

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a) - (b + c + d + e)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) (i)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (j) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	15.233.891,92	14.172.427,67	8.366.219,96	0,00	4.478.553,61	0,00	-11.783.309,32	5.619.767,42	2.813.636,78	-17.403.076,74
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	30.253.127,68	0,00	10.189,95	0,00	9.099.147,24	0,00	21.143.790,49	0,00	0,00	21.143.790,49
TOTAL (III) = (I + II)	45.487.019,60	14.172.427,67	8.376.409,91	0,00	13.577.700,85	0,00	9.360.481,17	5.619.767,42	2.813.636,78	3.740.713,75
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	112.485.578,72	5.923,95	558,94	0,00	93.904,48	0,00	112.385.191,35	0,00	0,00	112.385.191,35

Portanto, no exercício de 2019, conforme demonstrado no Balanço Financeiro do Poder Executivo aponta para a existência de saldo financeiro transferido para o exercício seguinte capaz de quitar os restos a pagar, demonstrando o equilíbrio das contas públicas.

#### 11.5 MEDIDAS ADOTADAS PARA O RETORNO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL AO RESPECTIVO LIMITE, NOS TERMOS DOS ARTS. 22 E 23 DA LRF.

De acordo com o art. 20 da LRF, o limite máximo para gastos com pessoal para os municípios é de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida, sendo 54% (cinquenta e quatro por cento) da RCL para o Poder Executivo e 6% da RCL para o Poder Legislativo.

Art. 19 para os fins do disposto no caput do art. 169 da constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

(.)

III – Municípios: 60% (sessenta por cento).

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(I) ....

(III) – Na esfera municipal:

6% (seis por cento) para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver.

54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Conforme já demonstrado a despesa total com pessoal do Poder Executivo verificada ao final do exercício de 2019 foi de R\$ 177.144.282,75 (cento e setenta e sete milhões, cento e quarenta e quatro mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos) equivalente a 46,50% da receita corrente líquida. Este limite está de acordo com o disposto no Inciso III, do art. 20 da Lei Complementar 101/2000.

Conforme também já demonstrado, a despesa total com pessoal do Poder Legislativo verificada ao final do exercício de 2019 foi de R\$ 12.012.450,36 (doze milhões, doze mil, quatrocentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos) equivalente a 3,15% da receita corrente líquida. Este limite está de acordo com o disposto no Inciso III, do art. 20 da Lei Complementar 101/2000.

Portanto, não há nenhuma medida a ser adotada para o retorno da despesa total com pessoal aos limites estabelecidos nos art. 22 e 23 da LRF

**11.6 PROVIDÊNCIAS TOMADAS, CONFORME O DISPOSTO NO ART. 31 DA LRF, PARA RECONDUÇÃO DOS MONTANTES DAS DÍVIDAS CONSOLIDADA E MOBILIÁRIA AOS RESPECTIVOS LIMITES.**

A dívida consolidada, ou seja, aquela considerada de longo prazo, é aquela que compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 (doze) meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário a financiamento de obras e serviços públicos e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Nos Município, os limites globais para o montante da Dívida Consolidada Líquida não poderão exceder a 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida.

Abaixo segue o Demonstrativo da Dívida Consolidada

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	57.181.426,79	57.181.426,79	57.181.426,79	55.533.440,22
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	57.181.426,79	57.181.426,79	57.181.426,79	55.533.440,22
Empréstimos	57.181.426,79	57.181.426,79	57.181.426,79	55.533.440,22
Internos	57.181.426,79	57.181.426,79	57.181.426,79	55.533.440,22
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	137.079.581,57	116.347.217,06	128.847.522,37	121.545.619,52
Disponibilidade de Caixa¹	103.299.748,35	116.917.196,91	129.908.932,48	123.150.389,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	117.472.176,02	131.211.432,74	129.908.932,48	131.542.624,78
(-) Restos a Pagar Processados	14.172.427,67	14.294.235,83	0,00	8.392.235,76
Demais Haveres Financeiros	33.779.833,22	-569.979,85	-1.061.410,11	-1.604.769,50
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	-79.898.154,78	-59.165.790,27	-71.666.095,58	-66.012.179,30
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	344.137.736,61	357.728.769,36	361.916.029,22	380.915.405,29
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	16,61	15,98	15,79	14,57
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-23,21	-16,53	-19,80	-17,32
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	412.965.283,93	429.274.523,23	434.299.235,06	457.098.486,35
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	371.668.755,54	386.347.070,91	390.869.311,56	411.388.637,71

OUTROS VALORES NAO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) 2	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	36.120.469,38	12.166.729,92	25.758.434,22	41.249.001,34
RP NÃO-PROCESSADOS	0,00	4.306.179,14	0,00	359.624,06
ANT ECIPAÇÕES DE RECEITA A ORÇAMENT ÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

Conforme podemos apurar, a Dívida Consolidada Líquida do Município de Catalão, em análise reduziu de R\$ 79.898.154,78 (setenta e nove milhões, oitocentos e noventa e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e setenta e oito centavos) do exercício de 2018 para R\$ 66.012.179,30 (sessenta e seis milhões, doze mil, cento e setenta e nove reais e trinta centavos) no exercício de 2019. Portanto, está dentro do limite global previsto na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, que é de 128.542.691,03.

Nesse sentido não há providência a ser tomada pelo Município de Catalão para a recondução dos montantes das dívidas consolidadas e mobiliária aos respectivos limites.

#### **11.7 DESTINAÇÃO DE RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS, TENDO EM VISTA AS RESTRIÇÕES CONSTITUCIONAIS E AS DA LRF.**

Em caso de ocorrência de alienação de bens móveis o Município deverá observar o disposto no art. 44, da Lei Complementar 101/2000, que prevê.

Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

De acordo com esse preceito legal, a receita de alienação de bens compõe o grupo do Ativo Permanente e deverá ser aplicada na aquisição de outro bem para proteger o patrimônio público ou destinada, mediante lei, aos regimes de previdência social, geral ou dos servidores públicos.

Nesse tema o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, nos termos da Instrução Normativa nº 001/2022, que altera a IN nº 008/2015, onde o art. 15-B, assim dispõe:

##### **11.7.1 DA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS.**

Durante o exercício de 2019, em cumprimento do disposto no art. 44, da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, esta controladoria constatou que houve alienação de bens no período.

O Orçamento aprovado para o exercício de 2019 previu o montante de R\$ 57.393,20 (cinquenta e sete milhões, trezentos e noventa e três mil e vinte centavos) referente a arrecadação com alienação de bens móveis.

Foi constatado que durante o exercício de 2019 este município realizou alienação de bens móveis, mediante procedimento licitatório na modalidade Leilão nº 001/2019 o qual foi realizado com fundamento na Lei Federal



8.666/93.

Em conformidade com as atribuições desta controladoria, temos a informar quanto a destinação dos recursos provenientes da alienação de ativos:

**Do Valor Arrecadado.**

O valor total arrecadado com a realização do Leilão nº 001/2019 foi de R\$ 57.393,20 (cinquenta e sete milhões, trezentos e noventa e três mil e vinte centavos), conforme comprovantes que integram o processo de contratação.

**Da Abertura de Conta Bancária Específica.**

Constatamos que foi utilizada conta bancária específica para alienação de bens móveis para controle do arrecadado e gasto com novas despesas de capital.

**Da Aplicação do Recurso Proveniente da Concorrência Pública.**

De acordo com o art. 44 da LC 101/2000, os recursos resultantes da Concorrência Pública aqui tratada, bem como seus rendimentos deverão ser utilizados para a aquisição de outro bem, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

**11.7.2 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS.**

Durante o exercício de 2019, em cumprimento do disposto no art. 44, da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, esta controladoria constatou que houve alienação de bens no período.

O Orçamento aprovado para o exercício de 2019 previu o montante de R\$ 494.010,96 (quatrocentos e noventa e quatro mil, dez reais e noventa e seis centavos) referente a arrecadação com alienação de bens imóveis.

Foi constatado que durante o exercício de 2019 este município realizou alienação de bens imóveis, mediante procedimento licitatório na modalidade concorrência pública nº 005/2019, cuja sessão foi aberta no dia 22 de

agosto de 2019 o qual foi realizado com fundamento na Lei Federal 8.666/93.

Em conformidade com as atribuições desta controladoria, temos a informar quanto a destinação dos recursos provenientes da alienação de ativos:

**Do Valor Arrecadado.**

O valor total arrecadado com a realização da Concorrência Pública nº 005/2019 foi de R\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais), conforme comprovantes que integram o processo de contratação, cuja arrecadação foi dividido em 6 (seis) parcelas.

**Da Abertura de Conta Bancária Específica.**

Constatamos que foi utilizada conta bancária específica para alienação de bens imóveis para controle do arrecadado e gasto com novas despesas de capital.

**Da Aplicação do Recurso Proveniente da Concorrência Pública.**

De acordo com o art. 44 da LC 101/2000, os recursos resultantes da Concorrência Pública aqui tratada, bem como seus rendimentos deverão ser utilizados para a aquisição de outro bem, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

No final do exercício aqui tratado constatamos que a conta específica passou com saldo em superávit de R\$ 2.195.000,00 (dois milhões cento e noventa e cinco mil reais)

A destinação da aplicação deste saldo serão aplicados em investimentos para a construção da obra intitulada de Arco Viário.

**Da Aplicação do Recurso Proveniente da Alienação do Bem.**

De acordo com o art. 44 da LC 101/2000, os recursos resultantes da alienação de bens imóveis, bem como seus

rendimentos deverão ser utilizados para a aquisição de outro bem, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Após análise e em conformidade com o extrato bancário constatamos que o valor arrecadado no presente certame em análise foi de R\$ 2.195.000,00 (dois milhões cento e noventa e cinco mil reais), faltando R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil reais) para arrecadação durante o exercício de 2022.

Ainda não houve utilização do recurso arrecadado, mesmo que parcialmente.

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR
<i>Receitas de Capital</i>	2.746.404,16	2.252.393,20	494.010,96
<i>Alienação de Bens Móveis</i>	304.398,68	57.393,20	247.005,48
<i>Alienação de Bens Imóveis</i>	2.442.005,48	2.195.000,00	247.005,48
<i>Alienação de Bens Intangíveis</i>	0,00	0,00	0,00
<i>Rendimentos de Aplicações Financeiras</i>	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A EXECUTAR (g) = (d-e)
<i>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</i>	63.319.767,63	48.990.732,54	49.190.926,96	48.145.623,95	317.602,08	890.198,98	15.174.143,68
<i>Despesas de Capital</i>	63.319.767,63	48.990.732,54	49.190.926,96	48.145.623,95	317.602,08	890.198,98	15.174.143,68
<i>Investimentos</i>	55.587.687,63	41.475.561,84	41.675.756,26	40.630.453,25	317.602,08	890.198,98	14.957.234,38
<i>Inversões Financeiras</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Amortização da Dívida</i>	7.732.080,00	7.515.170,70	7.515.170,70	7.515.170,70	0,00	0,00	216.909,30
<i>Despesas Correntes dos Regimes de Previdência</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Regime Próprio dos Servidores Públicos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	EXERCÍCIO (h)	EXERCÍCIO ATUAL (i) = (Ib - (Ile + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh +
Valor (III)	2.195.000,00	-46.783.429,73	-44.588.429,73

Após análise desta Controladoria constatamos que os bens imóveis já foram analisados com manifestação pela regularidade do procedimento conforme Certificado de Regularidade nº 154/2022 e bens imóveis alienados na no exercício de 2019.

Quanto a aplicação do recurso, conforme planilhas acima, manifestamos pela sua regularidade, uma vez que atendeu ao disposto no art. 44 da LC 101/2000.

Diante do relatado manifestamos pela regularidade do procedimento administrativo para a alienação dos bens móveis e imóveis bem como a regularidade da destinação dos recursos provenientes da alienação de ativos.

## 11.8 CUMPRIMENTO DO LIMITE DE GASTOS TOTAIS DO PODER LEGISLATIVO.

Repasse do duodécimo é a obrigação que o Executivo tem de repassar os valores integrais previstos na Lei Orçamentária Anual do Legislativo e calculados sobre o valor da receita corrente líquida anual do município. Prescreve a Constituição da República, no seu art. 168, que "os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês".

De acordo com o art. 29-A, da Constituição Federal, o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior:

- I –Oito por cento para Municípios com população de até cem mil habitantes;
- II –Sete por cento para Municípios com população entre cem mil e um e trezentos mil habitantes;
- III –seis por cento para Municípios com população entre trezentos mil e um e quinhentos mil habitantes;
- IV –Cinco por cento para Municípios com população acima de quinhentos mil habitantes.

De acordo com o coeficiente populacional deste Município o percentual de repasse pelo Executivo da despesa total ao Legislativo é de 7% (sete por cento) relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5 do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

Conforme Certidão do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, o valor total a ser repassado a este Município no exercício 2022 é de R\$ 15.505.111,68, sendo o valor do Duodécimo mensal de R\$ 1.292.092,64, conforme demonstrado abaixo:

Segue o Demonstrativo de Repasse do Duodécimo ao Poder Legislativo durante o exercício de 2022:

Estado de Goiás			
Prefeitura Municipal de Catalão			
Fonte: Tabela 15 - Relatório de Inscrições e Pagamentos a Credor			
CONTROLE DE REPASSE DO DUODÉCIMO			
Exercício: 2019			
MÊS	VALOR A REPASSAR R\$	VALOR REPASSADO R\$	DIFERENÇA R\$
Janeiro	R\$ 1.292.092,64	R\$ 1.170.664,52	R\$ 121.428,12
Fevereiro	R\$ 1.292.092,64	R\$ 1.170.664,52	R\$ 121.428,12
Março	R\$ 1.292.092,64	R\$ 1.292.092,64	R\$ -
Abril	R\$ 1.292.092,64	R\$ 1.292.092,64	R\$ -
Maio	R\$ 1.292.092,64	R\$ 1.292.092,64	R\$ -
Junho	R\$ 1.292.092,64	R\$ 1.292.092,64	R\$ -
Julho	R\$ 1.292.092,64	R\$ 1.292.092,64	R\$ -
Agosto	R\$ 1.292.092,64	R\$ 1.292.092,64	R\$ -
Setembro	R\$ 1.292.092,64	R\$ 1.292.092,64	R\$ -
Outubro	R\$ 1.292.092,64	R\$ 1.292.092,64	R\$ -
Novembro	R\$ 1.292.092,64	R\$ 1.292.092,64	R\$ -
Dezembro	R\$ 1.292.092,64	R\$ 1.534.948,88	R\$ (242.856,24)
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 15.505.111,68</b>	<b>R\$ 15.505.111,68</b>	<b>R\$ (0,00)</b>

Durante o exercício de 2022 este Município repassou ao Poder Legislativo, a título de Duodécimo, o montante de R\$ 15.505.111,68, portanto, em conformidade que o valor previsto na Certidão expedida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

Os gastos do Legislativo são analisados pelo Controle Interno daquele Poder.

## 12. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS DEMAIS ADMINISTRADORES PÚBLICOS.

### 12.1 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DA SAÚDE.

#### 12.1.1 INTRODUÇÃO.

Esse trabalho visa a avaliar a aplicação dos recursos em ações e serviços públicos de saúde, bem como os índices alcançados na gestão do Fundo Municipal de Saúde no aspecto da aplicação financeira dos recursos bem como os

resultados alcançados para a população.

A avaliação tem por fundamento a previsão no inciso XV, b, do art. 15-A da Instrução Normativa nº 008/2015, alterada pela Instrução Normativa nº 001/2022, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. O presente relatório foi elaborado por meio da análise dos demonstrativos contábeis e informações colhidas junto ao Fundo Municipal de Saúde.

#### **12.1.2 METODOLOGIA.**

A metodologia aplicada neste trabalho de avaliação da gestão abrangeu o exame das informações prestadas à controladoria geral por servidores da Entidade através de questionários, entrevistas e análise documental de processos físicos e das informações constantes dos demonstrativos contábeis e instrumentos de planejamento, acompanhado de uma pesquisa de satisfação e avaliação dos serviços prestados à comunidade. Assim, a avaliação da gestão ocorreu através dos critérios descritos abaixo:

#### **12.1.3 DA AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO**

A controladoria geral já avalia os processos de contratação em todas as suas fases, com manifestação sobre a regularidade dos aspectos analisados, em conformidade com o inc. XXIV, art. 3º da Instrução Normativa nº 010/2015, do TCM – GO.

#### **12.1.4 DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS**

A documentação comprobatória das receitas e despesas da saúde encontra-se devidamente em pastas separadas de fácil acesso para possíveis verificações do Conselho de Saúde e para o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, conforme ficou instruído pela Controladoria Geral do Município. Os documentos comprobatórios das despesas realizadas com as ações e serviços públicos de saúde encontram-se organizados e sob a guarda desta Controladoria.

O valor registrado na Contabilidade no exercício de 2019, relativo aos gastos com as ações e serviços

públicos de saúde foram submetidos à análise desta controladoria.

O montante aplicado nas ações e serviços públicos de saúde foi superior ao mínimo exigido no inciso III do art. 77 do ADCT da Constituição da República/88.

*Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:*

*III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.*

*§ 4º Na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo.*

#### **12.1.5 DO CUMPRIMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO**

**Vide Anexos**

#### **12.1.6 DOS LIMITES DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES DA SAÚDE.**

O valor registrado na Contabilidade como base de cálculo para aferir os gastos na Saúde no exercício de 2022 é de R\$ 266.626.704,38, conforme quadro abaixo:

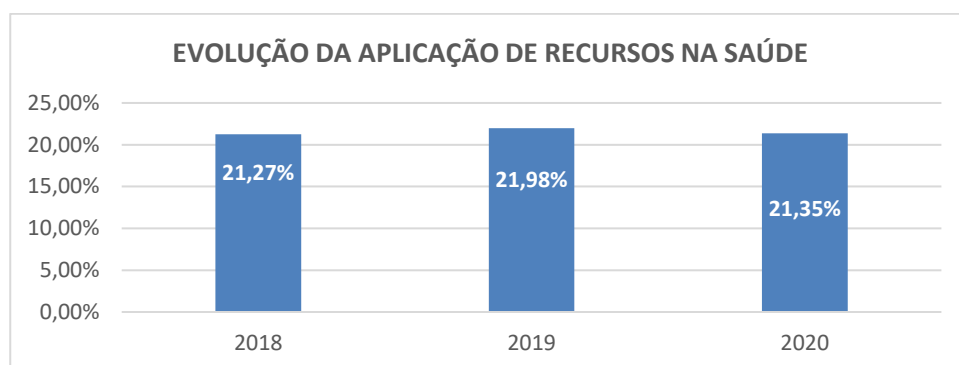
**Vide Anexos**

A planilha acima demonstra que o Município cumpriu o limite constitucional para aplicação de recursos em ações de saúde.

Segue a evolução dos índices de aplicação na saúde nos três últimos exercícios:

**PERCENTUAL DE APLICAÇÃO NA SAÚDE.**

<b>Tabela: EVOLUÇÃO DE GASTOS COM A SAÚDE</b>		
<b>Fonte: Demonstrativo de Aplicações na Saúde – Balancete Dezembro</b>		
<b>Exercício 2022</b>		
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>Desp. Total com Pessoal (R\$)</b>	<b>Percentual (%)</b>
2018	48.809.003,28	21,27%
2019	55.699.283,71	21,98%
2022	56.925.273,20	21,35%



**12.1.7 DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE.**

Levantamento em andamento...

**12.1.8 INDICADORES DE DESEMPENHO DA SAÚDE.**

Através de questionário realizado pela controladoria junto ao Fundo Municipal de Saúde, colhemos informações para avaliar alguns indicadores que possam servir de parâmetro para a avaliação da gestão da saúde e os resultados alcançados para avaliar a eficiência na aplicação dos recursos públicos e o desempenho das principais atividades desenvolvidas pela Secretaria.

Levantamento em andamento...

**12.2 GESTÃO DA EDUCAÇÃO.**



### **12.2.1 INTRODUÇÃO.**

Esse trabalho visa a avaliar a aplicação dos recursos em ações e serviços públicos na educação, bem como os índices alcançados na gestão no aspecto de cumprimento dos programas previstos nos instrumentos de planejamento e da eficiência na aplicação financeira dos recursos bem como os resultados alcançados para a população.

A avaliação tem por fundamento a previsão no inciso XV, b, do art. 15-A da Instrução Normativa nº 008/2015, alterada pela Instrução Normativa nº 001/2022, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. O presente relatório foi elaborado por meio da análise dos instrumentos de planejamento, demonstrativos contábeis e informações colhidas junto à Secretaria de Educação.

A controladoria geral já avalia os processos de contratação em todas as suas fases, com manifestação sobre os aspectos analisados.

### **12.2.2 METODOLOGIA**

A metodologia aplicada neste trabalho de avaliação da gestão abrangeu o exame das informações prestadas à controladoria geral por servidores da Entidade através de questionários, entrevistas e análise documental de processos físicos e das informações constantes dos instrumentos de planejamento e demonstrativos contábeis, acompanhado de uma pesquisa de satisfação e avaliação dos serviços prestados à comunidade.

### **12.2.3 DA AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO**

A controladoria geral já avalia os processos de contratação em todas as suas fases, com manifestação sobre a regularidade dos aspectos analisados, em conformidade com o inc. XXIV, art. 3º da Instrução Normativa nº 010/2015, do TCM – GO.

### **12.2.4 DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS**

A documentação comprobatória das receitas e despesas da saúde encontra-se devidamente em pastas separadas de fácil acesso para possíveis verificações por parte do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, conforme ficou instruído pela Controladoria Geral do Município. Os documentos comprobatórios das despesas realizadas encontram-se organizados e sob a guarda desta Controladoria.

#### 12.2.5 DO CUMPRIMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Vide Anexos

#### 12.2.6 DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO

O valor registrado na Contabilidade como base de cálculo para aferir os gastos com a educação no exercício de 2019 é de R\$: 253.395.146,37 (duzentos e cinquenta e três milhões, trezentos e noventa e cinco mil, cento e quarenta e seis reais e trinta e sete centavos), conforme quadro abaixo:

Vide Anexos

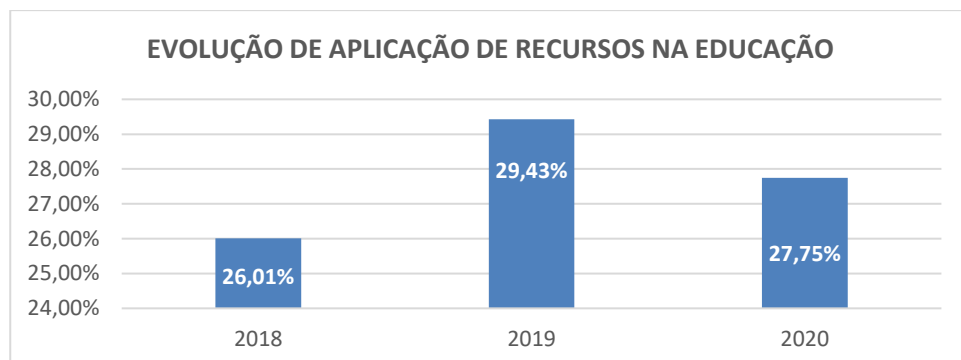
Conforme demonstrativo acima, o Município de Catalão aplicou 27,75% da receita corrente líquida na manutenção do ensino.

#### DEMONSTRATIVO DE EVOLUÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO.

Tabela: EVOLUÇÃO DE GASTOS COM A EDUCAÇÃO

Fonte: Demonstrativo da Aplic. Recursos Educação – Balancete Dezembro 2022

EXERCÍCIO	Desp. Total Educação (R\$)	Percentual (%)
2018	59.705.241,84	26,01%
2019	74.582.577,89	29,43%
2022	73.990.950,66	27,75%



**Vide Anexos**

e acordo com o demonstrativo acima, ficou evidenciado que, dos 60% (sessenta por cento) de limite legal previsto para o gasto com professores da rede municipal de ensino, este município aplicou 98,80% (noventa e oito virgula oitenta por cento), portanto, aplicou no pagamento de professores acima do limite legal previsto.

### **12.3 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

#### **12.3.1 INTRODUÇÃO.**

Esse trabalho visa a avaliar a gestão da assistência social no aspecto da aplicação financeira dos recursos bem como os resultados alcançados para a população.

A avaliação tem por fundamento a previsão no inciso XV, b, do art. 15-A da Instrução Normativa nº 008/2015, alterada pela Instrução Normativa nº 001/2022, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

O presente relatório foi elaborado por meio da análise dos demonstrativos contábeis e informações colhidas junto ao Fundo Municipal de Assistência Social.

A controladoria geral já avalia os processos de contratação em todas as suas fases, com manifestação sobre os aspectos analisados.

#### **12.3.2 METODOLOGIA.**

A metodologia aplicada neste trabalho de avaliação da gestão abrangeu o exame das informações prestadas à controladoria geral por servidores da Entidade através de questionários, entrevistas e análise documental de processos físicos e das informações constantes dos demonstrativos contábeis.

### **12.3.3 DA AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO**

A controladoria geral já avalia os processos de contratação em todas as suas fases, com manifestação sobre a regularidade dos aspectos analisados, em conformidade com o inc. XXIV, art. 3º da Instrução Normativa nº 010/2015, do TCM – GO.

### **12.3.4 DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS**

A documentação comprobatória das receitas e despesas da saúde encontra-se devidamente em pastas separadas de fácil acesso para possíveis verificações por parte do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, conforme ficou instruído pela Controladoria Geral do Município. Os documentos comprobatórios das despesas realizadas encontram-se organizados e sob a guarda desta Controladoria.

### **12.3.5 DO CUMPRIMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO**

**Vide Anexos**

### **12.3.6 DOS INDICADORES DE DESEMPENHO**

Nesse levantamento podemos avaliar as atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social e sua evolução nos últimos 03 (três) exercícios. Conforme podemos avaliar, alguns benefícios foram reduzidos e outros aumentaram suas demandas.

BENEFÍCIOS	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO		JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		TOTAL		
	RS	QTDE	RS	QTDE	RS	QTDE	RS	QTDE	RS	QTDE	RS	QTDE	RS	QTDE	RS	QTDE	RS	QTDE	RS	QTDE	RS	QTDE	RS	QTDE	RS	QTDE	
1- CESTA BÁSICA	-	864	-	879	-	345	-	222	-	576	-	1.544	-	977	-	749	-	1.248	-	1.445	-	1.307	-	73	-	10.229	
4- AUXÍLIO - FUNERAL	5.181,00	3	13.209,00	10	29.195,00	18	-	-	9.600,00	8	15.265,00	14	18.795,00	15	12.000,00	10	6.917,00	6	9.835,00	7	28.535,00	20	1.200,00	1	149.732,00	112	
5- CONSULTA MÉDICA	200,00	1	2.430,00	7	980,00	4	-	-	250,00	1	920,00	4	300,00	1	810,00	3	-	-	3.050,00	9	1.160,00	4	-	-	10.100,00	34	
6- EXAMES MÉDICOS	2.482,80	4	250,00	1	-	-	-	-	-	-	-	-	350,00	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.082,80	6
8- ALUGUEL SOLIDÁRIO	13.650,00	30	19.150,00	37	14.070,00	28	11.000,00	19	33.300,00	65	4.200,00	12	9.150,00	58	7.200,00	31	3.800,00	16	4.600,00	25	6.000,00	21	4.350,00	7	130.470,00	349	
9- CONTRA ENERGIA/ÁGUA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	851,52	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	851,52	1
11- SUPLEMENTO ALIMENTAR	-	-	-	-	-	-	-	-	345,00	1	-	-	458,25	2	-	-	-	-	458,25	2	-	-	-	-	-	1.263,50	5
12- MEDICAMENTOS	1.747,01	4	1.862,08	5	714,11	2	6.520,00	2	561,00	1	508,24	2	2.891,56	4	3.351,29	4	874,34	4	3.666,94	5	4.346,46	7	-	-	-	27.043,03	40
13- LENTE PARA ÓCULOS	2.139,00	22	485,00	4	1.870,00	18	-	-	393,00	3	1.029,00	9	1.269,00	9	1.075,00	9	1.895,00	10	2.880,00	20	3.060,00	30	-	-	-	16.095,00	134
14- MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	161.516,33	30	159.260,00	28	189.628,10	29	113.339,17	15	113.514,25	19	55.951,38	8	147.615,80	31	150.935,85	32	169.784,50	42	182.930,30	58	155.278,20	37	126.648,55	20	1.726.402,43	349	
15- PASSAGEM	2.310,16	5	200,00	1	1.092,60	3	-	-	-	-	250,00	1	1.011,00	2	-	-	-	-	-	-	200,00	1	388,00	1	5.451,76	14	
17- AUXÍLIOS EXAMES MÉDICOS	1.410,00	3	3.986,50	8	5.821,00	9	-	-	-	-	5.085,00	4	2.930,00	3	7.080,00	8	6.316,00	8	11.042,00	13	8.782,50	7	340,00	1	52.773,00	64	
19- AUXÍLIO PECUÁRIO	21.129,07	12	30.785,00	13	32.500,00	13	8.456,12	3	16.866,11	8	40.352,77	15	66.094,00	23	45.919,00	21	41.574,00	19	40.013,41	12	24.665,00	10	21.345,00	6	389.639,48	155	
22- CONTRA ÁGUA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	351,49	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	351,49	1
23- AUXÍLIO GÁS	1.610,00	21	1.120,00	16	1.170,00	11	70,00	1	350,00	2	-	-	70,00	1	134,00	2	67,00	1	70,00	1	70,00	1	-	-	-	4.731,00	57
24- LENTE ESPECIAL	7.964,64	52	249,96	1	7.149,24	49	-	-	4.431,12	35	678,00	3	3.913,31	19	464,16	2	4.375,00	29	7.647,23	44	480,00	1	-	-	-	37.352,66	235
25- CESTA BÁSICA - CRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	20,00	341	-	-	417	-	431	-	452	-	468	-	450	-	446	-	107	20,00	3.112
27- SERVIÇOS PRESTADOS	800,00	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	800,00	1
28- CESTA BÁSICA - EMERGENCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	201	-	118	-	137	-	122	-	133	-	178	-	207	-	-	1.139	
32- MÃO DE OBRA	24.469,67	2	15.500,00	3	8.630,90	2	14.035,83	2	38.985,75	5	23.858,62	3	3.673,30	1	14.780,90	3	10.000,00	1	15.265,00	3	17.000,00	4	11.000,00	2	197.199,97	31	
34- ALUGUEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400,00	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400,00	1
35- CESTA BÁSICA - MOTO TÁXI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	304	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	304	
36- CESTA BÁSICA - COOPERATIVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48	
37- CESTA BÁSICA - VALDEMES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46	
38- CESTA BÁSICA - CADA 2 MESES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56	
40- CESTA BÁSICA - UPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	

### 12.3.7 INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS RECEITAS E EFICIÊNCIA APLICAÇÕES DE RECURSOS FEDERAIS.

## 12.4 GESTÃO DO RPPS

### 12.4.1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho visa a avaliar a aplicação dos recursos em ações da previdência própria, bem como os índices alcançados na gestão do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Catalão no aspecto da aplicação financeira dos recursos bem como os resultados alcançados.

A avaliação tem por fundamento a previsão no inciso XV, b, do art. 15-A da Instrução Normativa nº 008/2015, alterada pela Instrução Normativa nº 001/2022, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

O presente relatório foi elaborado por meio da análise dos demonstrativos contábeis e informações colhidas junto ao Previdência e Assistência dos Servidores de Catalão.

A controladoria geral já avalia os processos de contratação em todas as suas fases, com manifestação sobre sua regularidade.

### 12.4.2 METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste trabalho de avaliação da gestão abrangeu o exame das informações prestadas à controladoria geral por servidores do Previdência e Assistência dos Servidores de Catalão, através de questionários,

entrevistas e análise documental de processos físicos e das informações constantes dos demonstrativos contábeis e instrumentos de planejamento.

#### 12.4.3 DA AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO

A controladoria geral já avalia os processos de contratação em todas as suas fases, com manifestação sobre a regularidade dos aspectos analisados, em conformidade com o inc. XXIV, art. 3º da Instrução Normativa nº 010/2015, do TCM – GO.

#### 12.4.4 DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS

A documentação comprobatória das receitas e despesas encontra-se devidamente em pastas separadas de fácil acesso para possíveis verificações do Conselho Gestor e para o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, conforme ficou instruído pela Controladoria Geral do Município. Os documentos comprobatórios das despesas realizadas encontram organizados e sob a guarda desta Controladoria.

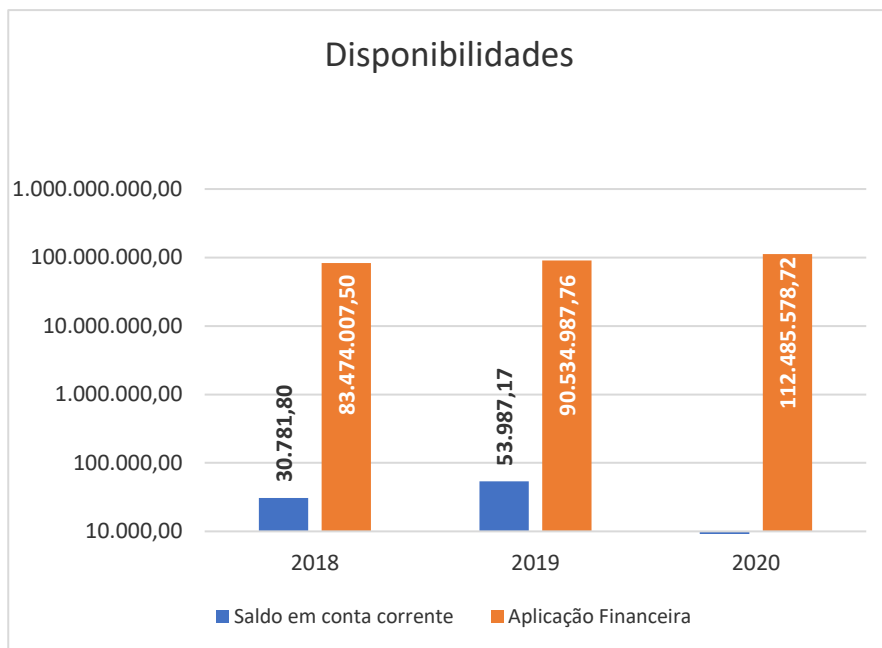
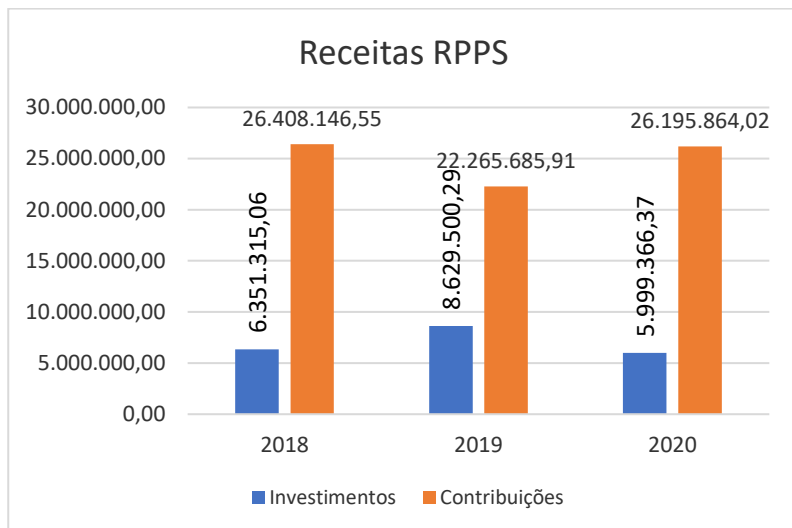
O valor registrado na Contabilidade no exercício de 2022, relativo aos gastos com as ações e serviços foram submetidos à análise desta controladoria.

EVOLUÇÃO DA RECEITA RPPS			
Exercício 2022	VALOR (R\$)		
RECEITA ARRECADADA	2018	2019	2022
Investimentos	6.351.315,06	8.629.500,29	5.999.366,37
Contribuições	26.408.146,55	22.265.685,91	26.195.864,02

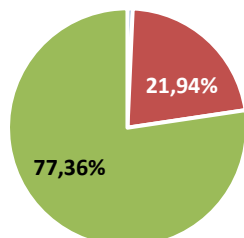
DISPONIBILIDADES			
	VALOR (R\$)		
SALDO BANCÁRIO	2018	2019	2022
Saldo em conta corrente	30.781,80	53.987,17	1.180,05
Aplicação Financeira	83.474.007,50	90.534.987,76	112.485.578,72

SEGURADOS	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS
Quantidade De Segurados	5	156	550

<b>Percentual(%)</b>	0,70%	21,94%	77,36%
<b>TOTAL</b>			<b>711</b>



#### COMPOSIÇÃO DO SEGURADOS DO RPPS



■ ATIVOS ■ APOSENTADOS ■ PENSIONISTAS

#### 12.4.5 DO CUMPRIMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Vide Anexos VII

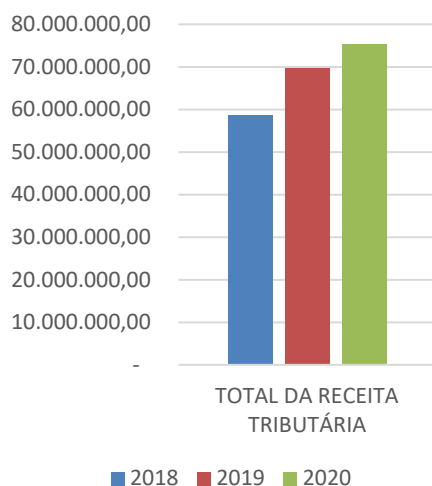
#### 12.4.6 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No exercício de 2022 verificamos um superávit de R\$ 4.623.048,50 (quatro milhões, seiscentos e vinte e três mil, quarenta e oito reais e cinquenta centavos) obtido através da diferença entre a receita e a despesa.

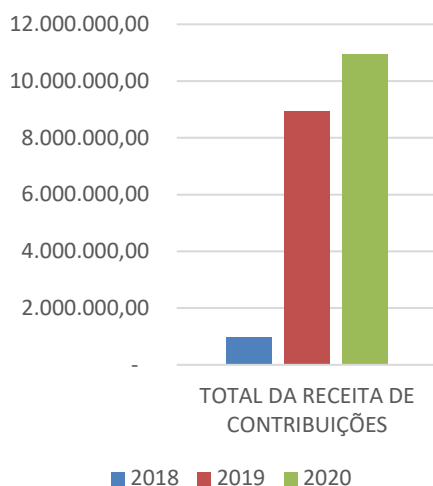


EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITA PÚBLICAS				
Fonte:Resumo Geral da Receita				
Exercício 2020				
	2018	2019	2020	AV %
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
RECEITA TRIBUTÁRIA				
IRRF	10.441.313,12	12.406.422,92	14.765.430,65	19,01%
IPTU/ITU	6.320.541,20	6.959.634,03	7.031.499,46	1,03%
ITBI	4.806.659,28	6.020.827,39	9.857.167,44	63,72%
ISSQN	30.887.827,59	37.869.075,52	39.419.030,62	4,09%
Contribuições de Melhoria	-	-	377.477,72	
TAXAS	4.409.008,65	4.880.613,13	2.759.769,53	-43,45%
Receita da Dívida Ativa	1.771.461,17	1.514.058,30	1.002.068,44	-33,82%
<b>TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>58.636.811,01</b>	<b>69.650.631,29</b>	<b>75.212.443,86</b>	<b>7,99%</b>
<b>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</b>				
Receita do COSIP	973.610,36	8.945.121,96	10.935.130,09	22,25%
<b>TOTAL DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO</b>	<b>973.610,36</b>	<b>8.945.121,96</b>	<b>10.935.130,09</b>	<b>22,25%</b>
<b>TOTAL DA REC. PRÓPRIA</b>	<b>59.610.421,37</b>	<b>78.595.753,25</b>	<b>86.147.573,95</b>	<b>9,61%</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>				
<b>Transferências da UNIÃO</b>				
FPM	42.903.963,18	46.702.160,86	44.547.363,28	-4,61%
FPM 1%	1.751.816,26	1.896.674,44	1.846.475,40	-2,65%
ITR	2.204.432,77	2.463.231,46	2.956.886,72	20,04%
Fundo Especial de Petróleo (FEP)	656.072,15	662.192,35	657.481,29	-0,71%
<b>TOTAL - UNIÃO</b>	<b>47.516.284,36</b>	<b>51.724.259,11</b>	<b>50.008.206,69</b>	<b>-3,32%</b>
<b>Transferências do ESTADO</b>				
ICMS	113.572.095,98	121.215.882,82	123.781.032,96	2,12%
IPVA	17.147.445,93	18.728.136,50	21.041.141,70	12,35%
IPI	1.008.450,52	1.029.774,87	865.491,10	-15,95%
CIDE- Cntrib. Interv. Domínio Econômi	235.719,22	142.767,63	119.288,41	-16,45%
<b>TOTAL - ESTADO</b>	<b>131.963.711,65</b>	<b>141.116.561,82</b>	<b>145.806.954,17</b>	<b>3,32%</b>
<b>TOTAL DA REC. DE TERCEIROS</b>	<b>179.479.996,01</b>	<b>192.840.820,93</b>	<b>195.815.160,86</b>	<b>1,54%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>239.090.417,38</b>	<b>271.436.574,18</b>	<b>281.962.734,81</b>	<b>3,88%</b>

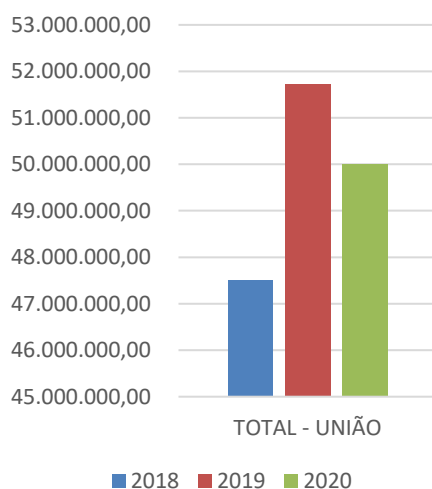
### RECEITAS TRIBUTÁRIAS



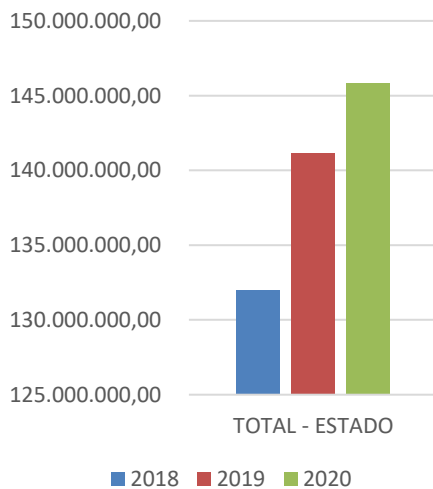
### RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO



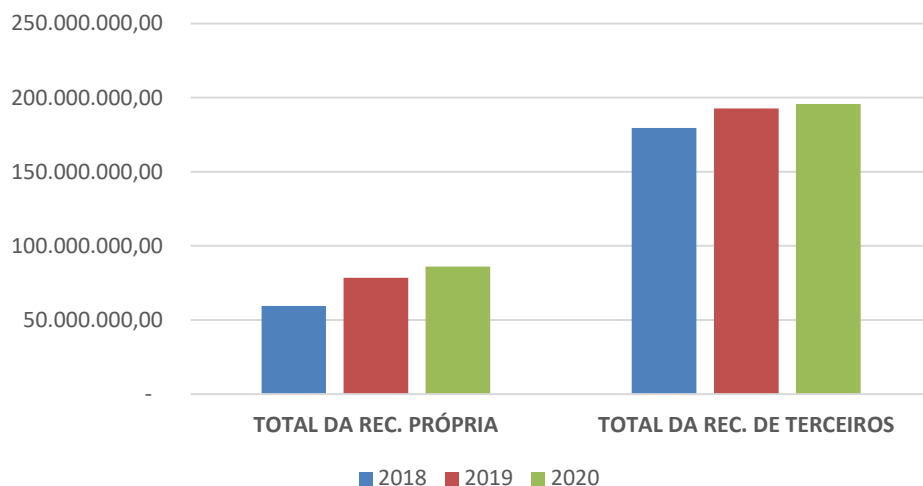
### TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO



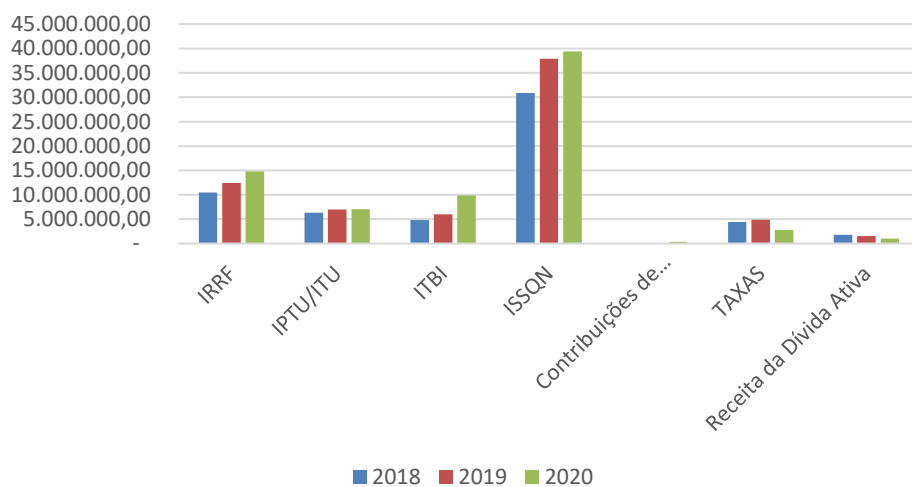
### TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO



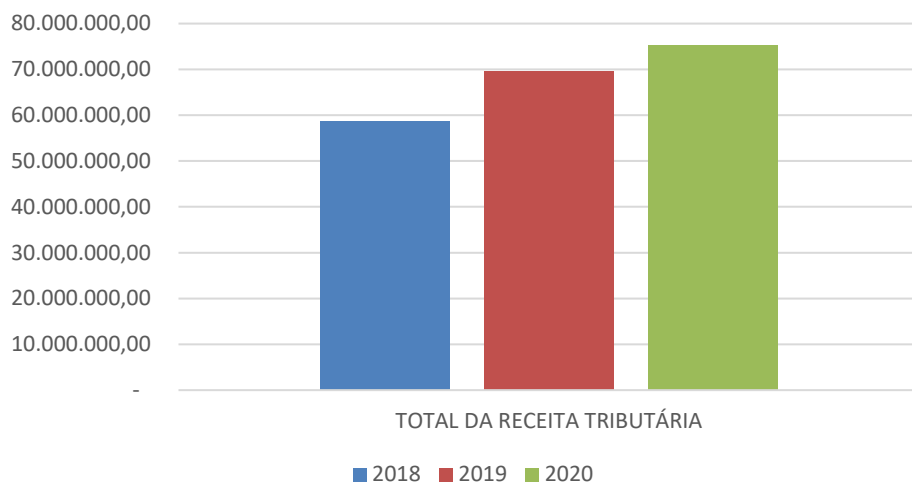
### REC. PRÓPRIA X REC. DE TERCEIROS



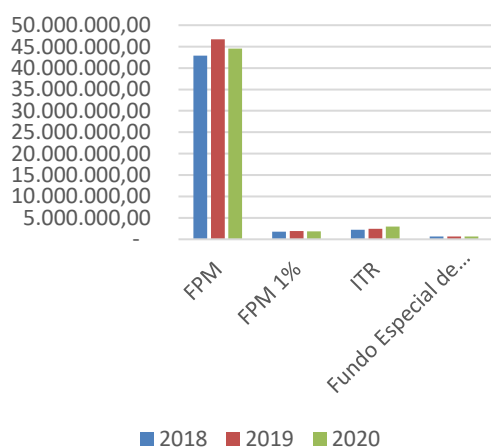
### RECEITAS TRIBUTÁRIAS



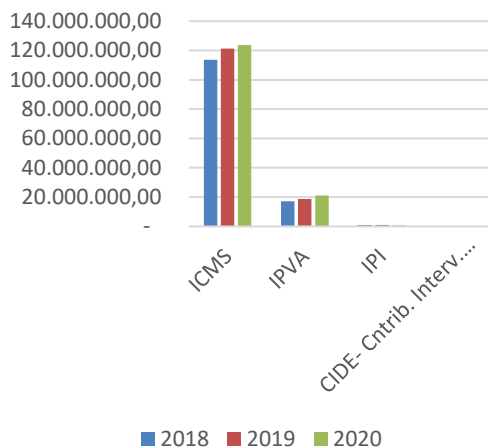
### RECEITA TRIBUTÁRIA

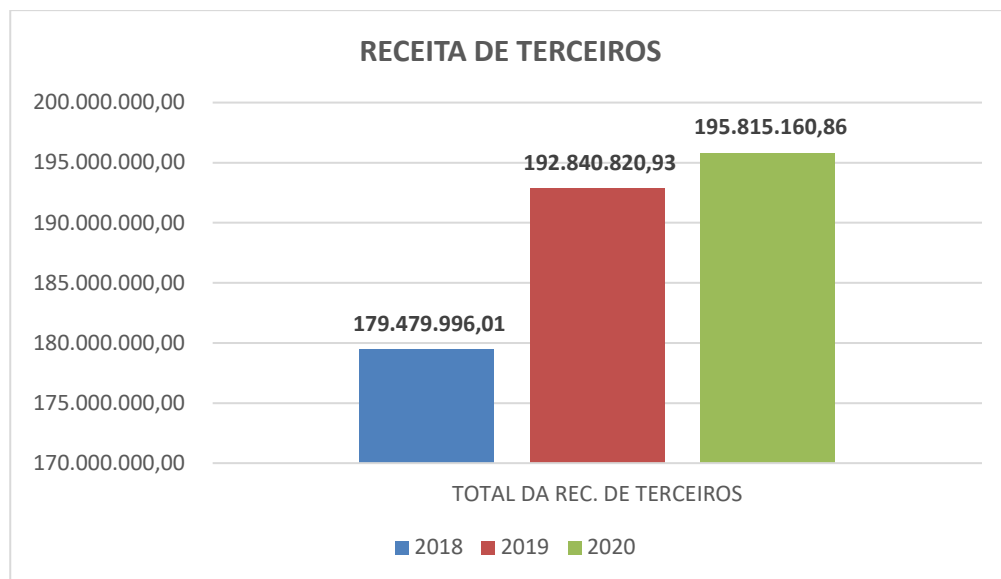


### DETALHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO



### DETALHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO





#### 12.4.7 COMPARATIVO DA RECEITA PREVISTA COM A REALIZADA

Vide Anexo XVI

#### 12.4.8 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DO RPPS NOS 03 (TRÊS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

EVOLUÇÃO DA RECEITA RPPS			
Exercício 2022	VALOR (R\$)		
RECEITA ARRECADADA	2018	2019	2022
Investimentos	6.351.315,06	8.629.500,29	5.999.366,37
Contribuições	26.408.146,55	22.265.685,91	26.195.864,02

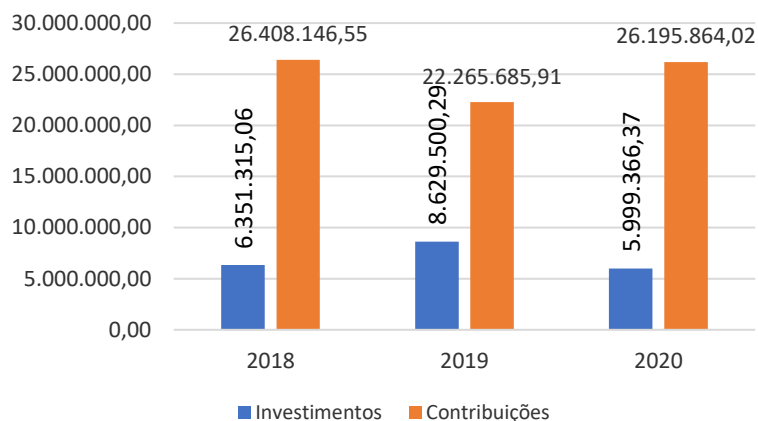
DISPONIBILIDADES			
	VALOR (R\$)		
SALDO BANCÁRIO	2018	2019	2022
Saldo em conta corrente	30.781,80	53.987,17	1.180,05
Aplicação Financeira	83.474.007,50	90.534.987,76	112.485.578,72

SEGURADOS	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS
Quantidade De Segurados	5	156	550
Percentual(%)	0,70%	21,94%	77,36%

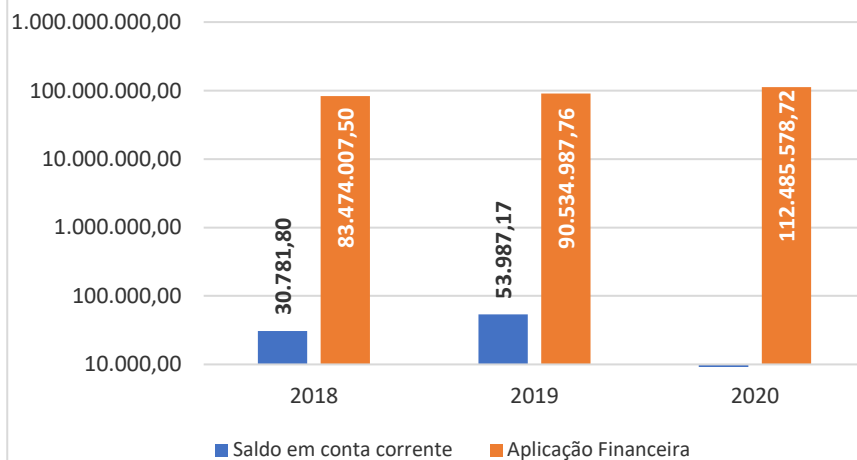
---

	<b>TOTAL</b>	<b>711</b>
--	--------------	------------

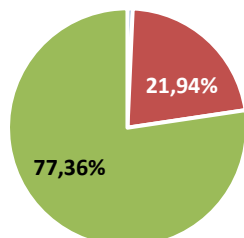
### Receitas RPPS



### Disponibilidades



#### COMPOSIÇÃO DO SEGURADOS DO RPPS



■ ATIVOS ■ APOSENTADOS ■ PENSIONISTAS

#### 12.4.9 DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Os recursos financeiros do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Catalão foram depositados em bancos oficiais, em contas separadas das demais disponibilidades do ente e aplicadas nas condições de mercado, em conformidade com os limites e condições de proteção e prudência financeira, não sendo realizadas aplicações em títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo Município. Constatamos ainda que não foram concedidos empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público.

#### 12.4.10 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

#### 12.4.11 EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS MENSAIS

#### 12.4.12 DO PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DE CATALÃO

#### 12.4.13 DOS VALORES DEVIDOS AO FUNDO



**12.4.14 DO QUANTITATIVO DE SEGURADOS**

**12.4.15 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS NO EXERCÍCIO DE 2019**

**12.4.16 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

**12.4.17 PERÍCIAS MÉDICAS**

**12.4.18 RECADASTRAMENTOS**

**12.4.19 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA**

**12.4.20 CUMPRIMENTO DA META ATUARIAL**

**12.4.21 CUMPRIMENTO DA META ATUARIAL DE INVESTIMENTOS**

**12.4.22 DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

**13. CONCLUSÃO.**

A avaliação da gestão dos administradores públicos foi feita em conformidade com as diretrizes dos instrumentos de planejamento municipal, representadas pelo Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pelos atos consequentes da publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e pelas disposições das normas pertinentes, com destaque para as atribuições desta controladoria prevista no art. 74 da Constituição Federal, Lei Federal nº 4.320, de 1964, a Lei Federal nº 8.666, de 1993, Resolução Normativa nº 004/2001 e Instrução Normativa nº 008/2015, alterada pela Instrução Normativa nº 001/2022 ambas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, bem como o atendimento aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública – legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade, eficiência, eficácia e razoabilidade.

A análise foi precedida da avaliação do resultado das Contas de Governo, bem como os relatórios da Lei Complementar 101/2000 (LRF), a análise prévia da regularidade dos procedimentos de contratação em todas as

suas etapas, em alguns casos são procedidas as análises concomitantes e a posteriori, o cumprimento dos índices constitucionais.

Na avaliação da gestão dos administradores públicos foi considerada ainda a manutenção dos serviços públicos essenciais, como educação, saúde, assistência social, iluminação pública e infraestrutura urbana, uma vez que não existe uma metodologia científica de avaliação do resultado da gestão.

Durante a nossa avaliação percebemos que houve um comprometimento por parte dos gestores em cumprir as metas previstas nos instrumentos de planejamento, bem como os aspectos legais que regem cada atividade. Percebemos que muitas metas precisam ser revistas nos próximos exercícios, principalmente com a definição clara dos indicadores capazes de permitir a sua mensuração pela controladoria. Outra fragilidade encontrada foi a dificuldade de encontrar dados oficiais para avaliar as metas, estratégias e indicadores de desempenho. Ressalvamos que as recomendações emitidas por esta controladoria são cumpridas pelo órgão interessado.

Diante do que foi relatado, pela documentação e procedimentos de contratação analisados, pelos levantamentos realizados juntos aos órgãos e com base nos relatórios contábeis, não constatamos falhas, irregularidades, atos de gestão que resultaram em desperdícios de recursos públicos ou vícios insanáveis, de acordo com o nosso entendimento, considera-se que a execução orçamentária e financeira foi realizadas de acordo com as normas atinentes à Administração Pública Municipal.

Catalão, Goiás, 17 de abril de 2023

**Jamil Torquato Pereira**

CONTROLADOR(A) GERAL DO MUNICÍPIO